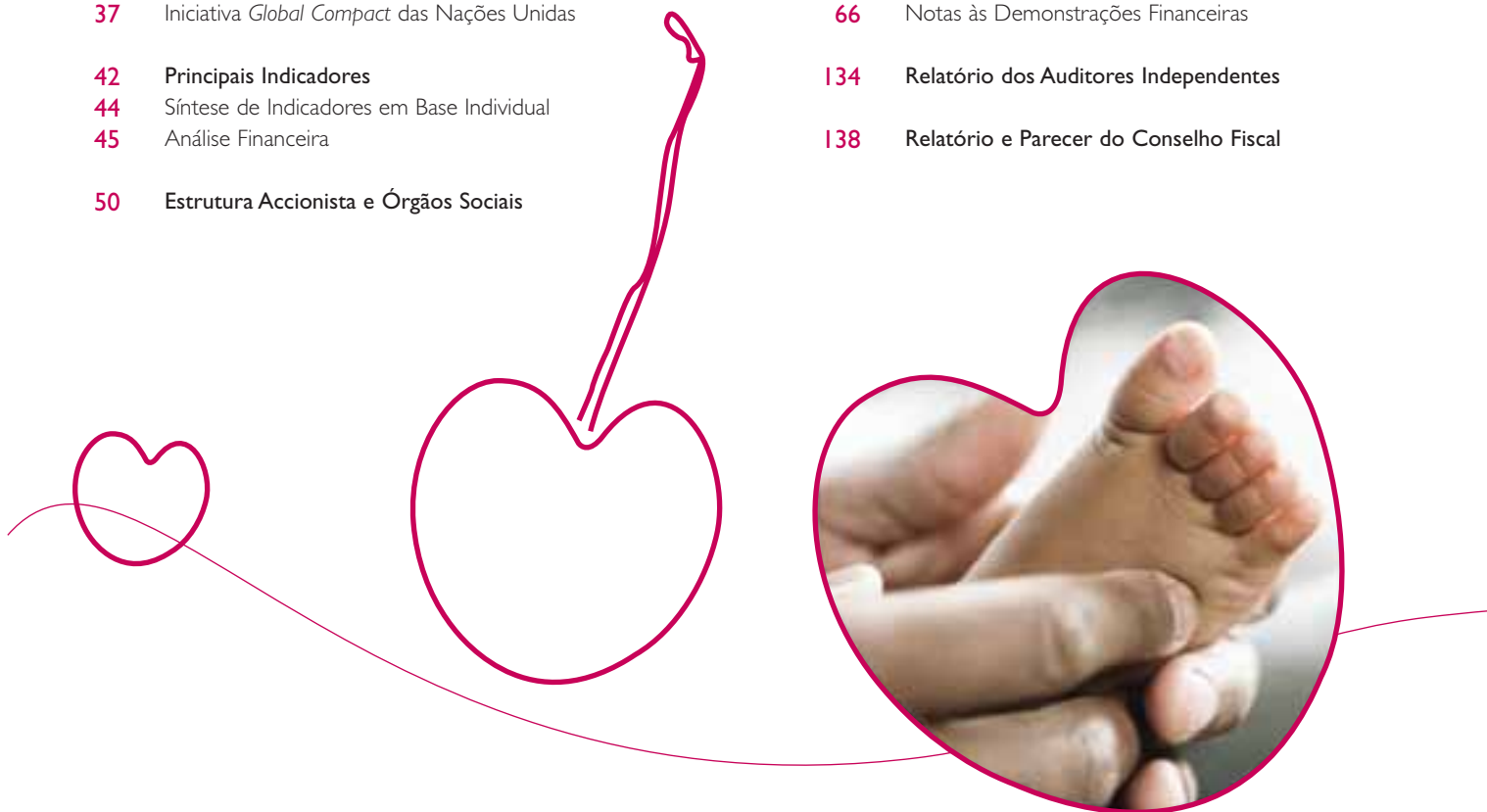


2007
Relatório e Contas

Índice

- 4 Mensagem do Presidente
- 8 Síntese do Relatório do Conselho de Administração
- 10 Enquadramento Macroeconómico e Financeiro
- 22 Actividades do Millennium bim
- 24 Áreas de Negócio
- 28 Unidades de Apoio ao Negócio
- 33 Empresa Subsidiária
- 36 Responsabilidade Social
- 37 Iniciativa *Global Compact* das Nações Unidas
- 42 Principais Indicadores
- 44 Síntese de Indicadores em Base Individual
- 45 Análise Financeira
- 50 Estrutura Accionista e Órgãos Sociais
- 54 Proposta de Aplicação de Resultados
- 56 Demonstrações Financeiras
- 58 Demonstração dos Resultados Consolidados
- 59 Balanço Consolidado
- 60 Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados
- 61 Demonstração de Alterações na Situação Líquida Consolidada
- 62 Demonstração dos Resultados – BIM
- 63 Balanço – BIM
- 64 Demonstração dos Fluxos de Caixa – BIM
- 65 Demonstração de Alterações na Situação Líquida – BIM
- 66 Notas às Demonstrações Financeiras
- 134 Relatório dos Auditores Independentes
- 138 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal





BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A.

Mensagem do Presidente

“Continuamos a acreditar que um dos vectores determinantes do crescimento do País é a qualidade do seu capital humano, área onde direccionamos parcela significativa do investimento na área social.”



Ao procedermos ao balanço anual da nossa actividade, e num ano mais uma vez caracterizado pelo reforço da estabilidade política e macroeconómica do País, é com particular satisfação que verificamos que as metas por nós definidas a médio prazo, estão a ser cumpridas e até superadas, o que implica um aumento das nossas responsabilidades para com os desafios que ainda teremos de enfrentar, exigindo de todos nós, um esforço e uma dedicação acrescida.

Atentos às oportunidades e desafios suscitados por um posicionamento de primeiro plano no sector financeiro, este foi um ano marcado pela redefinição dos objectivos estratégicos para o período 2007-2010 e por algumas mudanças operacionais e tecnológicas, de forma a garantir um crescimento sustentado e a preparação do Banco para as várias etapas da sua expansão, sem descurar o reforço da capacidade competitiva.

Neste âmbito, o Banco reafirmou o seu objectivo principal de manter uma posição relevante e de referência no mercado, e de melhoria dos níveis de rentabilidade mantendo sempre activa a inovação, o desenvolvimento de novos produtos e a abertura de novas linhas de negócio.

O ano 2007 foi ainda fortemente marcado pelo início do programa de expansão da rede de balcões do Banco, por se acreditar que, por esta via, se poderá induzir um crescente índice de bancarização do mercado nacional e assim contribuir para o desenvolvimento do País e do sector financeiro em particular.

A vida dos Clientes é a nossa fonte de inspiração e o campo de investigação para os novos produtos e serviços capazes de produzir crescentes níveis de satisfação e de apoio à realização de projectos de iniciativa individual ou colectiva. “A Vida inspira-nos” é mais do que um lema para o Millennium bim, é também um compromisso e um programa de acção, de um olhar para o mundo que nos rodeia e de uma procura constante de melhoria do serviço ao nosso Cliente.

Visando o aprofundamento da relação comercial com os Clientes, o Banco tem vindo a realizar encontros de trabalho com os Clientes os “Encontros Millennium bim” em várias províncias do País (Sofala, Gaza, Cabo Delgado e Manica em 2007), com o objectivo, entre outros, de reforçar a presença do Banco na região e de se aproximar ainda mais dos seus Clientes. Esta oportunidade de diálogo, que tem contado com a presença de representantes de instituições públicas e personalidades de relevo das províncias, tem constituído um valioso fórum de debate regional, onde os Clientes têm colocado as suas opiniões e preocupações directamente à gestão de topo do Banco.

Moçambique encontra-se numa fase de integração regional, o que, necessariamente exige a criação de bases que assegurem maior competitividade no tecido empresarial e um sólido desenvolvimento económico. Para um bom desenvolvimento da economia nacional é imprescindível a existência de um sector financeiro inovador, estável e sólido assente no aumento de eficiência, do desenvolvimento tecnológico e na implementação das melhores práticas internacionais. O Millennium bim sustenta a sua actividade nesses factores e mantém-se sempre atento e actualizado nas mais recentes práticas de Corporate Governance e Normas Internacionais de Relato Financeiro.

A gestão de risco é um aspecto fundamental do negócio e da sustentabilidade das instituições financeiras, sendo no Millennium bim um dos vectores primordiais de suporte à sua política de crescimento, contribuindo para uma adequada gestão do nível de fundos próprios através da correcta avaliação do perfil de risco/retorno das diferentes linhas de negócio do Banco. Ao longo do ano, foram consolidados e introduzidos novos modelos internos de avaliação e monitorização dos diferentes riscos, permitindo assim uma melhor gestão dos mesmos à luz das novas normas internacionais de contabilidade.

A política de gestão dos Colaboradores mantém a sua orientação no princípio da responsabilização, desenvolvimento de qualificações e reforço de competências, para que os Colaboradores possam responder aos desafios que forem surgindo, com qualidade e eficiência, motivação e empenho, responsabilidade e realização humana.

Por outro lado, as transformações socioeconómicas ocorridas nos últimos anos têm influenciado a atitude das empresas socialmente responsáveis. Para o Millennium bim, sustentabilidade e desempenho, são conceitos mutuamente dependentes. Pelas nossas atitudes e acções, foi também evidente o nosso compromisso com a responsabilidade social. Esta continuará a merecer da nossa parte uma atenção especial, na medida em que regula a nossa forma de ser e de estar.

Continuamos a acreditar que um dos vectores determinantes do crescimento do País é a qualidade do seu capital humano, área onde direccionamos parcela significativa do investimento na área social. Neste âmbito, no domínio das acções de carácter social privilegiamos a educação, a cultura e o desporto como contributo para os esforços públicos na qualificação do capital humano.

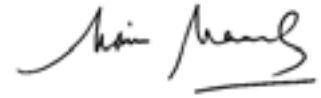
Os resultados alcançados e o crescimento da base de Clientes, que em 2007 ultrapassou os quatrocentos e setenta mil, denotando uma crescente aceitação dos nossos serviços, mostraram que as opções estratégicas, as decisões tomadas, e o suporte dos Accionistas ao programa de expansão, foram decisões correctas que se traduziram na realização plena dos objectivos pré-definidos.

Estas são decisões que procuramos assumir com consciência dos riscos inerentes, mas sempre apostados em conseguir um resultado melhor, ainda que com trabalho acrescido.

Facto também notável foi a continuação do processo de alargamento da estrutura accionista, encontrando-se o capital já distribuído por mais de mil e trezentos subscritores individuais.

Inspirados na vida e mantendo o nosso empenho e dedicação aos nossos Clientes e às causas definidas pelos nossos Accionistas, estamos cientes de que iremos continuar a merecer a confiança do mercado, base do sucesso da nossa Instituição.

Uma palavra final de agradecimento aos nossos Accionistas, a todos os nossos Clientes, Colaboradores e às Autoridades que com o seu acolhimento à nossa proposta de valor, à sua adesão aos produtos e serviços disponibilizados, ao empenho e apoio na realização dos objectivos definidos permitiram que o Banco realizasse as metas traçadas, estimulando-nos para enfrentar novos desafios.



Mário Machungo
Presidente do Conselho de
Administração do Millennium bim

Síntese do Relatório do Conselho de Administração

O ano 2007 foi marcado pelo início do plano de expansão da rede de balcões do retalho, pelo reforço no plano comercial do modelo de segmentação de negócio iniciado no ano anterior e pela redefinição dos objectivos estratégicos para o período 2007-2010.

Neste âmbito, o Banco reafirmou o seu objectivo de manter uma posição relevante e de referência no mercado, mantendo sempre activa a inovação tecnológica e o desenvolvimento de novos produtos, bem como o objectivo de rentabilidade e melhoria da eficiência operacional, através do crescimento do *cross-selling*, explorando o potencial da base de Clientes e garantindo maior fidelização dos mesmos.

O plano de expansão da rede, é um factor extremamente importante para a vida do Banco por se tratar, também, do retomar de um projecto interrompido em 2001, focalizados que foram na altura todos os esforços e recursos na recuperação económica e financeira do Banco após a fusão do BIM com o BCM e por se acreditar que por esta via, se poderá induzir um crescente índice de bancarização do mercado nacional e consequente geração de novas oportunidades de negócio.

Nos segmentos de retalho, grande atenção foi dada à redução do número de transacções feitas pelo *Mass Market* ao nível dos balcões, através da criação de canais alternativos de banca electrónica e de uma política selectiva de preços, que promove a utilização dos mesmos, de forma a melhorar a qualidade de serviços.

Nesta perspectiva de compromisso pela melhoria de serviços ao Cliente, destaque também para uma oferta mais abrangente e disseminada, através do redimensionamento da rede e diversificação dos canais de acesso ao Banco, essencial para que a rede comercial possa assegurar o contacto directo com os Clientes de acordo com critérios de conveniência e proximidade.

O Millennium bim, empresa socialmente responsável, investiu num novo conceito de balcão, especialmente concebido e direccionado para as zonas altamente carenciadas de infra-estruturas, cumprindo assim a promessa de eleger no seu plano de expansão comercial, as zonas de difícil acesso e desprovidas de serviços financeiros bancários, respondendo, assim, ao apelo que o Governo Moçambicano dirigiu aos bancos comerciais no sentido de promover a bancarização das populações rurais.

Foram inaugurados dez novos balcões ao longo do ano, dos quais três balcões em zonas rurais, cinco em zonas peri-urbanas e dois urbanos. Para o segmento *Affluent Particulares e Negócios*, Clientes que pela sua especificidade de interesses, necessidades e dimensão do seu património financeiro requerem um atendimento personalizado, o Banco abriu também cinco novos espaços de atendimento especializado, contribuindo para que a base de Clientes tenha registado um crescimento de 20,5%, face ao ano anterior:

Nas suas actividades o Millennium bim manteve o seu empenho na liderança de diversos projectos com impacto nos diversos sectores da economia nacional, incluindo o sector agrícola, tradicionalmente menos favorecido pela banca comercial.

A introdução de novos serviços de conveniência e a opção tomada no sentido de expandir e reforçar a presença do Corporate no norte do país, acompanhando os pólos de maior desenvolvimento económico, foram objectivos de forma a melhor servir o Cliente.

Destaque igualmente para o lançamento de produtos inovadores no mercado nacional, apostando na melhoria e diversificação da oferta de produtos com inegável espaço e valor acrescentado, indo de encontro às expectativas de Clientes com elevado grau de sofisticação. A introdução do *Factoring* é um exemplo, tendo o Millennium bim mais uma vez sido o primeiro Banco a introduzir este produto no mercado.

O aproveitamento das oportunidades de negócio com uma oferta diversificada e inovadora de produtos e serviços financeiros, o retorno do investimento na área de cartões e banca electrónica e o crescimento moderado dos custos operacionais mesmo considerando o alargamento da rede de balcões, determinaram a evolução positiva dos resultados do exercício.

No exercício de 2007, os resultados líquidos do Millennium bim atingiram 1.398.763 milhares de Meticais, registando um crescimento de 36,4% face aos 1.025.387 milhares de Meticais apurados no ano anterior:

Foi concluído o processo de conversão para as NIRF – Normas Internacionais de Relato Financeiro, cumprindo assim com os padrões internacionais de relato financeiro e dando conformidade ao disposto no Aviso n.º 04/GBM/2007 e disposições complementares emitidas pelo Banco de Moçambique.

Como reflexo da dinâmica comercial, os Recursos de Clientes aumentaram 13,5% face ao ano anterior, atingindo 23.671.563 milhares de Meticais. O crédito a Clientes aumentou 18,9% para 12.503.472 milhares de Meticais, influenciado pelo crescimento do crédito ao consumo e às empresas.

O crescimento da Margem Financeira em 30,8%, a forte expansão dos nossos serviços com o consequente impacto positivo no nível de comissões líquidas e a capacidade de contenção de custos, embora considerando a expansão da rede, traduziu-se num expressivo aumento dos resultados líquidos em relação ao período homólogo e numa melhoria significativa do rácio de eficiência que se situou em 49,3% (56,7% no ano anterior).

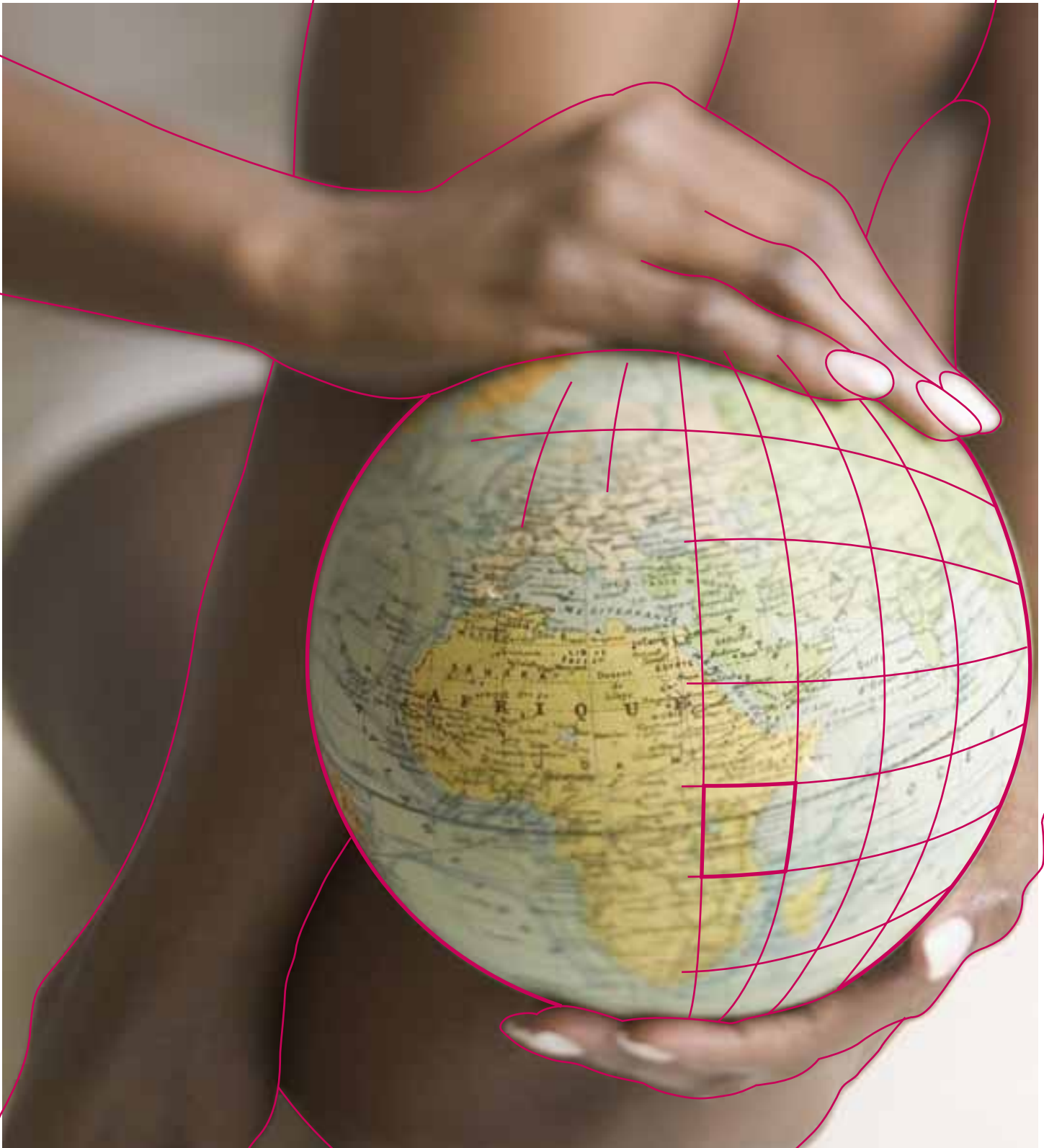
Este aumento dos resultados líquidos reflectiu-se na boa *performance* da rentabilidade dos capitais próprios (ROE) que se situou em 44,1% e na rentabilidade do activo médio (ROA) em 5,3%.

Desde a sua fundação, o Millennium bim tem vindo a valorizar a função social como componente fundamental da sua missão, quer através da promoção da qualificação profissional e do desenvolvimento pessoal dos seus Colaboradores, quer do exercício da sua responsabilidade social perante a comunidade na qual se insere e da qual faz parte.

No domínio das acções de carácter social, o Millennium bim manteve a sua decisão de privilegiar a educação, a cultura e o desporto, assim como a associação a movimentos de solidariedade, sempre com uma postura positiva e dedicada, em relação às iniciativas em que se envolve.



Enquadramento Macroeconómico e Financeiro



Enquadramento Macroeconómico e Financeiro

Economia Mundial

Não obstante os desenvolvimentos dos mercados financeiros associados com os incumprimentos no mercado norte-americano de crédito hipotecário de alto risco (*sub-prime*), assim como o recrudescimento das tensões inflacionistas – por pressão da procura e rigidez da oferta de matérias-primas, com destaque para os bens alimentares e para a energia – estima-se que o PIB da economia global tenha registado um crescimento relativamente forte, na ordem de 4,9%, segundo o Fundo Monetário Internacional, sendo notória certa partição entre os grandes blocos económicos. Assim, o PIB das economias desenvolvidas terá abrandado de 2,9% para 2,5% entre 2006 e 2007, enquanto nas restantes, o ritmo de expansão da actividade aproximou-se a 8,1%, sendo os BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China – os que mais contribuíram para sustentar a trajectória ascendente.

Em 2007, a procura de matérias-primas e energia pela China e Índia veio, com maior destaque, demonstrar uma forte ligação entre a pressão inflacionista global e estas economias emergentes, reduzindo a influência dos ciclos económicos dos EUA. De acordo com o índice de preços do *The Economist* estima-se que as *commodities* tenham registado um aumento de preço de 26%, bens alimentares em 50% e petróleo em 80%, causando na economia global uma alta de inflação. A combinação da inflação global alta e o agravamento das condições financeiras pelo contágio dos *sub-primés* norte-americanos contribuíram não só para cristalizar um clima negativo, caracterizado por maior volatilidade dos índices Accionistas, implicando a adopção de medidas de natureza extraordinária por parte de alguns governos e dos bancos centrais das economias desenvolvidas, como também sedimentaram receios de recessão nos últimos meses de 2007, resultando em expectativas de estagflação no futuro, principalmente nas economias mais avançadas.

Estados Unidos da América

Segundo o FMI, estima-se que o crescimento do PIB nos EUA se tenha situado em 1,9% em 2007 (2,9% em 2006), impulsionado pela expansão das exportações – decorrente dos ganhos de competitividade devido à depreciação do dólar, assim como, do vigor do investimento empresarial. Por outro lado, o abrandamento da actividade económica é explicado pelo declínio acentuado de investimentos em habitação, cuja origem está na deterioração das condições subjacentes ao modelo

de financiamento das instituições financeiras no mercado hipotecário de alto risco e a redução do consumo privado, tendo por base:

- (i) o enfraquecimento do mercado de trabalho com níveis de desemprego que rondam os 5%;
- (ii) a alta geral de preços, registando um acréscimo anual em Dezembro de 2007 na ordem de 4,1%;
- (iii) através do efeito do mercado *sub-prime*, o decréscimo do preço das casas e residências que teve um efeito na deterioração dos níveis de confiança das famílias a favor de acréscimo da taxa de poupança.

No final de 2007, a taxa dos *Fed Funds* situava-se em 4,25%, menos 100 p.b. do que em Junho, e menos 25 p.b. do que em Outubro, esperando-se cortes sucessivos de forma a desbloquear anomalias no crescimento normal da actividade económica e reduzir os riscos de um arrefecimento mais pronunciado da economia na sequência da crise dos *sub-prime*, a qual quebrou a confiança dos investidores, implicando menor exposição a investimentos em activos de elevada remuneração em contrapartida de instrumentos de refúgio, tipicamente de dívida pública e de curto prazo. No que diz respeito às finanças públicas, estima-se que o *deficit* público seja de 1,5% do PIB em 2007, enquanto o *deficit* relativo ao comércio exterior se situou em 5,7% do PIB (6,2% em 2006).

União Europeia

Ao cifrar-se em aproximadamente 2,5% a taxa de crescimento real do PIB em 2007 (2,8% em 2006), a economia da UE voltou a situar-se acima do ritmo médio de crescimento dos EUA e comparativamente igual à das economias desenvolvidas. O relançamento da actividade produtiva na UE apoiou-se na aceleração dos níveis de investimento, especialmente na Alemanha, em resposta à expansão da procura regional e global por bens de equipamento, no aumento da actividade de construção e no dinamismo das exportações, ligeiramente atenuados pelo arrefecimento do consumo no primeiro semestre de 2007 na sequência do aumento do IVA na Alemanha e incertezas no período pré-eleitoral na França. O dinamismo de outras economias como a Inglaterra (3,1%), Finlândia (4,3%), Irlanda (4,6%) e os países na fase da integração reforçaram o crescimento do PIB na UE.

O efeito de contágio da turbulência dos mercados financeiros dos EUA (com mais acuidade a partir de Agosto), fez-se sentir com pressões sobre o BCE – Banco Central Europeu, que, prosseguindo a sua política de subida gradual da taxa de juro de refinanciamento, empreendeu um volte-face mantendo-a inalterada em 4% no final de 2007, reforçado por receios de efeitos de segunda ordem relacionados com exigências de revisões salariais. O Banco de Inglaterra, após ter aumentado a taxa *repo* em 125 p.b. entre Julho de 2006 e Junho de 2007, na sequência da forte aceleração da inflação, procedeu a um corte em 25 p.b. em Dezembro, situando a sua taxa directora em 5,5%, resultado de um impacto mais forte da crise dos mercados financeiros sobre as instituições financeiras britânicas do que o esperado. A taxa de inflação situou-se em 2% em média, sendo de 3% na Inglaterra, provocada pelo aumento de custos de combustível e em resultado de uma política monetária mais restritiva.

Japão

A taxa de crescimento do PIB no Japão cifrou-se em 2% em 2007, retomando a sua trajectória ascendente dos últimos quatro anos, beneficiando dos efeitos induzidos pela prevalência de taxas de juro quase nulas (abaixo de 1%), pela manutenção de níveis ainda altos de investimentos públicos, pela continuidade de forte desempenho nas exportações (*superavit* da balança de bens de USD 107 biliões até Novembro), pela expansão do consumo privado apoiado por taxas de desemprego (4%) abaixo da média dos países mais avançados (5,3%) e taxas de inflação abaixo de 1%. Os lucros empresariais contribuíram para manter altas taxas de investimento e estruturas de balanço saudáveis. Saliente-se, também, o efeito limitado do contágio da crise do mercado *sub-prime* norte-americano e de saída de fluxos de capital para investimentos de maior rentabilidade.

China

A China continua a liderar o crescimento regional da Ásia, estimando-se um aumento do PIB de 11,5% em 2007 (11,1% em 2006), reanimado pelo crescimento das exportações, tendo o peso da balança das transacções correntes no PIB aumentado de 9,4% em 2006 para 11,7% em 2007, assim como pela dinâmica do fluxo de capitais na forma de IDE (Investimento Directo Estrangeiro) movido pelo aproveitamento dos níveis de produtividade (aumento de 20% por ano), pelas grandes obras para os jogos olímpicos e redução dos custos de produção, apesar do aumento de salários e receios inflacionistas influenciados pelos seguintes factores:

- (i) aumento de preços de bens alimentares;
- (ii) aumento da procura de matérias-primas (50% da procura de metais);
- (iii) recursos energéticos para suprir as necessidades industriais (20% da procura de petróleo em 2007). Esta situação beneficia de políticas macroeconómicas prudentes na gestão das reservas cambiais e na alteração do quadro legal conducente a fluxos de investimento da China para o exterior por residentes, não-residentes e fundos de investimento.

Índia

Na Índia, o crescimento da actividade económica ter-se-á fixado em aproximadamente 8,9% (9,7% em 2006), impulsionado pelo aumento robusto da procura interna apoiado no grande fluxo de investimento à região da Ásia, e na melhoria do consumo privado (mais de 40 milhões de consumidores). Apesar do aumento das exportações, a balança corrente continuou a registar *deficit* na ordem de 2,1% do PIB, perspectivando-se riscos de espiral inflacionista (inflação 6,2%, contra 6,1% em 2006), provocada essencialmente por uma política monetária caracterizada por aumento de créditos, provocando receios de aquecimento do mercado accionista.

África

De acordo com as estimativas do FMI, a economia sub-sahariana terá registado um crescimento real do PIB, em média, de cerca de 6% em 2007, beneficiando do dinamismo de novos investimentos nos

países exportadores de petróleo, com destaque para Angola (23,2%) e Sudão (11,2%), e noutros países, que tiveram sucesso na construção gradual de instituições de cariz democrático e na condução de políticas económicas mais prudentes, pelas condições propícias de enquadramento externo favorável ao IDE e à exportação de matérias-primas para as economias asiáticas. O Zimbabwe é o único país que regista estagnação já há vários anos.

A par destes desenvolvimentos, é também de assinalar o aumento da integração e cooperação regional, com destaque para a região da SADC (com um crescimento médio de 9,2%), que ao nível da integração, terá iniciado a primeira fase de comércio livre (redução substancial das barreiras alfandegárias), criando um mercado de grande escala, e acelerando o desenvolvimento de projectos com a participação de vários países, como sejam as redes de transporte, energéticas e de telecomunicações. Não obstante estes progressos, a importância da ajuda financeira do exterior e a influência do comportamento verificado nas economias desenvolvidas ao nível da economia mundial, representam elementos de incerteza importantes para o desempenho futuro.

Ao contrário dos factores anteriormente referidos, a redução da dívida externa, a gradual, ainda que imperfeita, diversificação das fontes de rendimento e das relações comerciais, tenderão a atenuar o impacto negativo das alterações das condições globais na economia africana.

África do Sul

O crescimento real do PIB na África do Sul tem exibido alguma desaceleração ao longo de 2007, em reacção ao aperto das condições monetárias. Depois de um crescimento real do PIB de 5,4% em 2006 estima-se para 2007 um crescimento ligeiramente inferior a 5%. O ritmo de crescimento do consumo e investimento privados está a convergir para taxas mais sustentadas tendo por efeito um abrandamento na expansão do *deficit* externo, que no entanto se situa em níveis elevados (8,1% do PIB no terceiro trimestre). O Reserve Bank da África do Sul aumentou as taxas de juro em 200 p.p. ao longo de 2007 (o mesmo que em 2006) colocando a taxa principal de refinanciamento em 11%. Por esta via, a autoridade monetária pretende contrariar efeitos de segunda ordem, mais persistentes, na evolução da inflação, em particular os associados às revisões salariais. A inflação geral tem permanecido superior ao intervalo-objectivo do Banco Central (3% a 6%) a partir de Abril, por força da evolução do preço dos combustíveis e bens alimentares.

Economia de Moçambique

Crescimento Económico, Produção e Preços

Estima-se que o crescimento económico registado em Moçambique seja de 7,5% em 2007, dando continuidade à trajectória ascendente iniciada desde 1994, registando na última década, uma taxa de crescimento anual média de 8,2%. O sector de exportação de alta intensidade de capital – alumínio (Mozal), gás (Sasol) e minerais – registou um crescimento substancial à custa de fluxos do investimento directo estrangeiro, sendo de destacar a indústria de areias pesadas de Moma, cuja produção

iniciou em Abril de 2007. No total, estima-se que a indústria transformadora contribuiu em aproximadamente 13% do PIB em 2007. O sector agrícola, que beneficiou de elevados investimentos num passado recente, cresceu abaixo do seu potencial (10%), em parte devido a condições climáticas adversas no centro do país, aos efeitos do ciclone Fávio, aos custos de factores de produção ocasionados pela alta do combustível, fraco ambiente de negócio e infra-estruturas precárias. Estima-se que o peso deste sector no PIB, tenha sido da ordem dos 24%, empregando 78% de toda a PEA¹. De destacar, o açúcar e o tabaco, como os principais contribuintes da produção, tendo o algodão e a castanha de caju geralmente orientados para o mercado exterior; registado níveis abaixo do seu potencial histórico.

O sector de serviços, nomeadamente transportes e comunicações, registou uma taxa de crescimento de 13% (homóloga em relação a Setembro de 2007), tendo beneficiado de investimentos em infra-estruturas (portos, caminhos de ferro, pontes e estradas), reforçando a dinâmica do serviço ferro-portuário aos países vizinhos. Estima-se que, até finais de 2007, o valor da produção deverá cifrar-se em 11% do PIB. O sector da construção foi o que registou a maior taxa de crescimento (54,1% até ao terceiro trimestre de 2007), impulsionado pelo dinamismo em grandes obras públicas e pela concretização da construção de centros de saúde e escolas no quadro dos Objectivos do Milénio e da luta contra a pobreza, a que se acrescenta o dinamismo da construção habitacional nos principais centros urbanos. Estima-se que a contribuição deste sector para o PIB ronde os 5,5%.

Os serviços financeiros registaram um crescimento assinalável, na ordem de 21,6% (taxa homóloga relativa a Setembro de 2007), apoiados pela concretização das intenções de investimento no sector bancário – pela expansão para as zonas rurais, por novas entradas induzidas em resultado da estabilidade e níveis de rentabilidade atractivos e pela contínua modernização de sistemas e procedimentos dos principais bancos. A contribuição deste sector no PIB é estimada entre 5 a 6% em 2007.

Outros sectores que contribuíram para a produção foram: comércio (9%), aluguer de imóveis e serviços prestados a empresas (7,4%), electricidade e água (5,3%) e extracção mineira (0,8%).

Quanto aos preços, em geral registaram um crescimento na ordem de 10,26% em 2007, acima dos cerca de 6% programados, o que se fundamenta pela alta dos preços de combustível, cereais, produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, na generalidade das regiões do país, ligeiramente atenuada pela deflação de alguns produtos essenciais, como o tomate e frangos, explicada pelo aumento da oferta nos últimos dois trimestres. A inflação foi induzida pela importação e embora se tenha registado uma estabilidade do Metical face ao Dólar Americano e à moeda Sul-africana, esta não foi suficiente para conter a tendência ascendente dos preços, especialmente no último trimestre de 2007. A inflação pela pressão da procura foi, também, explicada pelo aumento do consumo privado sustentada pela progressão ascendente do crédito para bens de consumo favorecido pela redução da taxa de juro, assim como pela melhoria dos níveis salariais mínimos resultantes da negociação anual dos mesmos.

¹ PEA: População Economicamente Activa

O quadro seguinte sintetiza alguns indicadores económicos no período 2002-2007:

	2002	2003	2004	2005	2006	2007(E)
PIB real (t.v.a)	8,2%	7,9%	7,5%	6,2%	8%	7,5% ^(a)
Inflação (t.v. média)	16,8%	13,4%	12,6%	6,4%	13%	8,2% ^(b)
Inflação (fim de período)	9,1%	13,8%	9,1%	11,1%	9,4%	10,26% ^(b)
Massa monetária (t.v.a)	20,1%	23,4%	6,1%	22,0%	21%	24,8% ^(c)
Saldo da BTC (em % do PIB)	-20,6%	-19,5%	-9,5%	-12,0%	-8,9%	-9,2%
Saldo orçamental (em % do PIB)	-7,9%	-4,5%	-4,9%	-5,8%	-2%	-5,3% ^(d)
Tx. câmbio MZN/USD em fim de período	23,85	23,86	18,89	23,06	25,97	23,82 ^(c)
Var: % da Tx. câmbio MZN/USD ^(e)	2,3%	0,0%	-20,8%	22,0%	13%	-8,3%
Tx. câmbio MZN/ZAR em fim de período	2,73	3,52	3,38	3,62	3,82	3,45
Var: % Tx. câmbio MZN/ZAR	22,2%	28,7%	-4,0%	7,1%	11%	-5,5%

Notas: (E) – estimativas, excepto Tx câmbio; (a) – EIU, (b) – INE, (c) – Banco de Moçambique, (BdM), (d) – EIU, 7,2% até Setembro (BdM); (e) – sinal negativo indica apreciação do MZN.

Sector Externo

Após alguns anos de investimento em mega-projectos (alumínio, areias pesadas e gás), a parcela de bens correspondente a estes projectos continuou a sustentar um *superavit* na ordem de 488 milhões de USD, um incremento na ordem de 3 p.p., em relação ao mesmo período de 2006. Adicionalmente, volvidos alguns anos depois de investimentos intensos na agricultura (tabaco, algodão, madeira) e do volume de produção crescente de energia sustentado pela procura da África do Sul e Zimbabwe, as exportações continuaram a registar um ascendente progressivo, o que explica a melhoria da balança comercial na redução do respectivo *deficit* para níveis equivalentes a uma taxa de cobertura das importações pelas exportações em 88%. Destaque-se que estruturalmente se estima que os grandes projectos passaram (até ao 3.º trimestre de 2007) a contribuir com maior peso nas exportações (76,6%), um incremento na ordem de 12,5%, compensando a redução de receitas dos outros sectores, situação justificada na generalidade, pela conjugação da redução de preços no mercado internacional, e em certos casos, pelo encerramento de fábricas e o aumento da oferta por outros países (camarão, açúcar, castanha e amêndoa de caju) afectando as respectivas receitas de exportação. Estima-se que o *deficit* da conta corrente seja de 9,2% do PIB em 2007.

Finanças Públicas²

Segundo estimativas oficiais, o *deficit* orçamental antes de donativos deverá ter ascendido a 7,2% do PIB, ligeiramente acima dos níveis de 2006 (7,1%). Para o desempenho das contas públicas, num cenário de crescimento económico, contribuíram de uma forma determinante o dinamismo imprimido pela Autoridade Tributária de Moçambique criada em 2006, que se traduziu em maior eficácia na cobrança e regularização de impostos de grandes contribuintes (IRPS e IRPC), resultando num crescimento das receitas fiscais em 26,1%, acima dos níveis programados, ligeiramente atenuados pela descida dos impostos sobre bens e serviços (IVA) e direitos aduaneiros. Por outro lado, registou-se maior volume de despesas correntes acima dos níveis programados, no pagamento de salários e

² Estimativas até Setembro de 2007, como variação anual determinada com relação a Setembro de 2006.

pensões (25,4% acima), na aquisição de bens e serviços e despesas de investimento (aumento de 17,6%), contrariando a tendência ascendente da cobrança das receitas. A estrutura de financiamento do *deficit* orçamental continua dependente, em larga medida, da ajuda externa.

Situação Monetária e Cambial

Em 2007, as autoridades monetárias do país programaram o controlo da oferta monetária para conter a inflação a níveis de 6%, permitindo também, consolidar a estabilidade do Metical em relação às principais moedas de transacção com não-residentes. Com efeito, o agregado monetário, M3, aumentou em cerca de 27,9% (entre Novembro de 2006 e Novembro de 2007), factor propiciado pela injeção de fundos pelo Estado à economia, pela entrada de fundos externos, maior preferência do público por moedas e notas, assim como pelo crédito à economia do sistema bancário, o qual aumentou em cerca de 20% durante o período sob consideração, notando-se maior concentração no comércio (26%), indústria (16%) e consumo (14%). O aumento de crédito foi influenciado pela descida das taxas de juro dos bancos comerciais acompanhando a trajectória descendente das taxas de juro do mercado monetário interbancário, decorrentes do corte das taxas de intervenção do Banco de Moçambique na cedência regular de liquidez, de 17,5% em Dezembro de 2006 para 15,5% em Junho de 2007, tendo-se mantido inalterada até finais do ano.

A taxa de câmbio do Metical em relação ao dólar americano registou tendência de estabilidade tendo variado em torno do intervalo 23 – 26 MZN/USD induzido por vários factores, nomeadamente:

- (a) pelo enfraquecimento da moeda americana;
- (b) pela profundidade do mercado cambial e confiança dos agentes económicos decorrente de expectativas na estabilidade do Metical;
- (c) pela maior disponibilidade de divisas resultantes da ajuda externa. Relativamente à moeda sul-africana, o Metical registou uma apreciação estimada em 5,4% até Dezembro de 2007.

Sistema Financeiro Moçambicano

Ao longo de 2007, verificou-se uma maior intervenção no MCI – Mercado Cambial Interbancário por parte do Banco de Moçambique, com intervenções bilaterais com os bancos comerciais, efectuando intervenções de venda semanais de divisas por via de leilão. Estes procedimentos contribuíram para a estabilidade da taxa de câmbio e procuraram, simultaneamente, controlar a inflação.

Durante o ano em curso observou-se uma estabilidade na taxa de câmbio com alguma valorização do Metical no final do ano, devido à intervenção por parte do Banco Central ao se disponibilizar para uma maior cedência da moeda Norte-americana no mercado.

A consequente valorização do Rand face ao Dólar e a subida do preço do barril de petróleo bruto para valores perto dos 100 USD foram as razões que levaram o Banco de Moçambique a decidir pela valorização do Metical, tendo como principal objectivo o controlo da inflação abaixo de um dígito.

Assistiu-se ao lançamento, pelo Banco de Moçambique, de novos instrumentos financeiros no MMI – Mercado Monetário Interbancário, os *Repos* e *Reverse Repos* – vendas com acordo de recompra, operações que actualmente são efectuadas entre o Banco de Moçambique e os bancos comerciais através de operações bilaterais.

No primeiro trimestre do ano o Banco Central procedeu a alterações no regime de Reservas Obrigatórias, com o alargamento da sua base de incidência, e em simultâneo, redução do coeficiente de reservas obrigatórias para 10,15% passando a ser calculados numa base diária.

No que se refere à introdução ou alteração de regulamentos e legislação que rege o funcionamento do Sistema Financeiro Moçambicano, destacam-se:

- **Aviso n.º 02/GBM/2007** – Reservas Obrigatórias – alteração da base de incidência e redução do coeficiente de reservas obrigatórias para 10,15%, numa base diária;
- **Aviso n.º 03/GBM/2007** – Documentos de Identificação de Clientes em Operações Financeiras – obrigatoriedade de todas as instituições financeiras possuírem um regulamento interno que claramente enumere os documentos de identificação exigíveis aos Clientes.

De forma a harmonizar o regime contabilístico das instituições de crédito e sociedades financeiras às Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), foram publicados:

- **Aviso n.º 04/GBM/2007** – Normas Internacionais de Relato Financeiro – estabelece as normas gerais que regem a contabilidade das instituições sujeitas à supervisão do Banco de Moçambique e harmonização do regime contabilístico às NIRF;
- **Aviso n.º 05/GBM/2007** – Fundos Próprios – ajusta as regras de determinação dos fundos próprios das instituições de crédito e sociedades financeiras aos padrões internacionais;
- **Aviso n.º 06/GBM/2007** – Rácios e Limites Prudenciais – estabelece os rácios e limites prudenciais e as necessárias adaptações para o caso das instituições financeiras que não apresentem as suas demonstrações financeiras de acordo com as NIRF;
- **Aviso n.º 07/GBM/2007** – Limites às Provisões – ajuste da fórmula de cálculo de provisões regulamentares mínimas às NIRF e as necessárias adaptações para o caso das instituições financeiras que não apresentem as suas demonstrações financeiras de acordo com as NIRF;
- **Aviso n.º 08/GBM/2007** – Consolidação – estabelece as situações em que as instituições de crédito e as sociedades financeiras estão sujeitas à supervisão em base consolidada ajustada pelo Banco Central e fixa as regras relativas à consolidação de contas e ao cálculo dos fundos próprios em base consolidada;

- **Aviso n.º 09/GBM/2007** – Crédito Correlacionado – define os conceitos de entidades correlacionadas e crédito correlacionado e as respectivas condições para a concessão deste tipo de crédito, de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade (NIC 24), complementando as normas de conduta contidas na Lei n.º 15/99, de 1 de Novembro.

Inserido na estratégia de extensão dos serviços financeiros às zonas rurais, o Banco de Moçambique publicou:

- **Aviso n.º 10/GBM/2007** – estabelece o regime aplicável aos bancos e micro-finanças que pretendam expandir a sua actividade para as zonas rurais, através de abertura de agências ou outras formas de representação.

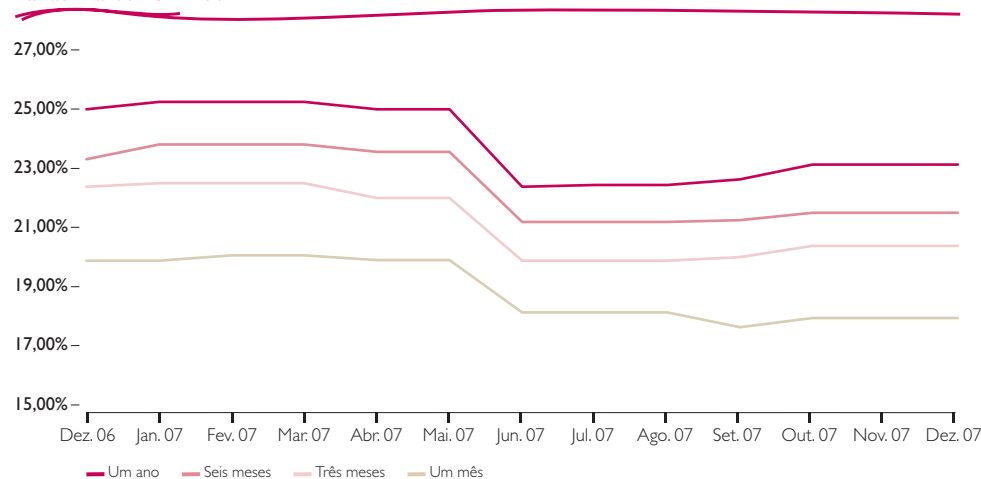
No âmbito do aperfeiçoamento dos Mercados Interbancários, o Banco de Moçambique publicou:

- **Aviso n.º 11/GBM/2007** – Operações com Acordo de Recompra e Revenda de Títulos de Renda Fixa;
- **Aviso n.º 12/GBM/2007** – Taxas de Câmbio a praticar no Mercado Cambial Interbancário (MCI).

No primeiro semestre do ano, foi criado um Comité de Política Monetária (CPM) para coordenar a implementação da política monetária, tendo como objectivo assegurar níveis adequados de liquidez na economia, preservar o valor da moeda nacional mantendo a inflação baixa e estável e cumprir com a meta de reservas internacionais líquidas definida. Ainda no 1.º semestre, procedeu-se à introdução e à validação dos dispositivos de segurança nos meios de pagamentos, com o NIB (Número de Identificação Bancária) nas TEI (Transferências Electrónicas Interbancárias) e dígito de controlo nos cheques, que contribuiu para melhorar a fiabilidade da informação recebida na compensação.

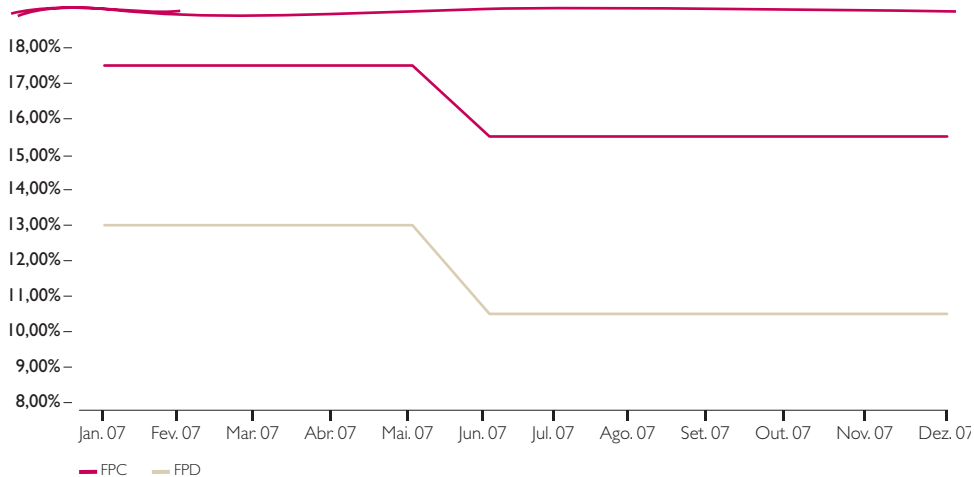
Em relação ao mercado monetário interbancário, prevaleceram as seguintes taxas da MAIBOR, que evidenciam uma descida no 2.º trimestre do ano e a manutenção ao longo dos restantes trimestres:

Taxas Maibor em 2007



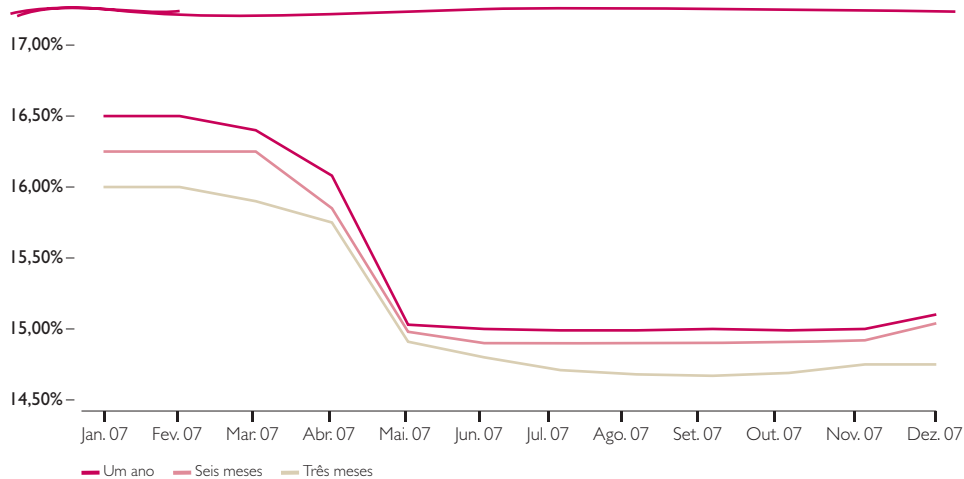
As taxas de intervenção do Banco de Moçambique, tiveram uma descida em relação ao final do ano anterior; tendo a FPD (Facilidade Permanente de Depósito) descido de 13,00% para 10,50% e a FPC (Facilidade Permanente de Cedência) de 17,50% para 15,50%.

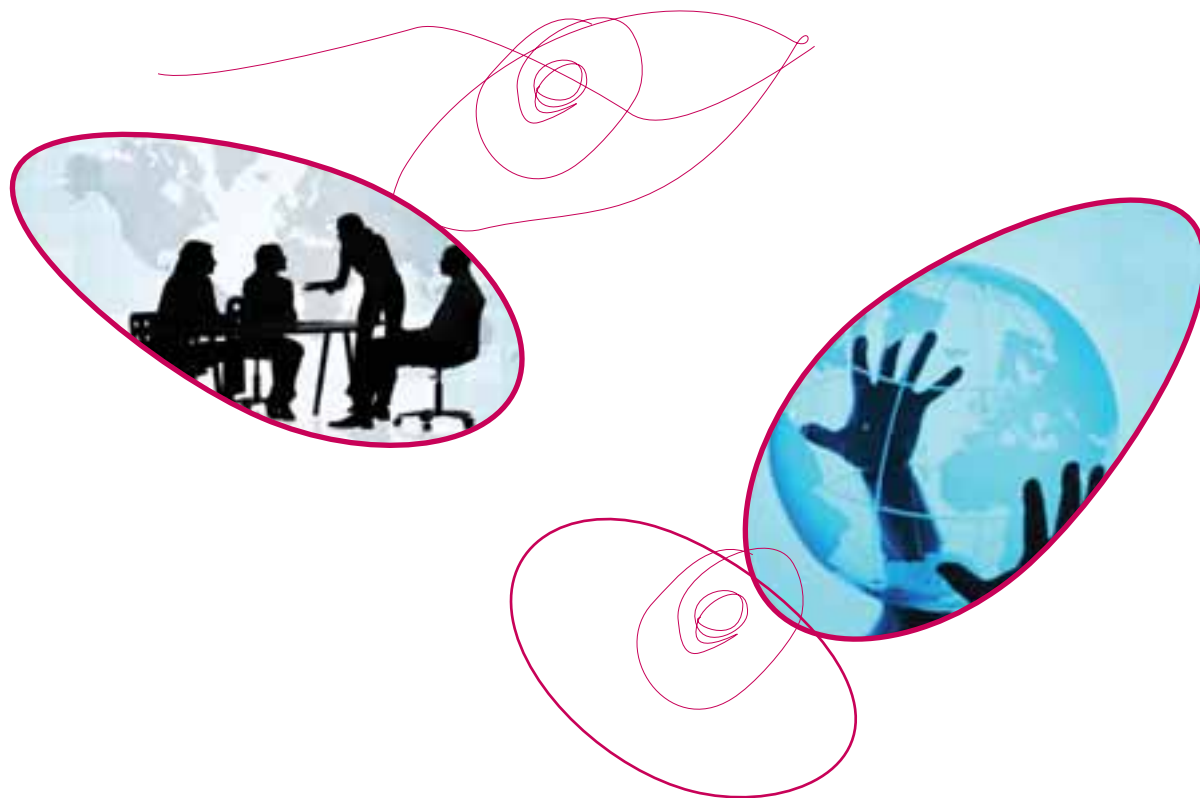
Taxas de referência 2007



As taxas de Bilhetes Tesouro, evidenciam uma descida antes do final do 1.º semestre do ano e a manutenção a níveis mais ou menos estáveis ao longo de todo o 2.º semestre, prevalecendo a taxa de 14,75% para o prazo de 91 dias, 15,05% para o prazo de 182 dias e de 15,11% para 364 dias.

Bilhetes do Tesouro 2007





Actividades do Millennium bim

- 24 Áreas de Negócio
- 28 Unidades de Apoio ao Negócio
- 33 Empresa Subsidiária
- 36 Responsabilidade Social
- 37 Iniciativa *Global Compact* das Nações Unidas



Áreas de Negócio

Banca de Retalho

O ano 2007 foi marcado pelo lançamento do programa de expansão da rede de balcões do retalho e pelo reforço, no plano comercial, do modelo de negócio iniciado em 2006.

A decisão de dar continuidade à diferenciação iniciada no ano anterior e uma dinâmica comercial potenciada pelo aprofundamento do modelo de segmentação do negócio de retalho, entre Clientes *Mass Market* que valorizam uma proposta de valor alicerçada na inovação e rapidez e de Clientes com atendimento personalizado, Clientes *Affluent*, os quais dada a sua especificidade de interesses e dimensão do património financeiro assim o justificam, contribuíram para uma maior mobilização e eficácia na acção comercial, reflectindo-se num acompanhamento mais próximo das expectativas e preferências dos Clientes.

Sendo a banca de retalho o segmento de negócio mais expressivo da actividade do Millennium bim, a abertura de novos balcões assume um significado relevante, não apenas por ser a face visível do crescimento do Banco, mas principalmente pelo aperfeiçoamento da capacidade de oferta de produtos e serviços de uma forma atenta e disponível, marcando a diferença e assumindo o compromisso numa forma ímpar de servir os seus Clientes.

O Millennium bim é um Banco universal que se dirige à totalidade dos segmentos de mercado, procurando marcar a sua presença assente na excelência e na qualidade. Assim, a disponibilidade e a acessibilidade aos seus canais de distribuição são vitais.

Nesta perspectiva de compromisso pela oferta abrangente e disseminada, o redimensionamento da rede de balcões é essencial para que a rede comercial possa assegurar o contacto directo com os Clientes de acordo com critérios de conveniência e proximidade.

Neste âmbito, tornou-se também evidente a consolidação do compromisso do Banco enquanto empresa socialmente responsável, ao investir num novo conceito de balcão, especialmente concebido – e por isso único em todo o Grupo Millennium – destinado à penetração em zonas rurais e peri-urbanas, altamente carenciadas de infra-estruturas, cumprindo a promessa de abranger no seu plano de expansão comercial, sempre que economicamente se justifique, as zonas de difícil acesso, desprovidas de serviços financeiros bancários, respondendo assim ao apelo que o Governo dirigiu aos bancos comerciais no sentido de promover a bancarização das regiões rurais.

Foram assim inaugurados dez novos balcões nas seguintes zonas:

- rurais: Xinavane, Boane e Namialo;
- peri-urbanas: Bairro 25 de Junho, Zimpeto, Xiquelene, Matola e Mutauanha;
- urbanas: cidades de Maputo e Nacala.

Para o segmento *Affluent* Particulares e Negócios, Clientes que pela sua especificidade de interesses, necessidades e dimensão do seu património financeiro requerem um atendimento personalizado, o Banco abriu ainda cinco novos espaços de atendimento especializado – três em Maputo, um na Beira e um em Nampula – com vista a melhorar a oferta e a qualidade de serviço e reforçar a sua posição neste importante segmento.

Nos grandes centros urbanos implementou-se a diferenciação de abertura dos balcões ao público garantindo a disponibilidade alargada de atendimento da 8h00 às 17h00, horário diferenciado em cerca de 10 % da rede de balcões do Banco.

A expansão da rede comercial foi acompanhada de um forte investimento na oferta de valor do Millennium bim, com a introdução de novos produtos e serviços, incorporando adicionalmente uma vertente de responsabilidade social.

Visando uma maior disponibilidade do Banco, foi lançado o serviço de *mobile banking* Millennium bim SMS, que permite a realização da grande maioria das transacções efectuadas ao balcão, com custos mais reduzidos, associado a uma significativa poupança por parte da população no acesso ao Banco, tomando em consideração a insuficiente presença da rede bancária e o mau estado das vias e limitação de transportes em tão extenso território. A forte adesão ao serviço, em todo o país, e o número crescente de operações efectuadas por SMS confirmam o seu impacto positivo na vida dos nossos Clientes.

Assumindo a preocupação constante de responder eficazmente às exigências de segmentos específicos de Clientes com produtos e serviços especializados, foi recentemente lançado o Cartão Mulher, inspirado e dando enfoque exclusivamente à personalidade e natureza da mulher, e que oferece com a anuidade de um simples Visa Electron, um seguro de saúde com as coberturas de despesas de parto e de tratamentos relacionados com o cancro da mama e do colo do útero, coberturas não disponíveis, individualmente, no mercado segurador nacional. O cartão oferece ainda desconto em dezenas de estabelecimentos comerciais no país.

Foi disponibilizada igualmente uma linha de crédito bonificada destinada a financiar o relançamento das Empresas e dos Empresários em Nome Individual, que exercem as suas actividades nas zonas que foram afectadas pelo ciclone Fávio.

Tendo como uma das prioridades de actuação, a responsabilidade de apoiar o desenvolvimento e a modernização de Moçambique, o Banco procedeu a uma forte dinamização do produto *Táxi Leasing*, tendo triplicado o número de operações aprovadas, levando a que se encontre já renovada uma importante parte da frota de táxis de Maputo. Com esta operação, os taxistas viram as suas condições de trabalho bastante melhoradas, prestando um serviço de qualidade superior e gerando mais receitas.

O Millennium bim consolidou a sua posição como um dos bancos mais activos no segmento de retalho, desenvolvendo uma acção comercial em que assumiu particular importância a oferta de produtos inovadores e direccionados, dos quais destacamos "A Conta Ordenado Mais", que permite a antecipação do ordenado, vinte dias antes do dia do seu pagamento, "A Conta Poupança 2X Mais", que associa um seguro de vida que duplica o Capital aplicado em caso de morte do titular e a "Conta Crescente", uma aplicação com uma taxa crescente atractiva e com pagamento trimestral de juros na conta à ordem.

Por outro lado, o "Crédito Nova Vida", o produto estrela do crédito ao consumo do segmento *Mass Market*, viu alargado o prazo máximo dos financiamentos para 60 meses, permitindo assim aos Clientes aceder a prestações mensais mais baixas. A aceitação desta proposta é comprovada pelo crescimento expressivo que o produto continua a registar e que continua a vincular o Millennium bim como banco de referência no Crédito ao Consumo.

No negócio de Cartões, o Millennium bim manteve a liderança, tendo os cartões de débito atingido um grau de penetração de quase 80% no universo dos nossos Clientes. A sua oferta foi alargada através do Cartão Mulher, e na componente de crédito, foi lançado o cartão privativo Millennium bim para os estabelecimentos *Home Center*, uma das principais lojas de venda de mobiliário e artigos domésticos do país.

Para agilizar o processo de pagamento de salários e permitir o seu pagamento em data fixa, o Banco lançou a "Conta Certa", um produto que dá acesso a uma linha de crédito, com *spread* zero, para pagamento de salários, permitindo assim o cumprimento com as datas fixadas para o efeito, independentemente de eventuais oscilações de tesouraria.

Em 2008, o Millennium bim irá prosseguir a abordagem centrada no Cliente numa perspectiva multi-produto e multi-canal, direccionada para a construção de uma oferta bancária de excelência e exclusiva e que simultaneamente intensifique o *cross-selling*.

Corporate Banking e Banca de Investimento

Nas actividades de Corporate Banking e de Banca de Investimento, o Millennium bim manteve-se fortemente empenhado na liderança de diversos projectos com impacto na economia nacional, apostando na melhoria da oferta e da qualidade de serviço, adequados às expectativas de Clientes com elevado grau de sofisticação.

O lançamento de produtos inovadores no mercado nacional, com inegável espaço e valor acrescentado, dos quais se destaca o *Factoring*, aliado à introdução de novos serviços de conveniência e à decisão no sentido de expandir e reforçar a presença da rede Corporate no norte do país, acompanhando os pólos de maior desenvolvimento económico, marcaram o ano neste importante segmento de negócio.

No que se refere às Empresas, foi disponibilizado em 2007, o "*Factoring Fácil*" e o "*Factoring Completo*", produtos que consistem na cessão pontual (*Factoring Fácil*) ou regular e continuada (*Factoring Completo*) ao Banco, de créditos de curto prazo que as empresas detêm sobre os seus Clientes, para a gestão da sua cobrança e antecipação de fundos.

Durante o ano 2007 o envolvimento da Banca de Investimento foi marcado pela análise de projectos de investimento de grande envergadura nos diversos sectores da economia, incluindo no sector agrícola, tradicionalmente menos favorecido pela Banca comercial.

Verificou-se um aumento de solicitações na prestação de serviços financeiros a empresas e grupos empresariais nacionais, bem como, de assessoria na estruturação e montagem de operações de mercado de capitais, que deverão em 2008, reflectir-se na adequação da estrutura da Direcção para responder à crescente procura destes serviços.

Uma vez mais, o Millennium bim manteve a liderança em Sindicatos Bancários com impacto na economia nacional, como é o caso do Sindicato de importação de produtos petrolíferos. Em 2007, assume ainda particular relevo, a participação do Banco numa operação de sindicância internacional, constituindo-se por esta via como o primeiro Banco Moçambicano a participar num sindicato bancário internacional, para financiamento de uma operação no estrangeiro.

Unidades de Apoio ao Negócio

Recursos Humanos

As prioridades em termos de gestão de Colaboradores, continuaram a orientar-se para o desenvolvimento das capacidades organizacionais indispensáveis à eficácia das diferentes áreas, gestão descentralizada das carreiras, responsabilização e formação contínua, de forma que ao desempenhar mais eficientemente as suas funções, a realização profissional e pessoal de cada Colaborador, seja cada vez maior.

No conjunto de programas de formação realizados ao longo do ano, quer tenham sido de índole estratégica ou operacionais, quer transversais ao Banco ou específicos, foram abrangidos 1.045 participantes.

Em 2007, para além da formação de integração, em balcão simulado, no IFBM – Instituto de Formação Bancária de Moçambique e em língua inglesa, merecem realce os seguintes programas de formação de cariz estratégico:

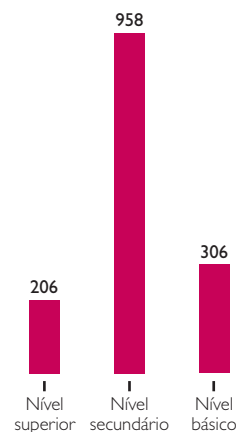
- Formação Integrada – Dirigida à rede comercial de retalho, com o intuito de estimular os Colaboradores na sua auto-formação e desenvolvimento de competências, individualmente e por equipas de balcão, tendo como objectivo a melhoria contínua do serviço prestado ao Cliente;
- NIRF – Subordinada ao tema NIRF – Normas Internacionais de Relato Financeiro, orientada por uma empresa de consultoria, destinada a capacitar os diversos Colaboradores que lidam com matérias de reporte financeiro, face às novas exigências do Banco Central.

O Millennium bim, como habitualmente, distinguiu os Colaboradores que pelo seu desempenho profissional e capacidade de trabalho devem servir de exemplo a seguir por todos os Colaboradores do Banco, face ao nível de verdadeira excelência que alcançaram, com o prémio de participação num estágio no Millennium bcp, em Portugal.

A política de gestão dos Colaboradores orienta-se pelo princípio da responsabilização, desenvolvimento de qualificações, reforço de competências e contínua preparação, para que os Colaboradores possam responder aos desafios que forem surgindo, com qualidade e eficiência, motivação e empenho, responsabilidade e realização humana.

O Sistema de Gestão da Satisfação dos Colaboradores, instrumento de medida que permite aferir os níveis de satisfação e motivação, foi realizado pelo segundo ano consecutivo, tendo sido enviado

Habilitações literárias dos Colaboradores



por via de correio electrónico, em simultâneo a todos os Colaboradores do universo das operações do Millennium.

Este inquérito anual à satisfação dos Colaboradores, que permite avaliar as condições de exercício da actividade, características da função, relação hierárquica, as políticas de gestão de pessoas, de carreiras e de remuneração, entre outros, registou no Millennium bim uma maior participação e envolvimento, relativamente ao ano anterior.

Com base na resposta a estes inquéritos, a Administração do Banco definiu prioridades que permitirão, ao longo do tempo, criar condições para que o ambiente e condições de trabalho sejam cada vez melhores de forma a que o Millennium bim seja sempre uma entidade empregadora de referência para cada um dos seus Colaboradores.

Cientes de que um dos pilares de satisfação dos Clientes externos é o bom funcionamento dos serviços internos, continuaremos a apostar em criar condições adequadas para o bom desempenho de cada Colaborador, contribuindo para uma maior motivação, assente na avaliação do desempenho e na recompensa, na mobilidade e gestão de carreiras, na formação e em benefícios sociais.

No final de 2007, o número de Colaboradores era de 1.470, registando um crescimento médio de 3% em relação ao ano anterior e reflectindo a evolução da rede de balcões no âmbito do programa de expansão em curso.

No universo dos Colaboradores do Millennium bim, 47% são do sexo feminino.

Área Financeira

Proseguiu-se ao longo do ano com as visitas a Clientes, registando-se um crescimento assinalável ao nível de operações com Clientes de acesso directo à Sala de Mercados, e com um forte impacto positivo nos resultados cambiais.

No âmbito do Mercado de Capitais, as transacções verificadas na Bolsa de Valores, mantiveram o comportamento idêntico ao do ano anterior, registando um baixo índice de operações no mercado secundário. É de realçar a volatilidade de preço das Acções das CDM – Cervejas de Moçambique com cotação máxima 51,50 MZN em Set./07, encerrando o ano ao preço de 19,70 MZN.

Mercado Monetário e Cambial

O posicionamento do Banco no mercado de dívida pública (BT – Bilhetes do Tesouro) foi estável, suportado numa carteira cujo montante global em Dezembro rondava os 6 mil milhões de MZN. A carteira de BT continua a ser o activo elegível que suporta o recurso à liquidez junto do Banco Central, e também possibilita a dinamização do mercado secundário junto dos Clientes.

Número de Colaboradores – Área de actividade



A política de intervenção por parte do Banco de Moçambique no MCI – Mercado Cambial Interbancário, com leilões em Dólares Americanos duas vezes por semana bem como intervenções pontuais pelo lado da venda e compra de dólares às Instituições Financeiras, mostrou-se eficiente mantendo o Metical estável em relação às taxas de câmbio do final de 2006.

Durante o ano 2007, a estabilização do Metical face ao Dólar fez com que as margens entre os preços de venda e compra fossem mais reduzidas, sendo de realçar o aumento de competição entre as Instituições Financeiras e a redução de *spreads*.

No final do ano assistimos a uma maior intervenção do Banco Central do lado da venda da moeda Norte-americana no sentido de valorização do Metical. Esta intervenção foi devida essencialmente à política de manutenção de um efectivo controlo com vista a sustentar a taxa de Inflação abaixo de um dígito, dada a valorização do Rand face ao Dólar e por sua vez face ao Metical bem como o facto da subida do preço do barril do petróleo bruto poder pôr em perigo essa mesma meta de inflação.

A agressividade que nos caracteriza, aproveitando as oportunidades de negócio que se deparam e que estão associadas às transacções comerciais entre o Banco, os seus Clientes e as Instituições Financeiras, incentivando-os a procurar os mecanismos disponíveis pelo Millennium bim para a realização de mais operações que tragam maior rentabilidade, continuará a ser a aposta, numa procura permanente de encontrar soluções que induzam uma melhor prestação de serviços aos Clientes.

Banca Electrónica

No ano 2007 prosseguiu-se com a aposta no reforço de qualidade, através do esforço de migração de transacções para os canais electrónicos alternativos, libertando assim recursos e meios para o esforço comercial, com a maximização dos equipamentos instalados e melhoria do nível de serviço que os mesmos prestam aos Clientes.

Ao nível dos produtos de cartões, o Millennium bim, tal como o fez em 2006 ao lançar em Moçambique o primeiro cartão *Co-branded* LAM-VISA, marcou uma vez mais a sua forma criativa com dois novos produtos: um cartão Electron temático, dedicado exclusivamente à Mulher e um cartão de Crédito local, *Private Label*, conceitos inovadores que certamente constituem um marco importante na história dos Cartões em Moçambique.

O início da compensação em Meticais entre os Bancos Membros da redeVISA em detrimento do Dólar e o conseqüente fim da aplicação de comissões de conversão de moeda, trouxe aos Clientes total transparência na interpretação dos montantes transaccionados em redes que não a do seu Banco.

As diferentes iniciativas tomadas no seio do VISA *Fraud Forum*, no qual o Millennium bim é o seu coordenador, permitiram que Moçambique tenha começado a integrar a lista dos países com as melhores práticas anti-fraude e com estes índices abaixo da média da região.

O Canal ATM continuou a ser alvo de forte procura, o que motiva para o encontro de mais e melhores soluções. Foram introduzidas melhorias qualitativas importantes, de que se destaca o aumento do *up-time* da rede em 25% e o leque de opções de carregamento pelo Balcão, melhorando significativamente a autonomia das ATM.

Reforçamos o parque de ATM com mais 50 novas unidades, algumas destas utilizadas em processos de substituição e renovação tecnológica e em zonas “toda-a-hora” que pela sua disponibilidade e rapidez traduziram-se em maior satisfação dos seus utentes.

Dando continuidade a um processo de constante melhoria, procedemos ao alargamento das funcionalidades disponíveis, passando a informar os Clientes via SMS que o seu cartão de renovação já se encontra disponível no Balcão. Complementarmente, a ATM informa o Cliente que o cartão vai expirar dentro de 15 dias e que deverá dirigir-se ao seu Balcão. De forma a combater a clonagem de cartões ou o seu uso por alguém não autorizado, foi criado o serviço de alerta via SMS que informa o Cliente sempre que o seu cartão é utilizado acima de determinados critérios.

Procedemos, ao nível do *Revolving*, a importantes acções de reajustes pró-activos de *plafonds*, assim como convites ao uso do pagamento parcelar, ajustado às necessidades financeiras do Cliente e contribuindo para o aumento da rentabilidade.

Acreditamos que 2007 foi um ano em que se consolidou a imagem da Banca Electrónica junto dos Clientes, alicerçada na sua dimensão, segurança, riqueza de funcionalidades e maior disponibilidade.

Operações e Sistemas de Informação

O ano 2007, ao nível das áreas de operações e de sistemas de informação, correspondeu a um período no qual foram obtidos resultados significativos em termos do desenvolvimento de novas ferramentas e na evolução dos procedimentos internos, em ordem a tornar a operativa bancária o mais eficiente possível.

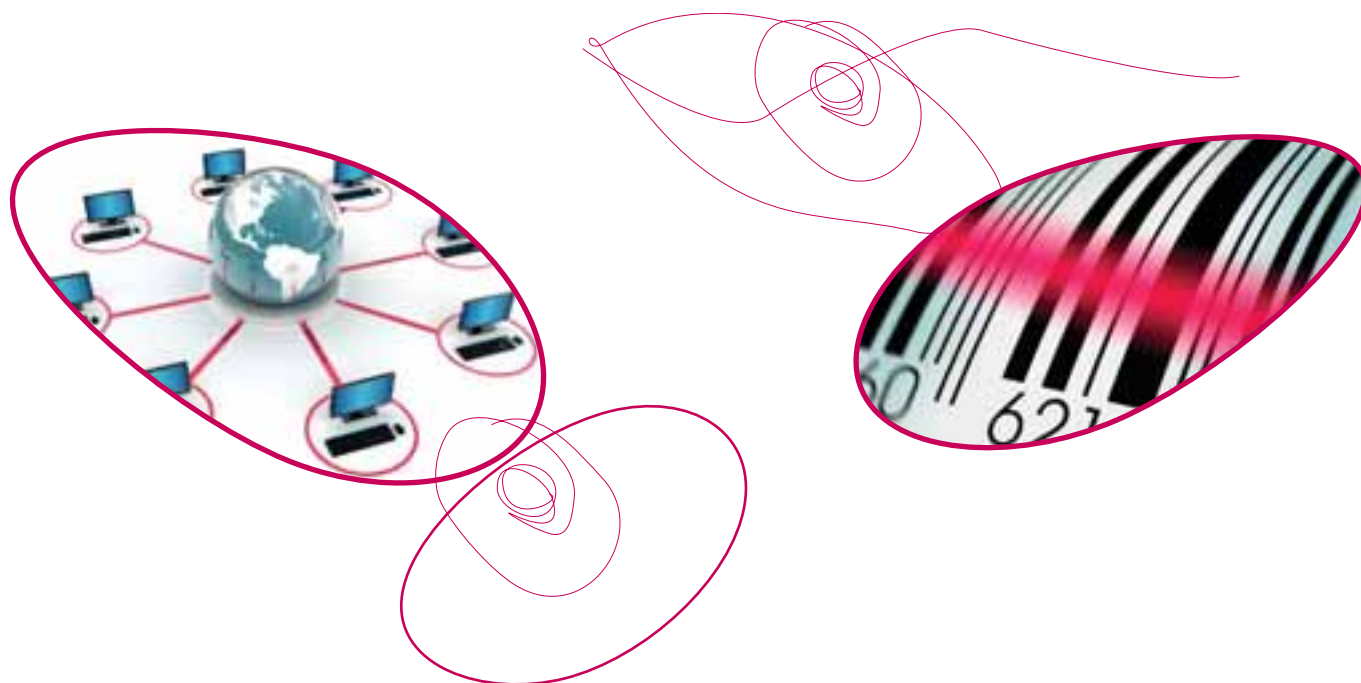
Foram desenvolvidas e colocadas em produção novas soluções de *workflow* para linhas de negócio fundamentais, nomeadamente na área de crédito (p.e. “Conta Ordenado Mais”, “Conta Mola” e “CNV Home Center”) e de gestão de garantias recebidas.

Estas soluções baseadas em lógicas de *workflow* continuam a permitir ao Banco crescer significativamente no número de operações concretizadas, processadas de forma standardizada, exigindo menos *staff* e implicando grande redução do nível do risco operacional e maior rapidez de processamento.

Foram também desenvolvidos novos produtos que permitiram ao Banco continuar na vanguarda da oferta de produtos e serviços disponibilizados ao nosso mercado, como são exemplo a “Conta Crescente” e o “Cartão de Crédito privativo Home Center”.

A solução “Millennium bim SMS” foi lançada no mercado em Julho de 2007, visando disponibilizar um vasto leque de transacções bancárias a todos os nossos Clientes através de troca de simples mensagens. A robustez da solução e a oportunidade na disponibilização deste novo canal de comunicação com os nossos Clientes levou a que num período muito curto, uma grande percentagem destes, tenham aderido à utilização frequente do “Millennium bim SMS”, ultrapassando as melhores expectativas previamente estabelecidas.

Também ao nível da securitização dos nossos sistemas de informação foram concluídos projectos muito importantes, entre os quais merece destaque a conclusão do processo de criação de um centro alternativo de processamento de dados, com alta disponibilidade, a uma distância significativa do centro principal. Com a conclusão deste projecto de criação de um centro alternativo de processamento de dados, o qual está apetrechado das condições técnicas para poder responder imediatamente pela operação do Banco em caso de desastre no centro principal, atingiu-se um novo patamar em termos de condições de *DRP (Disaster Recovery Process)*.



Empresa Subsidiária

Seguradora Internacional de Moçambique

O ano 2007 foi positivamente influenciado pela entrada de novos negócios, que se reflectiram numa taxa de crescimento positiva na receita processada de 20% face a 2006.

A adopção de uma nova imagem da Seguradora e logo Impar no mercado nacional, levou à remodelação dos Balcões Impar em Quelimane, Nampula e Nacala e mudança de instalações em Maputo e na Beira.

À semelhança do que aconteceu no ano anterior, continuou-se a centrar a atenção na área de Cobranças, conseguindo reduzir o inventário de prémios em cobrança de 75 milhões de Meticais a Dezembro de 2006 para 55 milhões de Meticais a Dezembro de 2007.

O primeiro trimestre de 2007 foi marcado pela ocorrência do ciclone Fávio que afectou a costa sul e centro de Moçambique e pela explosão do paiol nos arredores de Maputo. Estes eventos implicaram custos com sinistros de directo de 15 milhões de Meticais e custos com sinistros líquidos de resseguro de 7 milhões de Meticais.

Na prossecução da estratégia de *Bancassurance* com o parceiro privilegiado, o Millennium bim, foram lançados dois novos produtos através do Canal Bancário: um produto de Vida associado a uma conta a prazo, onde a Seguradora duplicará o capital a prazo, em caso de morte (doença ou acidente) do titular até ao valor máximo de 2,6 milhões de Meticais, incentivando a poupança e salvaguardando as necessidades dos Clientes e um Seguro de Saúde associado ao Cartão de Débito Mulher Visa Electron do Millennium bim, com cobertura de despesas de tratamento de cancro da mama, colo do útero e despesas de parto.

Em 2007, a Seguradora Internacional de Moçambique procedeu à alteração dos seus estatutos e a um aumento do capital social por incorporação de reservas, passando o seu capital social a ser de 147.500.000 Meticais.

Em termos de mercado, a Seguradora mantém a liderança no sector, aumentando a sua quota de mercado de 33% a Dezembro de 2005 para 36% a Dezembro de 2006. Estima-se que no final de 2007 esta posição de liderança no mercado sairá reforçada.

Resultado Líquido

O volume total de prémios de seguro directo atingiu 645 milhões de Meticais, o que se traduziu numa taxa de crescimento positiva de 19,6% face ao ano anterior, contribuindo o ramo Não-Vida com 478 milhões de Meticais e o ramo Vida com 167 milhões de Meticais.

Prémios de Seguro Directo

Milhões de MZN

Negócio	2007	2006	Var. % 07/06
Vida	167	140	18,9%
Não-Vida	478	399	19,8%
Total	645	539	19,6%

Negócio Vida

O negócio Vida apresentou uma taxa de crescimento de 18,9% nos prémios de seguro directo, em resultado do dinamismo da operação de *Bancassurance* apoiada pela rede Millennium bim.

Os produtos tradicionais do ramo Vida Risco representam 34,9% do total da carteira do negócio Vida e registaram um crescimento de 18,2% face a 2006. Os produtos associados ao Crédito Nova Vida contribuíram de forma determinante para o dinamismo do negócio Vida, com um crescimento de 97% face ao ano anterior.

Negócio Não-Vida

Em 2007 atingiu nos ramos Não-Vida um volume de prémios de seguro directo de 478 milhões de Meticais, uma taxa de crescimento de 19,8% face a 2006.

Destaca-se o bom desempenho comercial verificado nos ramos Transportes, Acidentes Pessoais e Doença e Acidentes de Trabalho, com taxas de crescimento de 38,2%, 31,7% e 15,1%, respectivamente. As taxas de crescimento negativas em Responsabilidade Civil e Diversos resultam da não ocorrência de obras da mesma dimensão da que foi registada no exercício de 2006 (obras das pontes sobre o rio Limpopo e sobre o rio Zambeze).

Prémios de Seguro Directo – Não-Vida

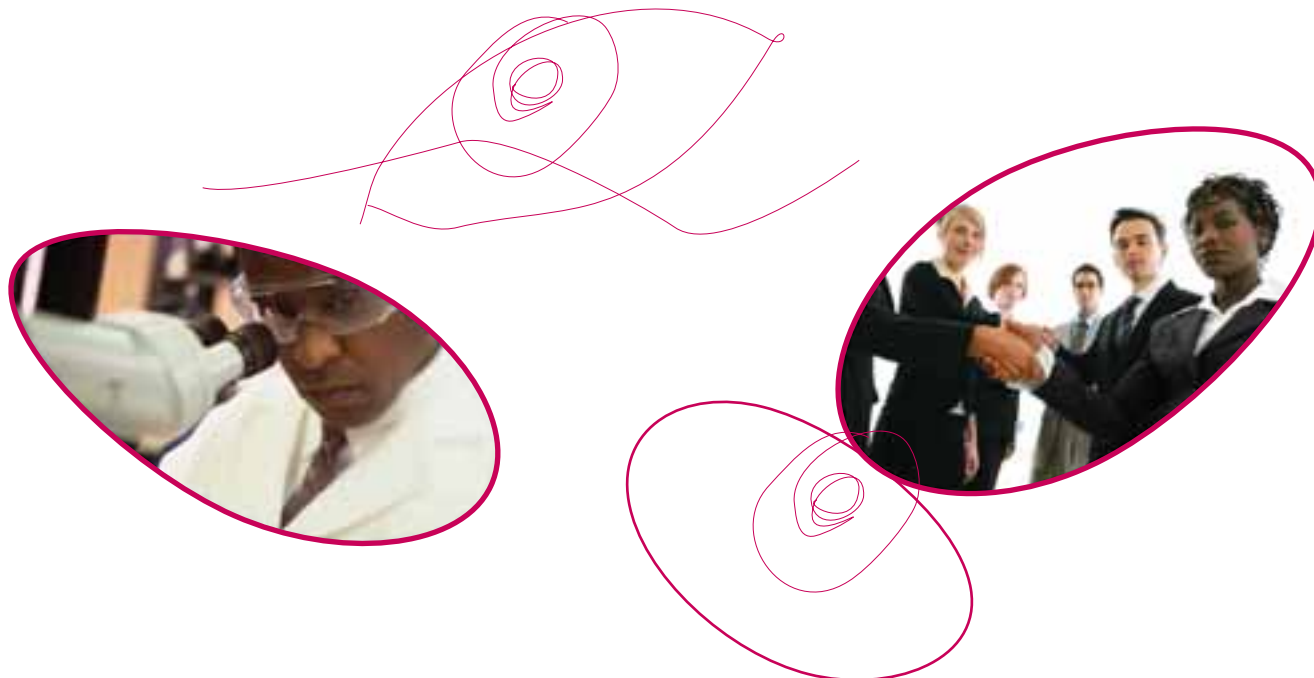
Milhões de MZN

Ramos	2007	2006	Var. % 07/06
Acidentes de Trabalho	42	36	15,1%
Acidentes Pessoais e Doença	86	65	31,7%
Incêndio e Elementos da Natureza	43	43	1,2%
Automóvel	247	171	44,1%
Marítimo	5	5	-1,9%
Aéreo	0	0	-
Transportes	14	10	38,2%
Responsabilidade Civil Geral	11	18	-33,9%
Diversos	30	50	-41,2%
Total	478	399	19,8%

A margem técnica antes da imputação de custos administrativos ascendeu a 274 milhões de Meticais o que representa um crescimento de 10% face a 2006. Para esta evolução foi decisivo o facto de o crescimento dos prémios líquidos retidos da companhia (+27%) ter sido superior ao crescimento nas indemnizações líquidas de resseguro (+12%). Em 2007, a Seguradora já não beneficiou do efeito favorável na provisão para prémios em cobrança, uma vez que o saneamento da carteira estava praticamente concluído.

A conjugação da evolução favorável da margem técnica com a redução dos custos administrativos originou que os resultados antes dos impostos se situassem nos 171 milhões de Meticais. O resultado líquido após impostos cifrou-se em 164 milhões de Meticais, um aumento de 6,1% face a 2006.

A inovação e a competitividade continuarão a ser objectivos da Seguradora Internacional de Moçambique, pelo que se perspectiva desenvolver novos produtos, trabalhando em equipa com a rede do Millennium bim, de forma a proporcionar uma maior satisfação aos Clientes.



Responsabilidade Social

As transformações socioeconómicas ocorridas nos últimos anos têm influenciado a atitude das empresas socialmente responsáveis na avaliação da sua trajectória de criação de valor.

Se o sector privado conquistou o papel de destaque no desenvolvimento e na criação de riqueza, assumiu também, a enorme responsabilidade de construir a lógica de gerar lucro, distribuir riqueza e bem-estar, orientado para um progresso social justo e sustentável.

Para o Millennium bim, sustentabilidade e desempenho são conceitos mutuamente dependentes, de cuja complementariedade resulta um desenvolvimento equilibrado e duradouro da empresa e, conseqüentemente, da sociedade em que se integra.

A função social é entendida pelo Millennium bim, como componente fundamental da sua missão, o que se vem traduzindo, desde a sua fundação, na valorização dos seus Colaboradores e no exercício da sua responsabilidade social perante a comunidade na qual se insere e da qual faz parte.

Ciente de que a sua intervenção é determinante para o aprofundamento da consciência social, o Millennium bim desenvolve também uma política activa de patrocínios, donativos e mecenato.

Continuamos empenhados em aplicar os princípios da iniciativa *Global Compact* das Nações Unidas relativos às regras de boa conduta, com que nos comprometemos já há alguns anos, procurando também a sua divulgação e adopção por outros.

Consideramos ter dado um passo importante e decidido pelo carácter estruturado e de sustentação no tempo, quando em 2006 o Banco lançou o seu próprio programa de responsabilidade social, "Mais Moçambique pra Mim".

Este programa tem nos três primeiros anos a parceria da Fundação Lurdes Mutola e focaliza a sua acção em projectos relacionados com a educação e o desporto infantil e juvenil.

Estamos certos que esta é a parceria ideal quando o objectivo é ajudar as crianças e os jovens a reverem-se nos valores de formação, da educação, de conquista e de superação das suas capacidades, e a acreditarem que o seu futuro depende, em muito, da sua vontade de confiar em si e de vencer, independentemente do meio em que estiverem inseridos.

Iniciativa *Global Compact* das Nações Unidas

Direitos Humanos

Princípios do Pacto Global	Acções Realizadas	Impacto Alcançado	Acções Planeadas
1) Respeitar e proteger os direitos humanos	O Millennium bim respeita e protege os direitos humanos. Trata todos os seus Clientes internos e externos com respeito e consideração, cumprindo com os princípios da Organização Internacional do Trabalho, promovendo a igualdade entre géneros e estimulando a contratação de mulheres no sector bancário.	O ambiente de trabalho no Millennium bim é de observância da lei internacional, regional e da Constituição do País.	Continuar a manter o espírito de observância e respeito pelos direitos humanos na empresa, tendo em conta o ambiente sócio-económico e político onde está inserido.
2) Impedir as violações de direitos humanos	Todos os trabalhadores do Millennium bim são tratados com respeito, igualdade e dignidade. O sistema de remuneração de Colaboradores respeita os princípios estabelecidos pelo Acordo Colectivo de Trabalho (ACT), que prevê uma remuneração por escalões e categorias de acordo com o nível de formação e experiência profissional do Colaborador.	O Millennium bim procura implementar uma política de retribuição baseada num conjunto de regalias e benefícios sociais, que, em conjunto com a remuneração mensal, sejam mais um alicerce para a motivação e o reconhecimento do contributo dado pelo trabalhador à empresa.	Fazem parte destes benefícios: a atribuição anual do subsídio de férias e de Natal; a remuneração variável em função do desempenho do Colaborador e dos resultados do Banco; prémios de desempenho para os Colaboradores que apresentam melhor <i>performance</i> ; prémio de antiguidade; acesso a crédito à habitação e ao consumo a taxas bonificadas; assistência médica e medicamentosa extensiva ao agregado familiar do trabalhador; contratação de um seguro de acidentes pessoais, pagamento de um complemento de reforma à pensão do Instituto Nacional de Segurança Social e disponibilização de um Centro Social para os Colaboradores, onde estes podem tomar as suas refeições num ambiente acolhedor.
	O Millennium bim aposta na formação dos seus trabalhadores, procurando sempre encontrar líderes e responsáveis de primeira linha entre os seus quadros.	Através do Núcleo de Formação e Desenvolvimento de Carreiras (NFDC), o Millennium bim promove periodicamente formações internas para os seus trabalhadores, bem como formações técnico-profissionais dentro e fora do país.	Internamente, o NFDC promove formações de integração, balcão simulado, auto-formação e formação em língua inglesa, com o objectivo de transmitir conhecimentos globais do funcionamento de todas as áreas do Banco. Para além das formações acima mencionadas, o Millennium bim dispõe de uma plataforma informática, a Intranet, que permite a todos os Colaboradores acederem on-line a um vasto leque de informação sobre o Banco. Em observância com as normas do Grupo Millennium, decorre um processo de avaliação com uma periodicidade quadrimestral em duas modalidades: a hetero-avaliação

Continuação

Princípios do Pacto Global	Acções Realizadas	Impacto Alcançado	Acções Planeadas
2) Impedir as violações de direitos humanos	<p>O Millennium bim está a implementar um programa de prevenção e combate ao HIV/SIDA para os seus trabalhadores. Através do seu programa, o Banco procura estimular os seus trabalhadores e gestores a adoptar comportamentos e atitudes preventivas perante a epidemia.</p>	<p>O nível de consciencialização dos trabalhadores sobre o HIV/SIDA tem vindo a aumentar; como resultado da implementação de um programa de informação e educação sobre o HIV/SIDA.</p>	<p>e a auto-avaliação. Esta avaliação permite identificar os pontos fortes e fracos do Colaborador; orientar e fixar objectivos para a melhoria do seu desempenho e encorajar a opinião individual.</p> <p>Para que se cumpra com os objectivos traçados, foi seleccionado um grupo de Colaboradores como Educadores de Pares, prevendo-se a actualização da sua formação, assim como a de mais 63 Colaboradores, para serem multiplicadores da informação e dinamizadores do programa de prevenção e combate ao HIV/SIDA no Banco.</p>
			<p>Este programa facilita a criação de um ambiente tolerante e não discriminatório no local de trabalho. O Millennium bim considera importante assegurar acesso a informação correcta sobre as doenças transmissíveis sexualmente (DTS) e o HIV/SIDA. De acordo com a legislação em vigor, o Banco não exige aos candidatos a emprego nem aos seus Colaboradores o teste de HIV.</p> <p>O Millennium bim reconhece os efeitos positivos do aconselhamento e da testagem voluntária, por isso, encoraja e incentiva os Colaboradores a fazerem periodicamente o teste no GATV móvel da PSI que se desloca ao local de trabalho ou nos GATV dos hospitais. Nenhum Colaborador está obrigado a informar o seu estado de seropositividade. O Banco está consciente que a prevenção é a medida mais eficaz contra o HIV/SIDA. Por esta razão, assume a responsabilidade de fornecer, de forma contínua, preservativos aos seus Colaboradores, colocando-os à disposição no posto médico e outros locais de fácil acesso. Para um combate eficaz da pandemia no Banco, foram traçadas as seguintes acções: criação do Gabinete de HIV/SIDA, vocacionado para formação, prevenção e disseminação de informação sobre o HIV/SIDA; estabelecimento de parcerias com outras organizações que lidam com doenças infecciosas, nomeadamente o Proj. Avante, EcoSida, CNCS, ACIS, Farmácias Apotheke e Nova de Nampula e Laboratórios Afrolab e Lac; preparação e divulgação de normas, informações pertinentes e comunicados sobre HIV/SIDA aos Colaboradores; promoção e realização de debates, palestras e sessões de vídeos; formação de Educadores de Pares; visitas ao domicílio; realização de reuniões de sensibilização e aconselhamento aos Colaboradores, orientados por médicos e peritos contratados para o efeito; divulgação e promoção da prática de testes voluntários de HIV aos Colaboradores (até 31 de Outubro de 2007 foram testados livremente 1.428 trabalhadores e seus familiares).</p> <p>O Millennium bim possui um posto médico, com duas enfermeiras e cinco médicos, sendo as consultas gratuitas para os Colaboradores e seu agregado familiar.</p> <p>O Millennium bim comparticipa em 75% nas despesas com medicamentos e suplementos alimentares e 50% em próteses. O Banco tem garantido o pagamento em 100% das despesas com anti-retrovirais, exames de CD4 e Carga Viral aos Colaboradores infectados.</p>

Trabalho

Princípios do Pacto Global	Ações Realizadas	Impacto Alcançado	Ações Planeadas
3) Promover a liberdade de associação e o direito à negociação colectiva no trabalho	O Millennium bim subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho, negociado entre o SNEB – Sindicato Nacional dos Empregados Bancários e a Associação Moçambicana de Bancos.	Alargou-se o diálogo entre a Direcção e os trabalhadores, o que permitiu chegar a um consenso que satisfaz as duas partes e, conseqüentemente, melhora o ambiente de trabalho. Para além desta melhoria, o ACT permitiu definir de forma padronizada a tabela de progressão salarial na carreira do trabalhador.	Prosseguir a via de diálogo com os trabalhadores através dos seus legítimos representantes (sindicato).
		Este acordo permite regulamentar a relação com os trabalhadores e prevenir/diminuir eventuais conflitos e obter um ambiente de trabalho harmonioso. Os direitos dos trabalhadores são definidos por via negocial, obedecendo à Lei do Trabalho e à Constituição da República.	
4) Abolir o trabalho forçado ou compulsivo	O trabalho extraordinário no Millennium bim é remunerado de acordo com a regulamentação em vigor.	A motivação e empenho dos trabalhadores continuam elevados, contribuindo para uma boa produtividade do Banco.	Continuar a remunerar o trabalho extraordinário de acordo com a regulamentação em vigor.
	Todos os trabalhadores estão vinculados por contratos de trabalho individuais nos termos da Lei do Trabalho.	Foi criado um ambiente de trabalho de confiança mútua entre os trabalhadores do Millennium bim e a entidade patronal, que se traduz no cumprimento do estipulado nos contratos de trabalho.	Continuar a observar o estipulado na Lei de Trabalho em Moçambique sobre a contratação de trabalhadores.
5) Erradicar o trabalho infantil	O Millennium bim observa os princípios definidos pela Organização Internacional do Trabalho, que fixa a idade mínima de 18 anos para o recrutamento de mão-de-obra.	Ausência de qualquer prática de trabalho infantil na empresa.	Continuar a observar a legislação internacional que combate o trabalho infantil (actividade permanente).

Continuação

Princípios do Pacto Global	Ações Realizadas	Impacto Alcançado	Ações Planeadas
6) Eliminar a discriminação no ambiente de trabalho	O Millennium bim garante oportunidades iguais a todos os seus Colaboradores e combate qualquer forma de discriminação, seja ela racial, religiosa, etno-linguística, etc.	Criado um ambiente de igualdade de oportunidades entre todos os Colaboradores do Banco.	Prosseguir com a garantia de oportunidades iguais a todos os Colaboradores do Banco.
	O recrutamento e progressão na carreira de forma aberta, transparente e justa. A selecção de candidatos é feita com base em testes psicotécnicos e entrevistas, que permitem identificar os mais capazes. A progressão na carreira é suportada por avaliações periódicas de desempenho.	Maior transparência no processo de recrutamento dos Colaboradores.	Prosseguir com a transparência, justiça e imparcialidade no processo de selecção e recrutamento dos candidatos a Colaboradores do Millennium bim.
	O Millennium bim tem como prática o acompanhamento de novos Colaboradores, com vista a garantir a sua correcta inserção no Banco e assegurar um ambiente saudável de trabalho.	Criado um ambiente de sã integração de jovens profissionais que estimula a geração de novas ideias.	Continuar a propiciar um ambiente adequado de integração de jovens profissionais recém recrutados.

Ambiente

Princípios do Pacto Global	Ações Realizadas	Impacto Alcançado	Ações Planeadas
7)) Adotar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais	O Millennium bim assegura, através da adopção de estratégias políticas internas, o cumprimento de recomendações respeitantes à segurança do meio ambiente.	Aumento do conhecimento, gestão e intervenção no campo ambiental, da saúde e segurança ocupacional.	Prosseguir com as acções tomadas, no que respeita ao cumprimento de medidas de reciclagem de meios produtivos. Investir em projectos de poupança de recursos como a água, electricidade, combustíveis e, noutra perspectiva, filtrando projectos cujo impacto ambiental seja nefasto para o ambiente.
8) Encorajamento do desenvolvimento e difusão de tecnologias amigas do meio ambiente			
9) Promover a responsabilidade social	Implementação do programa de responsabilidade social do Millennium bim "Mais Moçambique pra Mim" em parceria com a Fundação Lurdes Mutola.	Formação de parcerias nos projectos desenvolvidos, envolvendo instituições públicas e privadas; ocupação de 700 crianças nas suas férias escolares, que participam nos Torneios Minbasquete Millennium bim em Maputo e na Beira; despertar nas autoridades competentes a necessidade de se promoverem actividades desportivas para os jovens; consciencializar os jovens para a necessidade de se manter a cidade e as respectivas escolas limpas (1.000 alunos participaram	<ul style="list-style-type: none"> Continuar a investir na formação de parcerias, cativando todos aqueles que se identifiquem com o projecto; Dar continuidade a projectos iniciados em 2007, alargando a sua área geográfica e aumentando o número de participantes; Dar continuidade a projectos apoiados no ano transacto, com o objectivo de os tornar sustentáveis; Sensibilizar o sector privado para que exerça a responsabilidade social de uma maneira mais activa;

Continua

Continuação

Princípios do Pacto Global	Ações Realizadas	Impacto Alcançado	Ações Planeadas
9) Promover a responsabilidade social		no projecto "Uma Cidade Limpa pra Mim"); alertar a sociedade em geral e os empresários em particular para a importância do seu contributo na realização de projectos sociais, daí a promoção do programa de responsabilidade social nos Encontros Millennium bim realizados nas províncias de Sofala, Gaza, Manica e Cabo Delgado; melhorar as condições de vida de algumas pessoas que se encontram a residir em instituições, realizando benfeitorias e oferecendo alguns bens necessários para o bom funcionamento das mesmas; reconhecimento do Millennium bim por parte de outras instituições como sendo uma empresa com preocupações sociais.	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar um projecto meritório que sirva de exemplo para a sociedade civil, como é o caso do projecto de voluntariado dos Colaboradores Millennium bim; • Desenvolver e apoiar projectos sustentáveis.

Combate à Corrupção

Princípios do Pacto Global	Ações Realizadas	Impacto Alcançado	Ações Planeadas
10) Combater a corrupção em todas as suas formas	O Banco pauta a sua actividade pelo respeito, honestidade e integridade na relação com os seus Colaboradores, Fornecedores e restantes <i>Stakeholders</i> .	Promoção de um ambiente de combate à corrupção, através do cumprimento rígido de normativos internos que visam regulamentar a ética e deontologia dos Colaboradores do Banco.	Continuar a encetar esforços para a erradicação de práticas de corrupção no Millennium bim.
	Os relatórios financeiros são obrigatoriamente auditados por empresas internacionais de auditoria.	Promoção de uma maior transparência na contabilidade do Banco.	Dar continuidade a todas as ações e esforços que visem garantir um ambiente de maior transparência financeira nas contas do Banco.
	O Millennium bim está comprometido com a melhoria contínua do ambiente de trabalho, adoptando práticas rígidas de combate à corrupção, tendo para o efeito definido que os Clientes e Colaboradores que cometam fraudes serão encaminhados às autoridades competentes e passarão a constar de uma lista de Clientes indesejados.	Redução de actos de corrupção prejudiciais ao Banco envolvendo Colaboradores e Clientes.	Continuar a levar ao conhecimento das autoridades todos os casos de corrupção envolvendo Clientes que cometam fraudes e classificá-los como Clientes indesejados.



Principais Indicadores

44 Síntese de Indicadores em Base Individual

45 Análise Financeira



Síntese de Indicadores em base individual

Milhares de MZN

	2007	2006	Var. %
Balço			
Activo Total	28.942.152	24.154.970	19,8%
Crédito a Clientes (líquido)	12.503.472	10.520.230	18,9%
Depósitos de Clientes	23.671.563	20.862.660	13,5%
Situação líquida e Passivos subordinados	3.719.062	2.618.379	42,0%
Demonstração de Resultados			
Margem financeira	2.213.331	1.692.211	30,8%
Outros Proveitos líquidos ¹	1.210.046	1.044.870	15,8%
Custos operacionais ²	1.688.352	1.552.872	8,7%
Imparidade do crédito (liq. recuperações)	240.499	-3.468	n.a.
Outras Provisões	-33.252	43.263	-176,9%
Imposto sobre lucros	125.000	35.995	247,3%
Imposto diferido	4.016	83.032	-95,2%
Resultados líquidos do exercício	1.398.763	1.025.387	36,4%
Produto Bancário ³	3.423.377	2.737.081	25,1%
Cash-Flow	2.098.775	1.453.803	44,4%
Rendibilidade e Eficiência			
Rendibilidade do Activo médio (ROA)	5,3%	4,6%	+0,6 pp
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	44,1%	50,4%	-6,3 pp
Produto bancário/Activo líquido médio	12,9%	12,4%	+0,5 pp
Taxa de margem financeira	10,2%	9,6%	+0,5 pp
Custos operacionais/Produto bancário	49,3%	56,7%	-7,4 pp
Riscos de Crédito			
Crédito total (bruto)	13.151.212	10.988.160	19,7%
Crédito vencido total	168.599	138.922	21,4%
Crédito vencido a mais de 90 dias/Crédito total	1,2%	1,2%	+0,0 pp
Crédito vencido/Crédito total	1,3%	1,3%	+0,0 pp
Imparidade para crédito/Crédito vencido > 90 dias	456,1%	407,0%	+49,1 pp
Número de balcões	86	76	13,2%
Número de Clientes (mil)	472,8	392,3	20,5%
Número de Colaboradores	1.470	1.386	6,1%
Produtividade			
Resultado líquido/Colaborador	951,5	739,8	28,6%
Número de Clientes/Colaborador	321,6	283,1	13,6%

(1) Comissões líquidas, Resultados líq., Op. financeiras e Outros proveitos exploração líquidos.

(2) Custos com pessoal, Outros gastos administrativos e Amortizações do exercício.

(3) Margem financeira e Outros proveitos líquidos.

Análise Financeira

O BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A. em conformidade com o disposto no Aviso n.º 04/GBM/2007 e disposições complementares emitidas pelo Banco de Moçambique, apresenta as contas individuais e consolidadas referentes aos exercícios de 2006 e 2007 segundo as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

De forma a reportar a informação referente ao período homólogo em base comparável, as demonstrações financeiras relativas ao ano 2006, foram preparadas em consistência com as NIRF, tendo-se procedido para este mesmo período aos ajustamentos e reclassificações necessárias à adopção das normas atrás referidas para efeito da análise que se segue.

A evolução da actividade do Millennium bim decorreu num ambiente macroeconómico globalmente positivo e em geral estável, com melhoria dos níveis de rentabilidade e de solidez do sistema financeiro nacional, devido à dinamização da actividade económica, expansão do investimento, relativa estabilidade da taxa de câmbio do Metical e descida das taxas de juro do mercado, o que impulsionou um crescimento do emprego e do nível de rendimento disponível dos particulares e dos agentes económicos.

O novo modelo de segmentação do negócio introduzido no ano anterior e a expansão da rede de retalho, veio dinamizar a actividade comercial ao longo de 2007, através do desenvolvimento de um conjunto de acções destinadas à melhoria dos indicadores de satisfação e fidelização dos Clientes, orientadas para a inovação e melhoria contínua de produtos e serviços oferecidos aos Clientes do Grupo.

O Activo Total atingiu 28.942,2 milhões de Meticais, evidenciando um crescimento de 19,8% em relação ao ano anterior, reflectindo o aumento do crédito líquido a Clientes, consubstanciado pelo crescimento dos depósitos de Clientes e respectiva constituição de reservas obrigatórias no Banco de Moçambique, assim como pela canalização alternativa dos recursos disponíveis para aplicações em títulos e em outras instituições de crédito.

O agregado constituído pela Situação Líquida e Passivos Subordinados situou-se em 3.719,1 milhões de Meticais, reflectindo os Resultados Líquidos do exercício que atingiram 1.398,8 milhões de Meticais, o que permitiu em conjugação com o crescimento dos activos ponderados de acordo com o respectivo grau de risco, obter um Rácio de Solvabilidade de 19,4%.

Os indicadores de rentabilidade reflectem o bom desempenho dos resultados, tendo a rentabilidade dos capitais próprios médios (ROE) se situado em 44,1% e a rentabilidade do activo médio (ROA) em 5,3%.

Análise da rentabilidade

Os Resultados líquidos atingiram 1.398,8 milhões de Meticais em 2007 face a 1.025,4 milhões de Meticais do ano anterior, apresentando um crescimento de 36,4%.

Contribuíram para o bom desempenho dos Resultados Líquidos, a expansão da Margem Financeira, o aumento das comissões, a boa *performance* da recuperação de crédito e dos resultados de operações financeiras e o crescimento em níveis controlados dos custos operacionais.

Margem Financeira

A Margem Financeira cresceu 30,8% atingindo 2.213,3 milhões de Meticais, impulsionada pelo aumento de volume de negócios decorrente de uma dinâmica acrescida da actividade comercial, possibilitando reduzir o impacto da descida das taxas de juro e o estreitamento dos *spreads* devido, em parte, à forte concorrência nos segmentos com melhor perfil de risco.

O aumento dos activos geradores de juros, nomeadamente uma maior concessão de crédito, designadamente no crédito ao consumo, as aplicações em OIC e Títulos e a adequação do *pricing* às condições do mercado contribuíram para uma melhoria da taxa de margem.

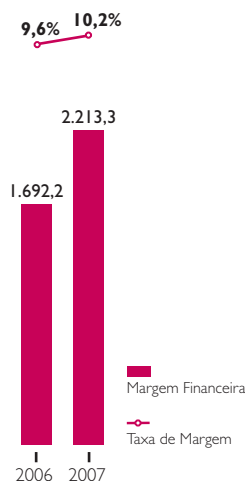
Outros Proveitos Líquidos

Os Outros Proveitos Líquidos consolidados incluem as comissões líquidas, os resultados em operações financeiras e os outros proveitos de exploração líquidos.

Os Outros Proveitos líquidos evoluíram de 1.044,9 milhões de Meticais em 2006 para 1.210 milhões de Meticais, um crescimento de 15,8%, influenciados pela forte subida das comissões líquidas e dos outros proveitos líquidos de exploração, resultado da expansão do negócio e de novos serviços.

Margem Financeira

Milhões de MZN



	31 Dez. 2007	31 Dez. 2006	Var. %
Comissões Líquidas	684,9	514,5	33,1%
Resultados de Operações Financeiras	411,9	430,3	-4,3%
Outros proveitos de exploração líquidos	113,3	100,1	13,2%
Total	1.210,0	1.044,9	15,8%

As comissões líquidas aumentaram 33,1% atingindo 684,9 milhões de Meticais, sendo de destacar a evolução positiva das comissões com cartões, o crescimento das comissões de crédito que beneficiaram do aumento do crédito em geral, por desembolso e por assinatura, este último com destaque para as garantias prestadas e o bom desempenho das comissões relacionadas com depósitos (comissões de levantamento e de gestão e intervenção) devido aos maiores volumes de negócio consubstanciados num número superior de operações concretizadas e pelo reforço dos indicadores de *cross-selling*.

Custos operacionais

Os custos operacionais (custos com o pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício) atingiram 1.688,4 milhões de Meticais, situando-se 8,7% acima do período homólogo,



Maputo: Balcão Sede



Campanha Cartão Prestige



Campanha PME



Campanha Cartão Mulher



Campanha Crédito Nova Vida



Campanha Crédito Habitação

sendo de destacar que estes números incorporam os custos relacionados com a expansão da rede de balcões, e reflectem o esforço contínuo de monitorização orçamental para o controlo efectivo dos custos.

	Milhões de MZN		
	31 Dez. 2007	31 Dez. 2006	Var. %
Custos com o pessoal	751,7	644,2	16,7%
Outros gastos administrativos	746,3	742,0	0,6%
Amortizações do exercício	190,3	166,7	14,2%
Total	1.688,4	1.552,9	8,7%

O acréscimo de 16,7% em Custos com o pessoal em relação ao ano anterior, foi determinado pelo reforço do número de Colaboradores de 1.386 para 1.470 para fazer face à expansão da rede com mais dez novos balcões, para além do ajustamento salarial e de carreiras, ao longo de 2007.

Os outros gastos administrativos registaram um ligeiro acréscimo de 0,6% em relação ao período homólogo, reflectem as iniciativas desenvolvidas ao longo dos últimos anos com o objectivo de controlo/redução de custos, e de melhoria dos níveis de eficiência operativa, eficácia comercial e qualidade no serviço ao Cliente.

As amortizações do exercício aumentaram para 190,3 milhões de Meticais, reflectindo principalmente o investimento relacionado com o programa de expansão de balcões e de IT (Investimento Tecnológico), de forma a suportar a expansão dos canais de acesso ao Banco e a inovação contínua dos serviços oferecidos.

Os custos operacionais em análise reflectem os ajustamentos feitos no âmbito da implementação das NIRF.

A melhoria da eficiência operativa, traduziu-se na boa *performance* do rácio de eficiência que reduziu de 56,7% em 2006 para 49,3% no final do ano, sendo um dos objectivos estratégicos, a contínua melhoria deste indicador de eficiência.

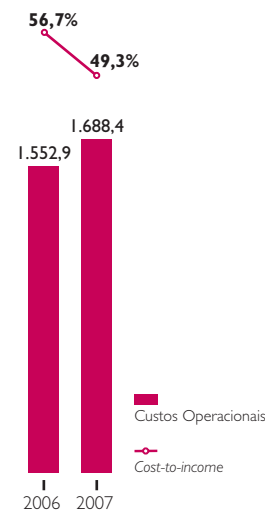
Imparidade

As perdas por imparidade de crédito (líquidas de recuperações) situaram-se em 240,5 milhões de Meticais face ao valor de -3,5 milhões de Meticais do ano anterior. Esta evolução é explicada em parte, por se ter verificado em 2006 um montante considerável de reposições/anulações de provisões.

As recuperações de crédito vencido com impacto na conta de resultados, atingiram 173,4 milhões de Meticais (49,3 milhões de Meticais no ano anterior), evidenciando o esforço de recuperação.

Custos Operacionais

Milhões de MZN



Análise da Estrutura Patrimonial

O Activo Total ascendeu a 28.942,2 milhões de Meticais em 2007, o que representou um crescimento de 19,8% em relação ao ano anterior; devido essencialmente ao aumento das aplicações em IC, do crédito líquido a clientes e da carteira de Títulos.

Activo Líquido

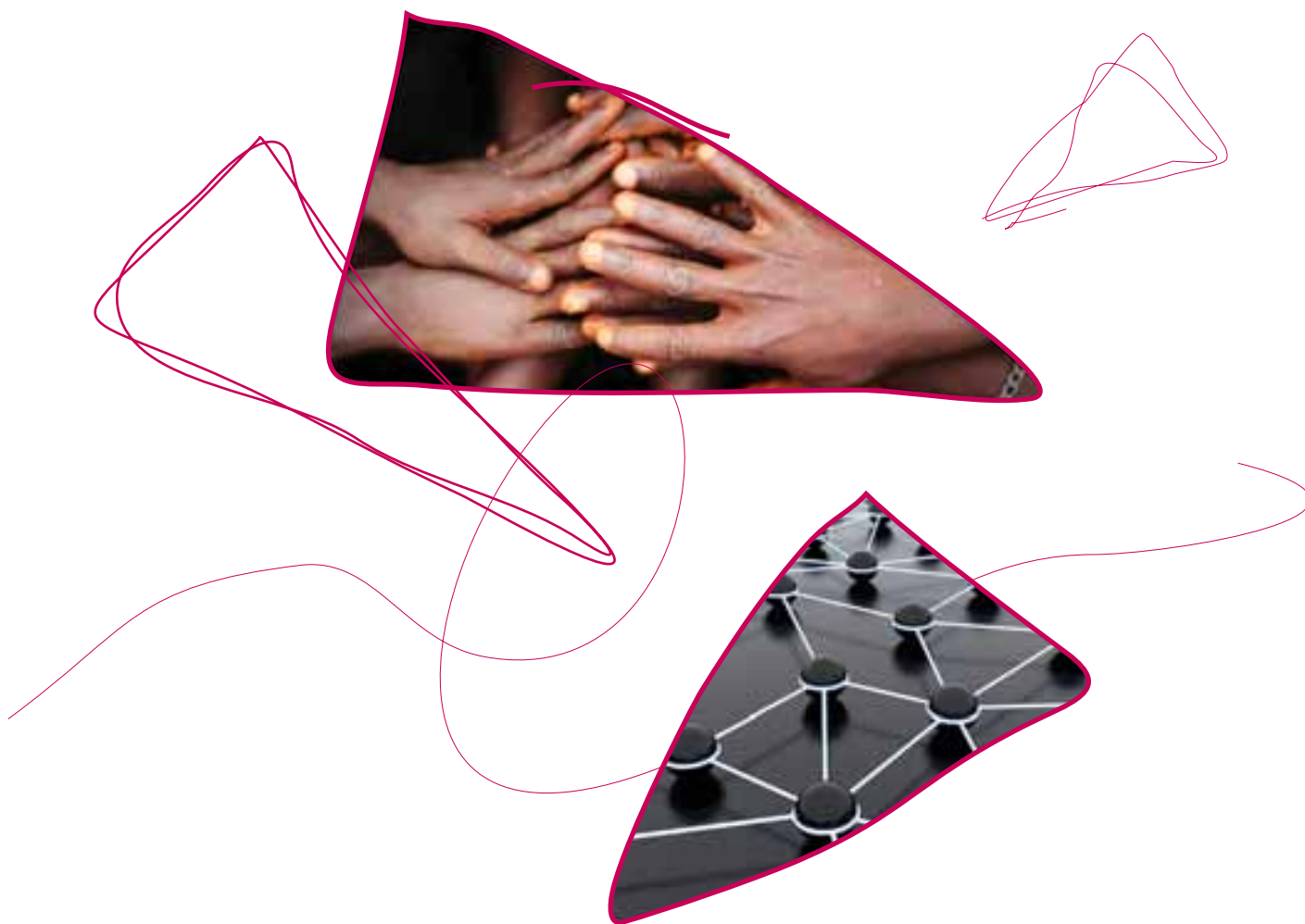
	Milhões de MZN		
	31 Dez. 2007	31 Dez. 2006	Var. %
Disponibilidades e aplicações IC	8.989,6	7.477,9	20,2%
Crédito a Clientes (líquido)	12.503,5	10.520,2	18,9%
Activos financeiros disponíveis p/ venda	5.865,2	4.584,8	27,9%
Investimentos, Activos tangíveis e intangíveis	1.380,5	1.264,0	9,2%
Outros	203,5	308,0	-33,9%
Total	28.942,2	24.155,0	19,8%

O crédito a clientes ascendeu a 12.503,5 milhões de Meticais, impulsionado pelo aumento do crédito ao consumo e às empresas e pela relativa melhoria do clima de confiança dos empresários e particulares.

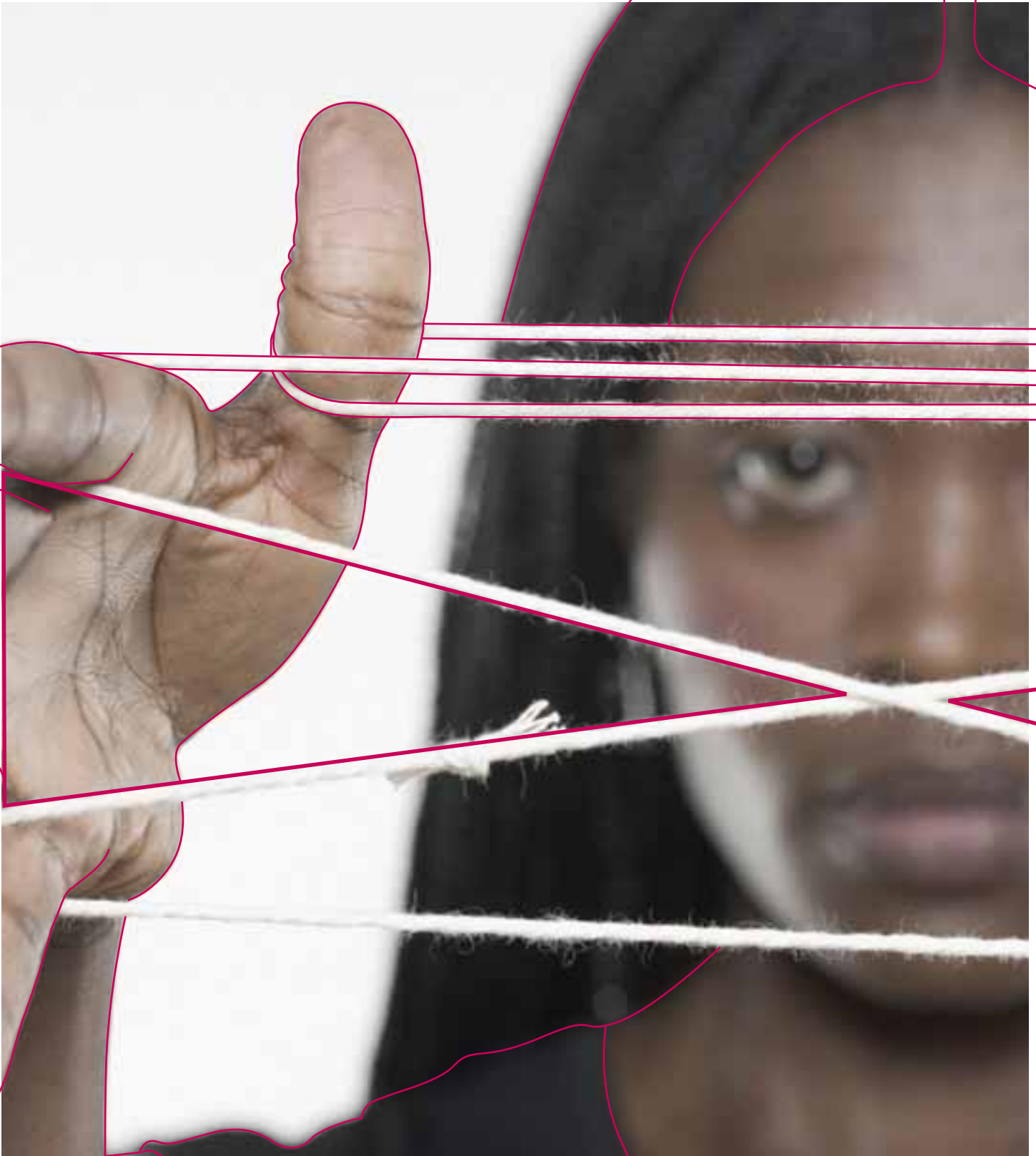
Prosseguiu-se com a política de prudência na concessão de crédito, consubstanciada pela selecção rigorosa das operações em função do risco e rentabilidade e pela melhoria contínua dos processos de avaliação e gestão do risco.

A qualidade da carteira de crédito traduziu-se num rácio de crédito vencido em percentagem do total da carteira de 1,3% e uma cobertura do crédito vencido a mais de 90 dias por provisões de 456,1%, devido à avaliação prudente dos riscos.

Os Depósitos de clientes aumentaram de 20.862,7 milhões de Meticais para 23.671,6 milhões de Meticais, um crescimento de 13,5%, devido ao desempenho dinâmico das redes comerciais na captação de recursos e a uma gestão criteriosa de *pricing*, associado a uma oferta diversificada de produtos e serviços inovadores.



Estrutura Accionista e Órgãos Sociais



Estrutura Accionista

Accionistas	n.º Acções	% Capital	Capital Subscrito (em Meticais)
BCP – Internacional II, SGPS, Lda.	4.941.393	66,69%	494.139.300
Estado Moçambicano	1.316.122	17,76%	131.612.200
INSS – Instituto Nacional de Segurança Social	366.846	4,95%	36.684.600
EMOSE – Empresa Moçambicana de Seguros, S.A.R.L.	307.319	4,15%	30.731.900
FDC – Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade	80.334	1,08%	8.033.400
Outros*	397.986	5,37%	39.798.600
Total	7.410.000	100,00%	741.000.000

*Outros: 1.336 investidores com participações individuais inferiores a 1%

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente:	Fernando Everard do Rosário Vaz
Vice-Presidente:	Venâncio Mondlane
Secretário:	Maria da Luz Pereira Nobre Polónia

Conselho Fiscal

Presidente:	António de Almeida
Vogais:	Subhaschandra Manishanker Bhatt Armando Pedro Muiuane Júnior
Vogal Suplente:	Maria Iolanda Wane

Conselho de Administração

Presidente:	Mário Fernandes da Graça Machungo
Vice-Presidente (CEO):	João Filipe de Figueiredo Júnior
Vice-Presidente:	António Manuel P.C. de Castro Henriques
Administrador (<i>Head of Retail</i>):	António Manuel Duarte Gomes Ferreira
Administrador (CFO):	Teotónio Jaime dos Anjos Comiche
Administrador (COO):	Paulo Fernando Cartaxo Tomás
Administrador:	Oldemiro Júlio Marques Baloi
Administrador:	Júlio Zamith Carrilho
Administrador:	Ricardo David
Administrador:	Rui Manuel Alexandre Lopes
Administrador:	Salomão Munguambe

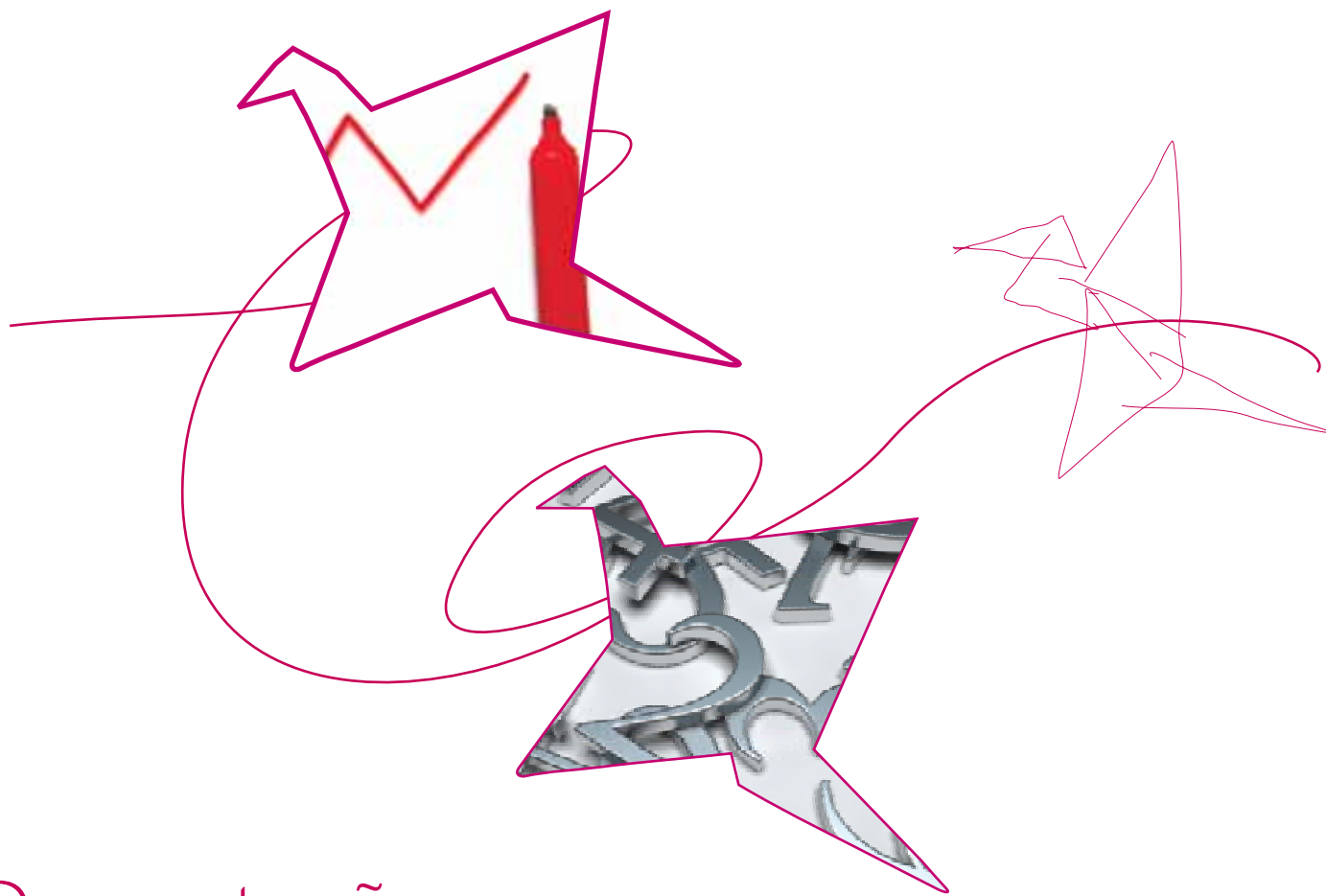


Proposta de Aplicação de Resultados

Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando as disposições estatutárias e nos termos da Legislação Moçambicana em vigor; nomeadamente a Lei n.º 15/99 das Instituições de Crédito relativas à constituição de Reservas, propõe-se que o resultado positivo apurado de **1.398.761.937,82 Meticais**, seja aplicado da seguinte forma:

Reserva Legal	15,00%	209.814.291,00	Meticais
Reserva Livre	57,50%	804.288.114,82	Meticais
Para a estabilização de dividendos	2,50%	34.969.048,00	Meticais
Distribuição aos Accionistas	25,00%	349.690.484,00	Meticais



Demonstrações Financeiras

Banco Internacional de Moçambique
ano findo em 31 Dezembro de 2007

- 58 Demonstração dos Resultados Consolidados
- 59 Balanço Consolidado
- 60 Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados
- 61 Demonstração de Alterações na Situação Líquida Consolidada
- 62 Demonstração dos Resultados – BIM
- 63 Balanço – BIM
- 64 Demonstração dos Fluxos de Caixa – BIM
- 65 Demonstração de Alterações na Situação Líquida – BIM
- 66 Notas às Demonstrações Financeiras



Banco Internacional de Moçambique

Demonstração dos Resultados Consolidados

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007

	Nota	2007 USD'000	2006 USD'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Juros e proveitos equiparados	5	117.566	85.487	3.028.021	2.250.651
Juros e custos equiparados	5	25.370	17.910	653.427	471.533
Margem financeira		92.196	67.577	2.374.594	1.779.118
Rendimentos de instrumentos de capital		-	-	-	-
Resultados de serviços e comissões	6	25.621	18.863	659.903	496.610
Resultados em operações financeiras	7	15.393	16.505	396.463	434.549
Outros proveitos de exploração	8	10.070	9.091	259.357	236.585
		51.084	44.459	1.315.723	1.167.744
Total de proveitos operacionais		143.281	112.036	3.690.317	2.946.862
Custos com pessoal	9	30.848	26.086	794.513	686.771
Outros gastos administrativos	10	26.402	27.940	680.019	732.838
Amortizações do exercício		7.894	6.669	203.317	175.582
Total de custos operacionais		65.144	60.695	1.677.849	1.595.191
Imparidade do crédito		9.338	(132)	240.499	(3.468)
Outras provisões		4.155	4.148	107.005	109.201
Resultado operacional		64.644	47.325	1.664.964	1.245.938
Resultados por equivalência patrimonial		-	378	-	9.964
Resultado antes de impostos		64.644	47.703	1.664.964	1.255.902
Impostos					
Correntes	11	5.138	1.348	132.330	35.495
Diferidos	11	156	3.188	4.016	83.934
Resultado após impostos		59.350	43.167	1.528.618	1.136.473
Resultado consolidado do exercício atribuível a:					
Accionistas do Banco		58.726	42.732	1.512.533	1.125.014
Interesses minoritários		624	435	16.085	11.459
Resultado do exercício		59.350	43.167	1.528.618	1.136.473

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras.

Banco Internacional de Moçambique

Balanço Consolidado

em 31 de Dezembro de 2007

	Nota	2007 USD'000	2006 USD'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Activo					
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	13	143.848	120.082	3.426.506	3.118.527
Disponibilidades em outras instituições de crédito	14	9.253	7.515	220.404	195.166
Aplicações em instituições de crédito	15	224.823	160.355	5.355.274	4.164.410
Créditos a Clientes	16	524.815	405.091	12.503.472	10.520.203
Activos financeiros detidos para negociação	17	66	60	1.562	1.562
Activos financeiros disponíveis para venda	17	257.525	187.884	6.134.242	4.879.343
Investimentos	18	-	-	-	-
Goodwill e activos intangíveis	19.1	6.250	6.228	148.867	161.738
Outros activos tangíveis	19.2	74.426	63.234	1.772.821	1.642.184
Activos por impostos diferidos	20	2.268	1.882	54.018	48.876
Outros activos	21	8.243	11.482	196.348	298.198
Total do activo		1.251.617	963.812	29.813.514	25.030.207
Passivo					
Depósitos de outras instituições de crédito	22	42.052	7.725	1.001.681	200.617
Depósitos de Clientes	23	959.165	782.043	22.847.307	20.309.648
Títulos de dívida emitidos	24	-	-	-	-
Passivos subordinados	25	10.416	10.064	248.110	261.363
Outros passivos	26	24.496	19.032	583.491	494.260
Provisões	27	68.076	57.612	1.621.578	1.496.189
Total do Passivo		1.104.205	876.476	26.302.167	22.762.077
Situação Líquida					
Capital social	28	31.108	28.533	741.000	741.000
Reserva legal	29	13.681	5.869	325.888	152.414
Outras reservas e resultados acumulados	29	41.587	8.471	876.928	204.735
Resultado do exercício atribuível aos Accionistas		58.726	42.732	1.512.533	1.125.014
Total da situação líquida atribuível ao Grupo		145.102	85.605	3.456.349	2.223.163
Interesses minoritários		2.310	1.732	54.998	44.967
Total da situação líquida		147.412	87.336	3.511.347	2.268.130
Total da situação líquida e passivo		1.251.617	963.812	29.813.514	25.030.207

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras.

Banco Internacional de Moçambique

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007

	Nota	2007 USD'000	2006 USD'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Fluxos de caixa de actividades operacionais					
Recebimento de juros e comissões		157.238	103.318	3.745.409	2.683.178
Pagamento de juros e comissões		(29.845)	(19.603)	(710.912)	(509.085)
Operações financeiras		16.644	16.733	396.463	434.549
Recebimentos de prestações de serviços		12.530	12.791	298.469	332.186
Despesas com pessoal e fornecedores		(67.627)	(56.136)	(1.610.878)	(1.457.852)
Créditos a Clientes		(93.357)	(99.449)	(2.223.769)	(2.582.700)
Outras contas do activo		(25.541)	(9.595)	(608.398)	(249.192)
Depósitos de Clientes		135.097	117.701	3.218.018	3.056.701
Outras contas do passivo		5.297	49.076	126.185	1.274.493
		110.436	114.836	2.630.587	2.982.279
Fluxo de caixa de actividades de investimento					
Depósitos detidos com fins de controlo monetário		(11.867)	(2.682)	(282.669)	(69.644)
Aplicações sobre instituições de crédito		(102.677)	(47.505)	(2.445.763)	(1.233.709)
Vencimento/(aquisição de activos financeiros)		(74.020)	(54.277)	(1.763.165)	(1.409.583)
Variação de activos tangíveis		(4.944)	(36.530)	(117.767)	(948.691)
		(193.508)	(140.994)	(4.609.363)	(3.661.627)
Fluxo de caixa de actividades de financiamento					
Débitos para com instituições de crédito		34.327	(204)	817.670	(5.309)
Pagamento de dividendos		(12.138)	(6.615)	(289.123)	(171.788)
Suprimentos dos Accionistas		(575)	(2.241)	(13.707)	(58.186)
Variação interesses minoritários		421	1.732	10.031	44.967
Movimentos em reservas		63.909	42.738	1.522.308	1.109.894
		85.944	35.409	2.047.178	919.578
Variação líquida em caixa e equivalentes		2.872	9.250	68.402	240.230
Caixa e equivalentes no início do período	34	54.040	40.316	1.287.242	1.047.012
Caixa e equivalentes no fim do período	34	56.912	49.566	1.355.644	1.287.242

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras.

Banco Internacional de Moçambique

Demonstração de Alterações na Situação Líquida Consolidada

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007

	Total da situação líquida	Capital	Reserva legal	Outras reservas e resultados acumulados	Interesses minoritários
	MZN'000	MZN'000	MZN'000	MZN'000	MZN'000
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	1.148.794	741.000	100.877	306.917	
Transferência para reserva legal			51.537	(51.537)	
Varição de reservas da SIM	9.374			9.374	
Outras reservas	111.770			111.770	
Resultado do exercício atribuível aos Interesses minoritários	11.459				11.459
Resultado do exercício atribuível aos Accionistas do Banco	1.125.014			1.125.014	
Dividendos distribuídos em 2006	(171.788)			(171.788)	
Interesses minoritários	33.508				33.508
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	2.268.130	741.000	152.414	1.329.750	44.967
Transferência para reserva legal			173.474	(173.474)	
Outras reservas	9.777			9.777	
Resultado do exercício atribuível aos Interesses minoritários	16.085				16.085
Resultado do exercício atribuível aos Accionistas do Banco	1.512.532			1.512.532	
Dividendos distribuídos em 2007	(289.123)			(289.123)	
Interesses minoritários	(6.054)				(6.054)
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	3.511.347	741.000	325.888	2.389.462	54.998

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras.

BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A.

Demonstração dos Resultados

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007

	Nota	2007 USD'000	2006 USD'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Juros e proveitos equiparados	5	116.029	84.457	2.988.420	2.223.516
Juros e custos equiparados	5	30.094	20.181	775.089	531.305
Margem financeira		85.935	64.276	2.213.331	1.692.211
Rendimentos de instrumentos de capital		1.077		27.740	
Resultados de serviços e comissões	6	26.591	19.542	684.884	514.481
Resultados em operações financeiras	7	15.992	16.345	411.889	430.326
Outros proveitos de exploração	8	3.321	3.422	85.534	100.063
		46.981	39.309	1.210.047	1.044.869
Total de proveitos operacionais		132.917	103.585	3.423.378	2.737.080
Custos com pessoal	9	29.185	24.470	751.686	644.217
Outros gastos administrativos	10	28.978	28.182	746.349	741.973
Amortizações do exercício		7.389	6.331	190.317	166.683
Total de custos operacionais		65.552	58.983	1.688.352	1.552.873
Imparidade do crédito		9.338	(132)	240.499	(3.468)
Outras provisões		(1.291)	1.643	(33.252)	43.263
Resultado antes de impostos		59.318	43.091	1.527.779	1.144.413
Impostos					
Correntes	11	4.853	1.367	125.000	35.995
Diferidos	11	156	3.154	4.016	83.031
Resultado do exercício		54.309	38.570	1.398.762	1.025.387
Resultado por acção	12	USD 7.33	USD 5.26	MZN 188.77	MZN 138.38

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras.

BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A.

Balanço

em 31 de Dezembro de 2007

	Nota	2007 USD'000	2006 USD'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Activo					
Caixa e disponibilidades no Banco					
de Moçambique	13	143.848	120.082	3.426.450	3.118.522
Disponibilidades em outras instituições					
de crédito	14	9.253	7.515	220.404	195.166
Aplicações em instituições de crédito	15	224.295	160.348	5.342.702	4.164.235
Crédito a Clientes	16	524.915	405.092	12.503.472	10.520.230
Activos financeiros disponíveis para venda	17	246.230	176.544	5.865.189	4.584.842
Investimentos	18	14.952	13.666	356.148	354.913
Goodwill e activos intangíveis	19.1	779	1.518	18.545	39.424
Outros activos tangíveis	19.2	42.225	33.486	1.005.791	869.631
Activos por impostos diferidos	20	2.268	1.881	54.018	48.839
Outros activos	21	6.273	9.980	149.433	259.168
Total do activo		1.215.036	930.111	28.942.152	24.154.970
Passivo					
Depósitos de outras instituições de crédito	22	42.052	7.725	1.001.681	200.617
Depósitos de Clientes	23	993.768	803.337	23.671.563	20.862.660
Títulos de dívida emitidos	24	2.835	2.610	67.535	67.787
Passivos subordinados	25	21.403	20.159	509.827	523.534
Outros passivos	26	15.677	11.868	373.424	308.205
Provisões	27	4.571	3.747	108.886	97.322
Total do passivo		1.080.307	849.446	25.732.916	22.060.125
Situação Líquida					
Capital social	28	31.108	28.533	741.000	741.000
Reserva legal	29	13.681	5.869	325.888	152.414
Outras reservas e resultados acumulados	29	35.630	7.315	743.585	176.044
Resultado do exercício		54.309	38.948	1.398.762	1.025.387
Total da situação líquida		134.729	80.664	3.209.236	2.094.845
Total da situação líquida e passivo		1.215.036	930.111	28.942.152	24.154.970

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras.

BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007

	Nota	2007 USD'000	2006 USD'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Fluxos de caixa de actividades operacionais					
Recebimento de juros e comissões		155.695	106.372	3.708.666	2.762.490
Pagamento de juros e comissões		(34.024)	(21.402)	(810.452)	(555.798)
Operações financeiras		17.292	16.570	411.889	430.326
Recebimentos de prestações de serviços		5.908	7.870	140.735	204.376
Despesas com pessoal e fornecedores		(68.137)	(54.763)	(1.623.035)	(1.422.184)
Créditos a Clientes		(93.124)	(153.110)	(2.218.215)	(3.976.263)
Outras contas do activo		(19.238)	3.197	(458.243)	83.031
Débitos para com Clientes		148.374	119.343	3.534.276	3.099.342
Outras contas do passivo		519	4.769	12.361	123.838
		113.265	28.847	2.697.982	749.158
Fluxo de caixa de actividades de investimento					
Participações financeiras		(52)	(13.020)	(1.235)	(338.129)
Depósitos detidos com fins de controlo monetário		(11.867)	(3.890)	(282.668)	(101.020)
Aplicações sobre instituições de crédito		(103.225)	(54.466)	(2.458.814)	(1.414.471)
Vencimento/(aquisição de títulos)		(58.916)	21.825	(1.403.384)	566.806
Variação de activos tangíveis		(4.840)	(2.073)	(115.281)	(53.825)
		(178.899)	(51.623)	(4.261.382)	(1.340.639)
Fluxo de caixa de actividades de financiamento					
Débitos para com instituições de crédito		34.433	(168)	820.192	(4.372)
Pagamento de dividendos		(12.138)	(6.615)	(289.123)	(171.788)
Emissão de obrigações subordinadas		-	6.739	-	175.000
Suprimentos dos Accionistas		(575)	1.535	(13.707)	39.861
Movimentos em reservas		46.784	32.869	1.114.391	853.598
		68.503	34.359	1.631.752	892.299
Variação líquida em caixa e equivalentes		2.870	11.583	68.353	300.818
Caixa e equivalentes no início do período	34	54.040	37.983	1.287.236	986.419
Caixa e equivalentes no fim do período	34	56.910	49.566	1.355.589	1.287.236

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras.

BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A.

Demonstração de Alterações na Situação Líquida

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007

	Total da situação resultados líquida	Capital	Reserva legal	Outras reservas e resultados acumulados
	MZN'000	MZN'000	MZN'000	MZN'000
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	1.241.237	741.000	100.877	399.360
Transferência para reserva legal			51.537	(51.537)
Dividendo distribuível de 2005	(171.788)			(171.788)
Resultado do exercício	1.025.387			1.025.387
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	2.094.836	741.000	152.414	1.201.422
Transferência para reserva legal			173.474	(173.474)
Outras reservas	4.760			4.760
Dividendo distribuível de 2006	(289.123)			(289.123)
Resultado do exercício	1.398.762			1.398.762
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	3.209.236	741.000	325.888	2.142.347

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras.

Banco Internacional de Moçambique

Notas às Demonstrações Financeiras

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007

		Páginas
1.	Bases de apresentação	67
2.	Bases de preparação e declaração de cumprimento	68
3.	Políticas contabilísticas	71
4.	Estimativas e julgamentos	82
Notas		
5.	Margem financeira	85
6.	Resultado de serviços e comissões	85
7.	Resultado em operações financeiras	86
8.	Outros proveitos de exploração	86
9.	Custos com pessoal	87
10.	Outros gastos administrativos	88
11.	Impostos	89
12.	Resultado por acção	89
13.	Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	90
14.	Disponibilidades em outras instituições de crédito	90
15.	Aplicações em instituições de crédito	91
16.	Crédito a clientes	92
17.	Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda	99
18.	Investimentos	104
19.1.	Goodwill e Activos Intangíveis	105
19.2.	Outros Activos Tangíveis	107
20.	Activos por Impostos Diferidos	110
21.	Outros activos	111
22.	Depósitos de outras instituições de crédito	112
23.	Depósitos de clientes	113
24.	Títulos de dívida emitidos	113
25.	Passivos subordinados	114
26.	Outros passivos	115
27.	Provisões	115
28.	Capital social	117
29.	Reservas e resultados acumulados	117
30.	Dividendos	118
31.	Contas extrapatrimoniais	118
32.	Activo líquido e passivo denominado em moeda estrangeira	119
33.	Partes relacionadas	120
34.	Caixa e equivalentes de caixa	120
35.	Informação sobre o justo valor	120
36.	Pensões de reforma	122
37.	Indicadores da Demonstração de Resultados Consolidados por segmento de negócio	123
38.	Gestão de risco	125
39.	NIRF I	131

Banco Internacional de Moçambique

Notas às Demonstrações

Financeiras

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007

I. Bases de apresentação

O BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A. (“o Banco”), anteriormente denominado BCM – Banco Comercial de Moçambique, S.A.R.L., é um banco privado com sede social em Maputo, constituído em 1992. As contas agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, tendo sido preparadas em concordância com o princípio fundamental do custo histórico.

O Banco tem por objecto principal a realização de operações financeiras e a prestação de todos os serviços permitidos aos bancos comerciais de acordo com a legislação em vigor; nomeadamente a concessão de empréstimos em moeda nacional e estrangeira, a concessão de letras de crédito e de garantias bancárias, transacções em moeda estrangeira e recepção de depósitos em moeda nacional e estrangeira.

Durante o exercício de 2000, e na sequência da operação de fusão do Banco Mello no Banco Comercial Português (BCP), ocorrida em Portugal, o BCP tomou a participação qualificada que o Banco Mello detinha no BCM – Banco Comercial de Moçambique, S.A.R.L. e, em parceria com o Estado Moçambicano, assumiram o controlo do Banco.

No âmbito da reestruturação do Grupo em Moçambique, durante o exercício de 2001, foi efectuada a fusão por incorporação entre o BCM – Banco Comercial de Moçambique, S.A.R.L. (sociedade incorporante) e o BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L. (sociedade incorporada), lavrada em escritura pública de 27 de Novembro de 2001, tendo a sociedade incorporada sido extinta. A fusão foi efectuada por incorporação, mediante a transferência do património global da sociedade incorporada para o BCM – Banco Comercial de Moçambique, S.A.R.L.

Na mesma data, o Banco alterou a sua denominação social de BCM – Banco Comercial de Moçambique, S.A.R.L. para BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.

Em 29 de Dezembro de 2005 foi efectuada por escritura pública a fusão das Sociedades BIM *Leasing*, S.A.R.L., BIM Investimento, S.A.R.L. e Credicar – Aluguer de Longa Duração, S.A.R.L. (sociedades incorporadas), por incorporação no BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L. (sociedade incorporante) com extinção das sociedades incorporadas. A fusão produziu efeitos a partir de 1 de

Janeiro de 2005 com a transferência global do património das sociedades incorporadas para a sociedade incorporante.

Em 31 de Dezembro de 2007, o BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A. detinha o controlo accionista da Seguradora Internacional de Moçambique, S.A., com uma participação de 89,91% do seu capital, sendo as contas do Grupo (Banco e Seguradora) apresentadas de forma consolidada.

2. Bases de preparação e declaração de cumprimento

Em atendimento ao disposto no aviso no 4/GBM/2007 de 2 de Maio e nas disposições complementares, o Banco Internacional de Moçambique passou, a partir de 1 de Janeiro de 2007, a preparar as suas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

Considerando que até 31 de Dezembro de 2006, o Banco preparou as demonstrações financeiras conforme as normas locais, as demonstrações financeiras para o exercício findo naquela data, apresentadas neste relatório, foram preparadas de acordo com as NIRF para efeitos meramente comparativos.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo, em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas, e no balanço de abertura das NIRF, com referência a 1 de Janeiro de 2006, preparado para efeitos da transição para as NIRF.

Os saldos em milhares de Meticais constantes das demonstrações financeiras do ano findo em 31 de Dezembro de 2007, foram convertidos em milhares de Dólares Americanos à taxa de câmbio de valorimetria do Banco de Moçambique naquela data e estão apresentadas apenas como uma base referencial.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros detidos para negociação e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos e passivos que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto. Os outros activos e passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Activos não correntes detidos para venda e grupos detidos para venda (*disposal groups*) são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos estimados de venda.

A preparação das demonstrações financeiras anuais de acordo com as NIRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectem a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As

estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam uma base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem o maior índice de julgamento ou de complexidade, ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 4.

a) Transição para as NIRF

Estas são as primeiras demonstrações financeiras anuais consolidadas e do Banco preparadas de acordo com as NIRF, tendo sido cumprido o disposto na NIRF I para a determinação dos ajustamentos de transição, com referência a 1 de Janeiro de 2006. As reconciliações entre os capitais próprios e os resultados líquidos de acordo com as Normas locais e com as NIRF, de acordo com o definido pela NIRF I, são apresentadas na nota 39.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas na data de transição, decidiu-se optar por algumas das excepções permitidas pela NIRF I, apresentadas conforme segue:

(i) Concentrações de actividades empresariais

Não aplicar retroactivamente a IAS 3 às concentrações de actividades empresariais do Grupo que tenham ocorrido até 1 de Janeiro de 2006, pelo que foram mantidos os critérios contabilísticos anteriormente aplicados, incluindo o registo do *goodwill* resultante de aquisições até 1 de Janeiro de 2006 em reservas consolidadas.

(ii) Desreconhecimento de activos financeiros

De acordo com a opção da NIRF I, o Grupo decidiu aplicar os requisitos de desreconhecimento da NIRF 39 apenas para as operações realizadas a partir de 1 de Janeiro de 2006. Assim, os activos desreconhecidos até essa data, de acordo com as normas contabilísticas anteriormente aplicadas, não foram reexpressos no balanço.

(iii) Valorização dos activos fixos tangíveis

O Grupo decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis, com referência a 1 de Janeiro de 2006, o valor de balanço determinado em conformidade com as políticas contabilísticas anteriormente aplicadas pelo Grupo.

Com excepção das situações referidas, o Grupo adoptou retrospectivamente as restantes NIRF.

b) Moeda funcional

A moeda funcional da empresa é o Metical (MZN), sendo nesta moeda que o Banco opera e mantém os seus registos contabilísticos.

c) Outra moeda de apresentação

Para conveniência dos utilizadores, as demonstrações financeiras também são apresentadas em Dólares Americanos (USD). A demonstração de resultados e respectivas notas são convertidas para Dólares Americanos com utilização da taxa de câmbio média do ano, e o balanço à taxa de câmbio oficial em vigor no fim do ano. Todas as diferenças cambiais resultantes são reconhecidas directamente em fundos próprios. As componentes dos capitais próprios existentes em 31 de Dezembro de 2007 foram convertidas para Dólares Americanos, com utilização da taxa de câmbio de fecho em vigor nessa data.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige julgamentos, estimativas e pressupostos por parte da Administração que produzem efeitos na aplicação de políticas contabilísticas e nos valores dos activos, passivos, receitas e despesas reportados. Os resultados actuais podem diferir das estimativas.

As estimativas e pressupostos subjacentes são revistos numa base contínua. As revisões às estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que a estimativa seja objecto de revisão e em todos os períodos que futuramente venham a ser afectados.

Em particular, a informação sobre as áreas significativas de incerteza da estimativa e os julgamentos críticos na aplicação de políticas contabilísticas que tenham efeitos mais significativos no valor reconhecido nas demonstrações financeiras são descritos na nota 4 sobre estimativas e julgamentos.

e) Bases de consolidação

As contas do Grupo são objecto de consolidação pelo método integral no Banco Comercial Português, S.A. (BCP).

(i) Participação financeira em subsidiária

As demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2007 reflectem os activos, passivos e resultados do BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A. e da sua empresa subsidiária, Seguradora Internacional de Moçambique, S.A., que de acordo com as prerrogativas das NIRF são consolidadas pelo método integral.

(ii) Diferenças de consolidação e de reavaliação – *goodwill*

O *goodwill* resultante das concentrações de actividades empresariais ocorridas até 1 de Janeiro de 2006 foi registado por contrapartida de reservas.

As concentrações de actividades empresariais ocorridas após 1 de Janeiro de 2006 são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição. O *goodwill* resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas, é definido como a diferença entre o valor de custo e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida.

A partir da data de transição para as NIRF, em 1 de Janeiro de 2006, o *goodwill* positivo resultante de aquisições passou a ser reconhecido como um activo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização. O valor recuperável do *goodwill* registado no activo é avaliado anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

Caso o *goodwill* seja negativo este é registado directamente em resultados no exercício em que a concentração de actividades ocorre.

(iii) Transacções eliminadas em consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, bem como alguns ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transacções, são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados de transacções com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na extensão da participação do Banco nessas entidades.

3. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas estabelecidas abaixo foram aplicadas de forma consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras, excepto onde especificamente mencionado.

a) Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor à data da operação. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data do balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são levadas à conta de resultados. Os activos e passivos não-monetários denominados em moeda estrangeira que sejam avaliados pelo seu custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data do correspondente movimento.

b) Reconhecimento de juros

As receitas e despesas financeiras referentes a activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidas na demonstração de resultados, com utilização do método da taxa de juro efectiva. A taxa de juro efectiva é a taxa que exactamente desconta os pagamentos e recebimentos de caixa futuros estimados, através da vida estimada do activo ou passivo financeiro (ou, onde apropriado, um período mais curto) ao valor contabilístico do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida aquando do reconhecimento inicial do activo e passivo financeiro, não sendo objecto de revisão subsequente.

O cálculo da taxa de juro efectiva inclui todas as taxas pagas ou recebidas, custos de transacção, e descontos ou prémios que compoñham a taxa de juro efectiva. Os custos de transacção representam custos marginais directamente atribuíveis à aquisição, emissão ou venda de um activo ou passivo financeiro.

c) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam; e
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

d) Resultados de operações financeiras

Os proveitos e custos de operações financeiras incluem os lucros e perdas que resultarem de transacções de comercialização de moeda estrangeira e da conversão para moeda nacional de itens monetários em moeda estrangeira. Regista também os ganhos e as perdas dos activos e passivos financeiros classificados como de negociação, assim como os resultados das operações da carteira de activos financeiros disponíveis para venda.

e) Instrumentos financeiros

Classificação

Os activos financeiros mantidos ao seu justo valor através de lucros ou perdas são os que a empresa mantém com a finalidade específica de obter lucros a curto prazo e os activos e passivos que a empresa tenha designado após reconhecimento inicial como sendo de justo valor através de lucros e perdas. Nestes, estão incluídos os investimentos e passivos resultantes da venda de instrumentos financeiros de curto prazo.

Os créditos e devedores originados são créditos e devedores criados pelo Banco ao disponibilizar fundos a uma entidade, para além dos que sejam criados com a intenção de obter lucros a curto prazo. Os créditos e devedores têm pagamentos fixos ou determináveis e não possuem cotação num mercado activo. Os créditos e devedores originados incluem empréstimos e adiantamentos a bancos e a Clientes.

Os activos detidos até à maturidade representam os activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e com data de maturidade fixa, que o banco tem a intenção e a capacidade de manter até à data de vencimento. Alguns instrumentos de dívida incluem-se nestes activos.

Os activos disponíveis para venda são mantidos por tempo indefinido e podem ser vendidos em resposta às necessidades de liquidez ou às mudanças nas taxas de juro, taxas de câmbio ou preços das acções.

Os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos e proveitos associados às transacções.

Os juros são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva, considerando a vida útil esperada do activo. Nas situações em que existe prémio ou desconto associado ao activo, o prémio ou desconto é incluído no cálculo da taxa efectiva.

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros de negociação. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de Clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

Data de reconhecimento

O Banco reconhece os activos financeiros detidos para negociação e os activos disponíveis para venda na data em que o Banco se compromete a adquirir os activos. A partir desta data, passam a ser reconhecidos todos os lucros e perdas resultantes das alterações no justo valor destes activos.

Os empréstimos mantidos até à maturidade e os créditos e devedores originados são reconhecidos no dia em que o dinheiro é desembolsado ao Cliente.

Princípios de medição do justo valor

O justo valor dos instrumentos financeiros é baseado no seu preço de mercado à data do balanço sem qualquer dedução de custos de operação. No caso de não se conhecer o preço do mercado, o justo valor dos instrumentos é estimado com utilização de técnicas de fluxo de caixa descontado.

Nos casos em que sejam usadas técnicas de fluxo de caixa descontado, os fluxos de caixa futuros são estimados com base nas melhores estimativas feitas pela Administração, sendo a taxa de desconto a taxa de mercado à data do balanço para um instrumento com termos e condições semelhantes.

Não são determinados justos valores nos casos em que não seja praticável fazê-lo, e nos casos em que as principais características do instrumento financeiro subjacente, pertinente para o seu valor, sejam divulgadas.

Lucros e perdas na avaliação subsequente

Os lucros e perdas resultantes de uma alteração no justo valor dos activos disponíveis para venda são reconhecidos directamente em reservas. Quando os activos financeiros são vendidos, cobrados ou, de qualquer outro modo alienados, os lucros ou perdas acumulados reconhecidos em reservas são transferidos para a conta de resultados de activos financeiros disponíveis para venda, da demonstração de resultados.

O valor recuperável de um instrumento de capital é representado pelo seu justo valor. O valor recuperável dos instrumentos de dívida e dos empréstimos adquiridos reavaliados para aferição do justo valor, é calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados, descontado à taxa de juro corrente do mercado.

Nos casos em que um activo reavaliado para aferição do justo valor, directamente através de reservas, tiver o valor recuperável reduzido, e uma redução no valor do activo tiver, previamente, sido reconhecida directamente em reservas, o valor reduzido é transferido para a conta de resultados e reconhecido como parte do prejuízo por redução do valor recuperável.

Nos casos em que um activo avaliado para aferição do justo valor, directamente através de reservas, tiver o seu valor recuperável reduzido, e um aumento no justo valor do activo tiver, anteriormente, sido reconhecido em reservas, o aumento no justo valor do activo reconhecido em reservas é estornado na medida em que o activo tenha o seu valor recuperável reduzido.

Todos os outros prejuízos por redução do valor recuperável são reconhecidos na demonstração de resultados.

Estornos da redução do valor recuperável

Um prejuízo por redução do valor recuperável de um título detido até à maturidade ou devedor é estornado se o aumento subsequente no valor recuperável estiver objectivamente relacionado a um acontecimento que ocorrer após reconhecimento do prejuízo por redução do valor recuperável.

No que diz respeito a outros activos, um prejuízo por redução do valor recuperável é estornado no caso de se verificar alguma alteração nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Um prejuízo por redução do valor recuperável só é estornado se o valor contabilístico do activo não exceder o valor contabilístico que teria sido determinado, líquido de depreciação ou amortização, se não tivesse sido reconhecido nenhum prejuízo por redução do valor recuperável.

Os ganhos e perdas resultantes de uma alteração no justo valor dos instrumentos comercializáveis são levados à conta de resultados.

Não são permitidas transferências *cash-flows* de e para o *portfolio* de activos e passivos financeiros registados ao justo valor através de resultados.

Desreconhecimento

Um activo financeiro deixa de ser reconhecido quando o Banco cessa os direitos contratuais que esse activo comporta, ocorrendo quando os direitos são realizados, expiram ou são cedidos.

Uma exigibilidade financeira deixa de ser reconhecida logo que for liquidada.

Compensação

Os activos e passivos financeiros são compensados, e o valor líquido reportado no balanço quando a empresa tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos, e pretender liquidar numa base líquida, ou realizar o activo e liquidar simultaneamente a dívida.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

Em cada data do balanço é efectuada uma avaliação da existência de uma evidência objectiva de imparidade, nomeadamente de um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro que possa ser medido de forma fiável.

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos activos financeiros.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Grupo.

Perdas por imparidade em créditos a clientes

O Banco efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na nota 3 g).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados consolidados e do Banco.

f) Instrumentos específicos**Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique**

Os itens de caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa em cofre e os depósitos mantidos no Banco de Moçambique.

Para efeitos das Demonstrações de fluxos de caixa, o Banco considera que a rubrica de Disponibilidades à vista sobre Instituições de Crédito é equivalente à rubrica de Caixa.

Aplicações por recuperação do crédito

As aplicações por recuperação de crédito incluem imóveis resultantes da resolução de contratos de crédito sobre Clientes. Estes activos são registados na rubrica Outros Activos sendo a sua mensuração inicial efectuada pelo menor entre o seu justo valor e o valor contabilístico do crédito que lhe deu origem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações regulares efectuadas por entidades externas especializadas, a pedido do Banco.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor entre o seu valor contabilístico e o correspondente justo valor actual, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

g) Crédito a clientes

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos Clientes.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor; acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas de imparidade.

Imparidade

A política do Banco consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas para imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas para resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior:

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos a clientes, definida como um conjunto de créditos de características de risco semelhantes, poderá ser classificada como com imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos a clientes e cuja mensuração possa ser estimada com razoabilidade.

De acordo com a NIRF 39 existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade:

(i) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Banco avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade. Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes factores:

- A exposição de cada Cliente junto do Banco e a existência de crédito vencido;
- A viabilidade económico-financeira do negócio do Cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face aos serviços da dívida no futuro;
- A existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- A deterioração significativa no *rating* do Cliente;
- O património do Cliente em situações de liquidação ou falência;

- A existência de credores privilegiados;
- O montante e os prazos de recuperação estimados.

As perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor actual dos *cash flows* futuros esperados descontados à taxa efectiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas registadas por contrapartida de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das perdas de imparidade. Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efectiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

O cálculo do valor actual dos *cash flows* futuros esperados de um crédito com garantias reais, corresponde aos *cash flows* que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

Os créditos em que não seja identificada uma evidência objectiva de imparidade, são agrupados em carteiras com características de risco de crédito semelhantes, as quais são avaliadas colectivamente.

(ii) Análise colectiva

As perdas por imparidade baseadas na análise colectiva são calculadas através de duas perspectivas:

- para grupos homogéneos de créditos não considerados individualmente significativos (análise paramétrica); e
- em relação a perdas incorridas mas não identificadas (IBNR) em créditos não sujeitos à análise individual de imparidade.

As perdas por imparidade em termos colectivos são determinadas considerando os seguintes aspectos:

- experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;
- conhecimento da envolvente económica e da sua influência sobre o nível das perdas históricas; e
- período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Banco de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Os créditos analisados individualmente para os quais não foi identificada evidência objectiva de imparidade, são agrupados tendo por base características de risco semelhantes com o objectivo de determinar as perdas por imparidade em termos colectivos. Esta análise permite ao Banco o reconhecimento de perdas cuja identificação, em termos individuais, só ocorrerá em períodos futuros.

A anulação contabilística de créditos é feita pela utilização de provisões por imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos. As recuperações posteriores destes créditos são contabilizadas como proveitos no exercício em que ocorram.

h) Outros activos tangíveis

Activos próprios

(i) Reconhecimento e medição

Os itens de propriedade são registados pelos valores de aquisição deduzidos da depreciação acumulada. O custo do imobilizado em curso inclui o custo dos materiais, trabalho directo e uma parcela adequada de custos indirectos de produção.

Nos casos em que um item de propriedade e equipamento incluir as componentes principais com tempos de vida útil diferentes, os mesmos são contabilizados como itens de propriedade e equipamento, em separado.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

(ii) Custos subsequentes

O custo para substituir parte de um item de propriedade ou equipamento é reconhecido no valor contabilístico do item, se houver alguma probabilidade de benefícios económicos futuros incorporados nessa parte virem a fluir para a empresa e os seus custos puderem ser medidos com um grau razoável de fiabilidade. Os custos de serviço diários respeitantes aos itens de propriedade e equipamento são reconhecidos em lucros e perdas conforme incorrerem, de acordo com o princípio de especialização dos exercícios.

(iii) Amortização

A amortização é reconhecida no resultado segundo o critério das quotas constantes ao longo do período de vida útil estimada dos itens de propriedade e equipamento. A vida útil estimada para cada uma das rubricas de propriedade e equipamento, é definida de acordo com o seguinte quadro:

	Número de anos
Edifícios	50
Máquinas e mobiliário	4 – 15
Viaturas	4
Outros activos imobilizados	2 – 10

Os métodos de amortização, vida útil e valores residuais são reavaliados à data do relatório.

i) Activos intangíveis

Os activos intangíveis adquiridos pelo Banco são registados pelo seu custo histórico deduzidos da amortização acumulada (ver abaixo) e os prejuízos por redução do valor recuperável.

A amortização é imputada à conta de resultados segundo o critério de quotas constantes durante a vida útil estimada dos activos intangíveis. Os activos intangíveis são amortizados por um período máximo de 3 anos.

j) Outras reservas

A reserva de reavaliação dos activos financeiros disponíveis para venda foi criada para contabilizar os ganhos e perdas resultantes da reavaliação para aferição do justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda.

k) Investimentos nas associadas

As associadas são entidades onde o Banco possui influência significativa, mas não o controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. As demonstrações financeiras incluem a parte do total dos ganhos e perdas reconhecidos das associadas que compete ao Banco, que é contabilizada numa base equitativa, desde a data em que a influência significativa começa até à data em que essa influência significativa termina. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico deve ser reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na parcela em que o Banco tiver incorrido em obrigações a respeito da associada.

Transacções eliminadas em consolidação

Os lucros não realizados que resultem de transacções com as associadas são eliminados na medida do interesse do Banco nessa entidade. Os lucros não realizados são eliminados contra o investimento na associada. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que o foram os lucros não realizados, mas apenas na medida em que não haja evidência de alguma redução do valor recuperável.

l) Imposto sobre lucros

O Banco e a sua subsidiária com sede em Moçambique estão sujeitos ao regime fiscal consagrado pelo Código dos Impostos sobre o Rendimento, estando os lucros imputáveis a cada exercício sujeitos à incidência do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC).

O Banco ao abrigo dos incentivos aduaneiros e fiscais previstos no Código dos Benefícios Fiscais em Moçambique (CBFM), aprovado pelo Decreto n.º 12/93, de 21 de Julho, beneficia de uma redução de 50% nas taxas de imposto sobre os lucros finais distribuíveis entre os sócios, durante o período

de recuperação do investimento efectivamente realizado, não podendo este período exceder a duração de dez anos contados a partir de 1 de Janeiro de 2004, conforme Autorização do Projecto de Investimento.

A Seguradora Internacional de Moçambique, S.A., beneficiou da mesma redução de taxa até ao ano de 2006, tendo com o término do prazo ficado sujeita ao IRPC à taxa normal de 32%.

O imposto a pagar sobre o lucro do exercício inclui o imposto corrente e o diferido. O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração de resultados, excepto a parte que diz respeito aos itens directamente reconhecidos em reservas.

O imposto corrente é o imposto que se espera pagar sobre o rendimento tributável do exercício, com utilização das taxas prescritas por lei, ou que estejam em vigor à data do balanço e qualquer ajustamento ao imposto a pagar respeitante a anos anteriores.

O imposto diferido é provido segundo o método do passivo com base no balanço, sobre os prejuízos fiscais acumulados e sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos, com vista à preparação de relatórios financeiros, e a sua base fiscal utilizando taxas de impostos aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Um activo por imposto diferido é reconhecido na medida em que exista a probabilidade de obtenção de lucros tributáveis futuros, contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

m) Benefícios a empregados

O Grupo atribui aos Colaboradores um plano de benefícios definidos, para o qual mantém um seguro que é gerido pela sua subsidiária Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. Para o plano de benefícios, o Grupo financia uma pensão remida que garante aos seus Colaboradores, através de um complemento de reforma que funciona numa base autónoma.

O cálculo actuarial é efectuado com base no método de crédito da unidade projectada com base nos pressupostos actuariais e financeiros descritos na nota 36 e de acordo com os parâmetros exigidos pela IAS 19.

Os custos resultantes de reformas antecipadas e os respectivos ganhos e perdas actuariais são registados por contrapartida de resultados no exercício em que as reformas antecipadas são aprovadas e comunicadas, de acordo com a IAS 37.

O seguro é reforçado mensalmente através das contribuições do Grupo, correspondentes a 5,55% do valor dos salários, sendo estas contabilizadas como custos do próprio exercício.

A pensão remida será atribuída aos Colaboradores no activo no momento em que atinjam os 60 anos, no caso dos homens e 55 no caso das mulheres, sendo condição obrigatória que o Colaborador já esteja a beneficiar de pensão de velhice atribuída pelo Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) ou caso a Comissão Executiva assim o decida.

n) Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva;
- (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido;
- (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

o) Empréstimos que rendem juros

Os empréstimos que rendem juros são reconhecidos inicialmente pelo seu custo histórico, menos os custos de transacção atribuíveis. Após reconhecimento inicial, os empréstimos que rendem juros são determinados pelo custo amortizado, com todas as diferenças entre o custo e o valor de amortização a serem reconhecidas na demonstração de resultados no decorrer do período dos empréstimos, com base no método da taxa de juro efectiva.

p) Valores comparativos

Os valores comparativos são reclassificados sempre que necessário, de modo a cumprir com a actual base de apresentação.

q) Relato por segmento

Um segmento de negócio é uma componente identificável do Banco, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um Banco de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Conforme apresentado na nota 37, o Banco controla a sua actividade através dos seguintes segmentos principais:

- Banca de Retalho;
- Corporate Banking;
- Seguros

r) Resultado por acção

O resultado por acção básico é calculado dividindo o resultado líquido atribuível a Accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas, excluindo o número médio de acções ordinárias compradas pelo Banco e detidas como acções próprias.

s) Contratos de seguro

O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afectar adversamente o segurado, é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento, reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Provisão para prémios não adquiridos de seguro directo e resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efectuada mediante a aplicação do método *Pro-rata temporis*, por cada recibo em vigor.

4. Estimativas e julgamentos

O Comité de Auditoria aprova a aplicação de políticas contabilísticas e estimativas significativas desenvolvidas pela Administração em consulta com o Grupo. Essas políticas contabilísticas e estimativas são divulgadas nestas demonstrações financeiras.

As divulgações que se seguem complementam os comentários a respeito da gestão de risco financeiro apresentados na nota 38.

Principais fontes para estimar a incerteza

(i) Perdas pela redução do valor recuperável de crédito

Os activos contabilizados pelo custo amortizado são avaliados quanto à redução do valor recuperável, na base descrita na nota 3 g) das políticas contabilísticas.

A componente de perdas específicas devido à redução do valor recuperável são avaliadas individualmente e tomam como base a melhor estimativa da Administração do valor actual dos fluxos de caixa esperados. Ao estimar estes fluxos de caixa, a Administração faz um julgamento da situação financeira da contraparte e do valor actual líquido realizável de qualquer garantia subjacente. Cada activo com o valor recuperável reduzido é avaliado quanto ao seu mérito e a estratégia de recuperação e estimativa dos fluxos de caixa considerados recuperáveis são independentes da função de risco de crédito.

As perdas por redução de valor recuperável analisadas numa base colectiva são determinadas na base de características económicas semelhantes, quando há uma evidência objectiva a sugerir que as mesmas contêm reduções do valor recuperável, mas cujos itens de valor recuperável reduzido ainda não podem ser especificamente identificados. Na avaliação da necessidade de contabilizar perdas pela redução do valor recuperável de empréstimos, a Administração considera factores, tais como, a qualidade do crédito, o tamanho da carteira, a concentração e os factores económicos.

Para estimar o valor das perdas, são assumidos pressupostos para definir a forma como as perdas inerentes são modeladas e para determinar os parâmetros de *input* requeridos, baseados na experiência histórica e nas condições económicas actuais. A exactidão do valor estimado das perdas depende de quão boas são as estimativas dos fluxos de caixa futuros para as perdas de uma contraparte específica e dos pressupostos do modelo e parâmetros usados na determinação das perdas baseadas em análise colectiva.

(ii) Determinação do justo valor

A determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros para os quais não exista preço de mercado observável, exige o uso de técnicas de avaliação como as descritas na política contabilística 3 e). Para os instrumentos financeiros cuja comercialização não seja feita frequentemente e tenham pouca transparência de preço, o justo valor é menos objectivo, e requer graus de julgamento variáveis, dependendo da liquidez, concentração, incerteza no que respeita aos factores de mercado, pressupostos de fixação de preços e outros riscos que afectam os instrumentos específicos.

Julgamentos contabilísticos essenciais na aplicação das políticas contabilísticas

Os julgamentos de contabilidade criteriosos feitos na aplicação das políticas contabilísticas, têm em consideração que:

As políticas contabilísticas da empresa fornecem o âmbito dos activos e passivos a serem designados no início em categorias contabilísticas diferentes, de acordo com as circunstâncias:

- Na classificação dos activos ou passivos financeiros como "para negociação" o Banco determinou que os mesmos satisfazem a descrição dos activos e passivos para negociação estabelecidos na política contabilística 3 e);
- Ao se designarem os activos e passivos financeiros pelo justo valor através do lucro ou perda, o Banco determina que, os mesmos satisfazem um dos critérios para esta designação, como estabelecido na política contabilística 3 e);
- Na classificação dos activos financeiros como detidos até à maturidade, o Banco determinou que a mesma tem a intenção positiva e a capacidade de manter os activos até à data de maturidade dos mesmos, como exigido pela política contabilística 3 e);
- Na classificação dos activos financeiros como disponíveis para venda, o Banco determinou que os mesmos não satisfazem outra classificação, como referido na política contabilística 3 e).

Na nota 3 e) são fornecidos os detalhes da classificação dos activos e passivos financeiros feita pelo Banco.

5. Margem Financeira

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Juros e proveitos equiparados				
Juros de créditos concedidos	1.839.354	1.380.216	1.839.354	1.388.010
Juros de depósitos e outras aplicações	310.662	227.327	310.662	227.327
Juros de títulos	878.005	643.109	838.404	608.179
	3.028.021	2.250.651	2.988.420	2.223.516
Juros e custos equiparados				
Juros de depósitos e outros recursos	639.480	452.492	709.138	495.092
Juros de títulos emitidos	13.549	18.690	65.552	35.849
Outros juros e custos equiparados	399	350	399	364
	653.427	471.533	775.089	531.305
Margem financeira	2.374.594	1.779.118	2.213.331	1.692.211

6. Resultado de Serviços e Comissões

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Serviços e comissões recebidas				
Por garantias prestadas	131.813	98.941	131.813	98.941
Por serviços bancários prestados	340.261	247.034	357.604	260.983
Outras comissões	245.313	188.187	230.829	179.050
	717.388	534.162	720.246	538.974
Serviços e comissões pagas				
Por garantias e avals	2.543	1.851	2.543	1.851
Outras comissões	54.942	35.701	32.819	22.642
	57.485	37.552	35.362	24.493
Resultado de Serviços e Comissões	659.903	496.610	684.884	514.481

7. Resultado em Operações Financeiras

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Lucros em operações financeiras				
Reavaliação da posição cambial	430.673	457.645	430.673	457.645
Outras operações	14.760	12.348	2.416	814
	445.433	469.993	433.089	458.459
Prejuízos em operações financeiras				
Reavaliação da posição cambial	21.200	28.020	21.200	28.020
Outras operações	27.770	7.424	-	113
	48.970	35.444	21.200	28.133
	396.463	434.549	411.889	430.326

8. Outros Proveitos de Exploração

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Outros proveitos de exploração				
Rendimentos de imóveis	16.031	18.026	6.258	2.456
Prestação de serviços	17.201	11.810	17.201	9.279
Reembolso de despesas	97.445	90.844	97.445	83.633
Prémios de seguros	508.668	309.615	-	-
Outros proveitos de exploração	52.210	70.170	14.896	27.657
	691.555	500.465	135.800	123.025
Outros custos de exploração				
Impostos	6.043	769	4.978	2.110
Quotizações e donativos	12.706	1.341	12.706	1.341
Sinistros de seguros	328.941	208.124	-	-
Outros custos de exploração	84.508	53.646	32.582	19.511
	432.198	263.880	50.266	22.962
	259.357	236.585	85.534	100.063

9. Custos com Pessoal

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Remunerações	752.110	626.492	693.779	589.496
Pensões de reforma e sobrevivência	-	-	22.402	20.203
Encargos sociais obrigatórios	27.618	23.319	22.407	20.077
Encargos sociais facultativos	12.156	30.866	12.151	10.651
Outros	2.629	6.095	948	3.790
	794.513	686.771	751.686	644.217

O número médio de Colaboradores ao serviço do Grupo e do Banco, distribuído por grandes categorias profissionais, é demonstrado como segue:

	Grupo		Banco	
	2007	2006	2007	2006
Administração e Direcção	116	108	104	96
Específicas/Técnicas	661	630	572	544
Outras funções	776	771	752	746
	1.553	1.509	1.428	1.386

O valor total de remunerações atribuídas pelo Grupo e pelo Banco aos Órgãos de Administração e Fiscalização, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, registado na rubrica de Custos com pessoal, foi de 40.328 milhares de MZN e 35.711 milhares de MZN, respectivamente (2006: 32.507 milhares de MZN e 29.560 milhares de MZN).

10. Outros Gastos Administrativos

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Água, energia e combustíveis	42.318	37.361	39.819	35.775
Impressos e materiais de consumo corrente	43.439	39.398	41.273	38.413
Material para assistência e reparação	5.723	6.379	5.723	6.379
Publicações	766	756	766	756
Material de higiene e limpeza	1.291	1.112	968	895
Outros fornecimentos	11.259	11.022	11.259	11.022
Rendas e alugueres	37.200	52.778	113.142	96.879
Comunicação e expedição	74.186	68.252	67.669	65.040
Deslocações, estadias e representações	32.393	33.336	29.553	30.887
Publicidade e edição publicitária	37.132	38.667	35.630	38.104
Custos com trabalhos independentes	32.672	36.329	23.291	22.053
Conservação e reparação	52.748	52.694	48.801	48.572
Seguros	5.000	32.913	30.510	32.375
Serv. judiciais, contencioso e notariado	2.784	4.152	2.608	4.104
Informática	47.576	48.560	47.576	48.560
Segurança e vigilância	28.843	28.777	27.308	27.864
Limpeza de instalações	19.429	17.768	19.429	17.768
Transporte de valores	43.932	38.730	43.932	38.730
Formação de pessoal	16.845	14.164	15.475	13.714
Outros serviços de terceiros	144.480	169.691	141.616	164.083
	680.019	732.838	746.349	741.973

A rubrica Outros serviços de terceiros inclui custos com serviços prestados pelos auditores do Grupo, conforme a seguir se demonstra:

- Serviços de auditoria às contas do BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A. para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, no montante de USD 139.050;
- Serviços de auditoria às contas da Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, no montante de USD 61.800;
- Serviços de formação para a implementação das NIRF no BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A. e na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. no montante de EUR 22.300;
- Serviços de revisão do processo de implementação das NIRF no BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A. no montante de USD 29.100;
- Serviços de revisão do processo de implementação das NIRF na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. no montante de USD 13.775.

I I. Impostos

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Imposto corrente	132.330	35.495	125.000	35.995
Imposto diferido	4.016	83.934	4.016	83.031
Total de custo de impostos	136.346	119.429	129.016	119.026
Reconciliação do custo efectivo do impostos				
Resultado antes de impostos	1.664.964	1.255.902	1.527.779	1.144.413
Impostos correntes	298.673	201.643	244.444	190.798
Ajustamentos ao imposto:				
Impacto das despesas não dedutíveis	3.136	14.083	2.454	6.107
Impacto de custos não dedutíveis	3.292	4.315	2.785	3.289
Amortização do custo diferido	(4.016)	(2.653)	(4.016)	(2.572)
Juros de dívida pública	(161.200)	(94.851)	(113.112)	(75.598)
Prejuízos fiscais acumulados	-	(81.280)	-	(80.459)
Benefícios fiscais	(7.555)	(5.762)	(7.555)	(5.569)
Custo de impostos	132.330	35.495	125.000	35.995

O BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A. está sujeito a uma taxa de 16% relativa ao IRPC (redução de 50% em relação à taxa normal de 32%) até ao ano 2014 ou durante o período de recuperação do investimento, conforme Autorização do Projecto de Investimento.

I 2. Resultado por Acção

Os resultados por acção no total de 188,77 MZN (2006: 138,38 MZN) baseiam-se num resultado líquido de impostos no valor de 1.398.763 milhares de MZN (2006: 1.025.387 milhares de MZN) e são calculados com utilização das 7.410.000 acções emitidas (2006: 7.410.000).

13. Caixa e Disponibilidades no Banco de Moçambique

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Caixa	1.135.241	1.092.075	1.135.185	1.092.070
Banco de Moçambique	2.291.265	2.026.452	2.291.265	2.026.452
	3.426.506	3.118.527	3.426.450	3.118.522

O saldo de disponibilidades junto do Banco de Moçambique visa satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas.

O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com o Aviso n.º 02/GBM/2007 do Banco de Moçambique, obriga à manutenção de saldo em depósitos no Banco de Moçambique, equivalente a 10,15% sobre o montante médio diário dos depósitos e outras responsabilidades. Em 2006, o regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com o Aviso n.º 02/GBM/2004 do Banco de Moçambique, obrigava à manutenção de saldos em depósitos no Banco Central, equivalente a 11,51% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, a ser observado no final de cada período de constituição de reservas.

14. Disponibilidades em outras Instituições de Crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Instituições de crédito no país	61.904	15.044	61.904	15.044
Instituições de crédito no estrangeiro	158.500	180.122	158.500	180.122
	220.404	195.166	220.404	195.166

O saldo da rubrica Instituições de Crédito no país, para o Grupo e para o Banco, inclui a 31 de Dezembro de 2007, o montante de 55.300 milhares de MZN (2006: 15.002 milhares de MZN) referente a cheques a cobrar sobre outras instituições.

15. Aplicações em Instituições de Crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Aplicações em instituições de crédito no país	49.103	23.804	36.533	23.804
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	5.275.309	4.132.435	5.275.309	4.132.435
	5.324.412	4.156.239	5.311.842	4.156.239
Juros a receber de crédito em inst. de crédito	30.862	8.171	30.860	7.996
Crédito vencido sobre instituições de crédito há mais de 90 dias	-	1.282	-	1.282
	5.355.274	4.165.692	5.342.702	4.165.517
Imparidade para riscos de crédito	-	(1.282)	-	(1.282)
	5.355.274	4.164.410	5.342.702	4.164.235

A análise desta rubrica, excluindo os juros e o crédito vencido, pelo período remanescente das operações, é a seguinte:

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Até 3 meses	5.289.452	4.155.199	5.289.451	4.155.199
De 3 a 6 meses	19.715	-	7.146	-
De 6 a 12 meses	15.245	1.040	15.245	1.040
	5.324.412	4.156.239	5.311.842	4.156.239

16. Créditos a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Crédito com garantias reais	2.940.171	2.937.403	2.940.171	2.937.403
Crédito em locação financeira	2.253.560	1.973.607	2.253.560	1.973.607
Crédito com outras garantias	4.773.644	3.810.070	4.773.644	3.810.070
Crédito sem garantias	2.539.948	1.725.659	2.539.948	1.725.686
Crédito ao sector público	183.975	195.282	183.975	195.282
Crédito tomado – <i>Factoring</i>	99.650	-	99.650	-
	12.790.948	10.642.021	12.790.948	10.642.048
Crédito vencido – menos de 90 dias	11.979	9.339	11.979	9.339
Crédito vencido – mais de 90 dias	156.620	129.583	156.620	129.583
	12.959.547	10.780.943	12.959.547	10.780.970
Juros a receber de crédito	191.665	207.190	191.665	207.190
	13.151.212	10.988.133	13.151.212	10.988.160
Imparidade para riscos de crédito	(647.740)	(467.930)	(647.740)	(467.930)
	12.503.472	10.520.203	12.503.472	10.520.230

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações, excluindo os juros, é a seguinte:

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Até 3 meses	4.127.110	3.693.322	4.127.110	3.693.349
De 3 meses a 1 ano	1.189.504	775.305	1.189.504	775.305
De 1 a 5 anos	3.963.524	3.973.546	3.963.524	3.973.546
Mais de 5 anos	3.510.810	2.199.850	3.510.810	2.199.850
Indeterminado	168.599	138.920	168.599	138.920
	12.959.547	10.780.943	12.959.547	10.780.970

A análise do crédito a clientes por sector de actividade é a seguinte:

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Agricultura e silvicultura	890.531	759.693	890.531	759.693
Comércio e serviços	3.313.243	3.135.383	3.313.243	3.135.383
Alimentação, bebidas e tabaco	706.758	781.500	706.758	781.500
Têxteis	5.225	13.391	5.225	13.391
Químicas	45.378	98.980	45.378	98.980
Máquinas e equipamentos	519.790	360.898	519.790	360.898
Construção	965.405	696.044	965.405	696.044
Transportes e comunicações	1.371.540	1.028.466	1.371.540	1.028.466
Papel, artes gráficas e editoras	58.226	41.551	58.226	41.551
Electricidade, gás e água	251.669	168.578	251.669	168.578
Outras actividades	4.831.782	3.696.459	4.831.782	3.696.459
	12.959.547	10.780.943	12.959.547	10.780.970
Juros a receber de crédito	191.665	207.190	191.665	207.190
Imparidade para riscos de crédito	(647.740)	(467.930)	(647.740)	(467.930)
	12.503.472	10.520.203	12.503.472	10.520.230

Os movimentos da imparidade para riscos de crédito para o Grupo e para o Banco são analisadas como segue:

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Saldo em 1 de Janeiro	467.930	870.334	467.930	870.334
Dotação do exercício	388.687	89.583	388.687	89.583
Reversão do exercício	-	(572.910)	-	(572.910)
Outras transferências	23.530	129.382	23.530	129.382
Utilização de provisões	(212.061)	(86.111)	(212.061)	(86.111)
Diferenças cambiais	(20.346)	37.652	(20.346)	37.652
Saldo em 31 de Dezembro	647.740	467.930	647.740	467.930

A imparidade para risco de crédito representa a perda esperada do valor recuperável dos créditos concedidos a Clientes resultante de análises individuais e colectivas da carteira de Clientes do Banco.

A anulação contabilística de crédito é feita pela utilização da respectiva imparidade, quando esta, corresponda a 100% do valor do crédito. Os valores dos créditos recuperados são contabilizados como proveitos do exercício em que ocorreram.

O quadro seguinte apresenta, por classes de incumprimento, a desagregação da imparidade para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 2007:

	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Mais de 1 ano	Total
	MZN'000	MZN'000	MZN'000	MZN'000
Crédito vencido com garantia	27.778	20.018	63.445	111.241
Imparidade existente	5.537	10.001	63.417	78.955
Crédito vencido sem garantia	11.332	19.935	26.091	57.358
Imparidade existente	2.833	9.968	26.091	38.892
Total de crédito vencido	39.110	39.953	89.536	168.599
Total da imparidade para crédito vencido	8.370	19.969	89.508	117.847
Total da imparidade para crédito vincendo associado ao crédito vencido e outros créditos				529.893
Total da imparidade para riscos de crédito				647.740

A análise da imparidade por tipo de crédito para o Grupo e para o Banco, é a seguinte:

	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Crédito com garantias reais	139.293	215.229
Crédito em locação financeira	238.528	119.649
Crédito com outras garantias	183.158	65.681
Crédito sem garantias	82.075	67.371
Crédito tomados – <i>Factoring</i>	4.686	-
	647.740	467.930

A análise da imparidade por sectores de actividade para o Grupo e para o Banco é analisada como segue:

	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Agricultura e silvicultura	47.941	33.441
Comércio e serviços	110.259	96.351
Alimentação, bebidas e tabaco	61.351	34.586
Têxteis	105	221
Químicas	682	335
Máquinas e equipamentos	20.775	83.930
Construção	112.314	33.017
Transportes e comunicações	84.468	20.936
Papel, artes gráficas e editoras	3.593	371
Electricidade, gás e água	6.784	1.325
Outras actividades	199.468	163.417
	647.740	467.930

A análise da maturidade para o Grupo e para o Banco por tipo de crédito em 31 de Dezembro de 2007 é analisada como segue:

	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
	MZN'000	MZN'000	MZN'000	MZN'000	MZN'000
Crédito com garantias reais	759.598	192.132	404.851	1.583.590	2.940.171
Crédito em locação financeira	11.222	112.595	1.320.136	809.607	2.253.560
Crédito com outras garantias	1.373.476	764.671	2.185.314	450.183	4.773.644
Crédito sem garantias	1.940.968	56.732	5.415	536.833	2.539.948
Crédito ao sector público	5.570	-	47.808	130.597	183.975
Crédito tomado - <i>Factoring</i>	36.276	63.374	-	-	99.650
	4.127.110	1.189.504	3.963.524	3.510.810	12.790.948
Crédito vencido					
menos de 90 dias					11.979
Crédito vencido					
mais de 90 dias					156.620
Juros a receber de crédito					191.665
Imparidade para riscos de crédito a clientes					(647.740)
					12.503.472

A análise da maturidade por tipo de crédito para o Grupo e para o Banco em 31 de Dezembro de 2006, é analisada como segue:

	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
	MZN'000	MZN'000	MZN'000	MZN'000	MZN'000
Crédito com garantias reais	428.450	229.966	1.018.454	1.260.533	2.937.403
Crédito em locação financeira	-	106.374	1.119.159	748.074	1.973.607
Crédito com outras garantias	1.597.944	435.161	1.603.628	173.337	3.810.070
Crédito sem garantias	1.659.378	3.804	44.571	17.906	1.725.659
Crédito ao sector público	7.549	-	187.733	-	195.282
	3.693.321	775.305	3.973.545	2.199.850	10.642.021
Crédito vencido					
menos de 90 dias					9.339
Crédito vencido					
mais de 90 dias					129.583
Juros a receber de crédito					207.190
Imparidade para riscos de crédito a clientes					(467.930)
					10.520.203

A análise da maturidade do crédito por sector de actividade para o Grupo e para o Banco em 31 de Dezembro de 2007, é analisada como segue:

	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
	MZN'000	MZN'000	MZN'000	MZN'000	MZN'000
Agricultura e silvicultura	421.570	62.307	202.198	203.017	889.092
Comércio e serviços	1.658.836	238.457	628.542	760.244	3.286.079
Alimentação, bebidas e tabaco	317.363	151.146	140.279	92.304	701.092
Têxteis	5.225	-	-	-	5.225
Químicas	3.069	16.487	25.620	-	45.176
Máquinas e equipamentos	69.924	4.502	144.780	288.576	507.782
Construção	448.397	87.209	334.095	80.615	950.316
Transportes e comunicações	216.105	59.922	855.571	229.447	1.361.045
Papel, artes gráficas e editoras	6.044	-	50.720	-	56.764
Electricidade, gás e água	38.075	7.124	110.153	95.677	251.029
Outras actividades	942.502	562.350	1.471.566	1.760.930	4.737.348
	4.127.110	1.189.504	3.963.524	3.510.810	12.790.948
Crédito vencido					
menos de 90 dias					11.979
Crédito vencido					
mais de 90 dias					156.620
Juros a receber de crédito					191.665
Imparidade para riscos de crédito a clientes					(647.740)
					12.503.472

A análise da maturidade do crédito por sector de actividade para o Grupo e para o Banco em 31 de Dezembro de 2006, é analisada como segue:

	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
	MZN'000	MZN'000	MZN'000	MZN'000	MZN'000
Agricultura e silvicultura	517.037	15.996	143.787	82.507	759.327
Comércio e serviços	1.560.267	224.816	621.286	708.260	3.114.629
Alimentação, bebidas e tabaco	340.408	25.375	189.863	223.540	779.186
Têxteis	250	13.141	-	-	13.391
Químicas	86.838	2.059	10.018	-	98.915
Máquinas e equipamentos	97.958	6.395	79.902	171.222	355.477
Construção	181.941	66.760	401.241	26.517	676.459
Transportes e comunicações	344.551	18.766	631.426	24.254	1.018.997
Papel, artes gráficas e editoras	3.041	2.641	33.550	-	39.232
Electricidade, gás e água	101.519	998	64.276	-	166.793
Outras actividades	459.538	398.358	1.798.196	963.550	3.619.642
	3.693.348	775.305	3.973.545	2.199.850	10.642.048
Crédito vencido menos de 90 dias					9.339
Crédito vencido mais de 90 dias					129.583
Juros a receber de crédito					207.190
Imparidade para riscos de crédito a clientes					(467.930)
					10.520.230

O crédito por tipo de Cliente a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisado como segue:

	2007		2006	
	Particulares MZN'000	Empresas MZN'000	Particulares MZN'000	Empresas MZN'000
Crédito à habitação	623.842	-	633.007	-
Crédito ao consumo	1.422.352	-	986.031	-
Operações de locação financeira	284.906	1.968.654	304.663	1.682.796
Descontos e outros créditos titulados	49.441	183.743	12.448	148.927
Empréstimos	572.806	4.693.065	508.781	3.528.032
Créditos em conta corrente	33.596	1.397.598	20.840	1.179.894
Descobertos em depósitos à ordem	48.951	1.511.994	19.481	1.617.121
	3.035.894	9.755.054	2.485.251	8.156.770

17. Activos Financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:				
De emissores públicos	6.337.443	4.997.449	6.129.865	4.789.771
De outros emissores	34.664	68.561	-	2.957
	6.372.107	5.066.010	6.129.865	4.792.728
Juros de proveitos a receber	20.913	14.164	11.656	11.947
Juros de proveitos diferidos	(260.808)	(203.507)	(276.332)	(219.833)
	6.132.212	4.876.667	5.865.189	4.584.842
Acções e outros títulos de rendimento variável	10.690	4.635	7.098	-
Imparidade de acções e outros títulos de rendimento variável	(7.098)	(397)	(7.098)	-
	6.135.804	4.880.905	5.865.189	4.584.842

A análise dos activos financeiros por natureza é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:				
De emissores públicos				
Disponíveis para venda	6.097.548	4.808.106	5.865.189	4.581.885
	6.097.548	4.808.106	5.865.189	4.581.885
De outros emissores				
Disponíveis para venda				
Nacional	10.780	42.461	-	2.957
Estrangeiro	23.884	26.100	-	-
	34.664	68.561	-	2.957
Acções e outros títulos de rendimento variável:				
Disponíveis para venda	9.128	3.073	7.098	-
Detidos para negociação	1.562	1.562	-	-
	10.690	4.635	7.098	-
Imparidade de acções e outros títulos	(7.098)	(397)	(7.098)	-
	6.135.804	4.880.905	5.865.189	4.584.842

Análise dos activos financeiros do Grupo por maturidade em 31 de Dezembro de 2007 é a seguinte:

	De 3 meses a 1 ano	Mais de 1 ano	Indeterminado	Total
	MZN'000	MZN'000	MZN'000	MZN'000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:				
De emissores públicos				
Disponíveis para venda	5.862.927	474.516	-	6.337.443
	5.862.927	474.516		6.337.443
De outros emissores				
Disponíveis para venda				
Nacional	-	10.780	-	10.780
Estrangeiro	-	23.884	-	23.884
	-	34.664	-	34.664
Acções e outros títulos de rendimento variável:				
Disponíveis para venda	-	-	9.128	9.128
Detidos para negociação	-	-	1.562	1.562
	-	-	10.690	10.690
	5.862.927	509.180	10.690	6.382.797
Juros de proveitos a receber				20.913
Juros de proveitos diferidos				(260.808)
Imparidade de títulos				(7.098)
				6.135.804

A análise dos activos financeiros do Grupo, por maturidade, em 31 de Dezembro de 2006 é a seguinte:

	De 3 meses a 1 ano	Mais de 1 ano	Indeterminado	Total
	MZN'000	MZN'000	MZN'000	MZN'000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:				
De emissores públicos				
Disponíveis para venda	4.522.839	474.610	-	4.997.449
	4.522.839	474.610	-	4.997.449
De outros emissores				
Disponíveis para venda				
Nacional	-	42.461	-	42.461
Estrangeiro	-	26.100	-	26.100
	-	68.561	-	68.561
Acções e outros títulos de rendimento variável:				
Disponíveis para venda	-	-	3.073	3.073
Detidos para negociação	-	-	1.562	1.562
	-	-	4.635	4.635
	4.522.839	543.171	4.635	5.070.645
Juros de proveitos a receber				14.164
Juros de proveitos diferidos				(203.507)
Imparidade de títulos				(397)
				4.880.905

Análise dos activos financeiros do Banco, por maturidade, em 31 de Dezembro de 2007:

	De 3 meses a 1 ano	Mais de 1 ano	Indeterminado	Total
	MZN'000	MZN'000	MZN'000	MZN'000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:				
De emissores públicos				
Disponíveis para venda	5.862.927	266.938	-	6.129.865
	5.862.927	266.938	-	6.129.865
Acções e outros títulos de rendimento variável:				
Disponíveis para venda	-	-	7.098	7.098
	5.862.927	266.938	7.098	6.136.963
Juros de proveitos a receber				11.656
Juros de proveitos diferidos				(276.332)
Imparidade de títulos				(7.098)
				5.865.189

A análise dos activos financeiros do Banco, por maturidade, em 31 de Dezembro de 2006 é a seguinte:

	De 3 meses a 1 ano	Mais de 1 ano	Total
	MZN'000	MZN'000	MZN'000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:			
De emissores públicos			
Disponíveis para venda	4.522.839	266.932	4.789.771
	4.522.839	266.932	4.789.771
De outros emissores			
Disponíveis para venda			
Nacional	2.957	-	2.957
	2.957	-	2.957
	4.525.796	266.932	4.792.728
Juros de proveitos a receber			11.947
Juros de proveitos diferidos			(219.833)
			4.584.842

Análise dos activos financeiros do Grupo por sectores de actividade, em 31 de Dezembro de 2007:

	Obrigações	Acções	Outros activos financeiros	Total
	MZN'000	MZN'000	MZN'000	MZN'000
Alimentação e bebidas	-	2.601	-	2.601
Transportes e comunicações	10.780	570	-	11.350
Serviços	-	7.519	23.884	31.403
Títulos públicos	474.516	-	5.862.927	6.337.442
	485.296	10.690	5.886.811	6.382.796
Imparidade	-	(7.098)	-	(7.098)
	485.296	3.592	5.886.811	6.375.699
Juros de proveitos a receber				20.913
Juros de proveitos diferidos				(260.808)
				6.135.804

Análise dos activos financeiros do Grupo por sectores de actividade, em 31 de Dezembro de 2006:

	Obrigações	Acções	Outros activos financeiros	Total
	MZN'000	MZN'000	MZN'000	MZN'000
Alimentação e bebidas	27.307	3.007	-	27.356
Transportes e comunicações	15.154	570	-	15.724
Serviços	-	1.058	26.100	30.116
Títulos públicos	474.610	-	4.522.839	4.997.449
	517.071	4.635	4.548.939	5.070.645
Imparidade	-	(397)	-	(397)
	516.674	4.635	4.548.939	5.070.248
Juros de proveitos a receber				14.164
Juros de proveitos diferidos				(203.507)
				4.880.905

Análise dos activos financeiros do Banco por sectores de actividade, em 31 de Dezembro de 2007:

	Obrigações	Acções	Outros activos financeiros	Total
	MZN'000	MZN'000	MZN'000	MZN'000
Serviços	-	7.098	-	7.098
Títulos públicos	266.938	-	5.862.927	6.129.865
	266.938	7.098	5.862.927	6.136.963
Imparidade	-	(7.098)	-	(7.098)
	266.938	-	5.862.927	6.129.865
Juros de proveitos a receber				11.656
Juros de proveitos diferidos				(276.332)
				5.865.189

Análise dos activos financeiros do Banco por sectores de actividade, em 31 de Dezembro de 2006:

	Obrigações	Outros activos financeiros	Total
	MZN'000	MZN'000	MZN'000
Alimentação e bebidas	2.957	-	2.957
Títulos públicos	266.932	4.522.839	4.789.771
	269.889	4.522.839	4.792.728
Juros de proveitos a receber			11.947
Juros de proveitos diferidos			(219.833)
			4.584.842

Os movimentos da imparidade dos activos financeiros são analisados como segue:

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Saldo em 1 de Janeiro	397	74	-	74
Dotação do exercício	7.098	397	7.098	-
Reversão do exercício	(397)	(74)	-	(74)
Saldo em 31 de Dezembro	7.098	397	7.098	-

18. Investimentos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Subsidiária:				
Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.	-	-	356.148	354.913
	-	-	356.148	354.913

Em 31 de Outubro de 2005, foi celebrado um contrato promessa de compra e venda entre o BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L. e a Seguros e Pensões, S.G.P.S., S.A., para a alienação da participação que esta sociedade detinha na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.R.L. pelo montante de 337.227.470 MZN, o correspondente a 67,22%. Esta transacção apenas seria efectiva após o recebimento da respectiva autorização do Banco de Moçambique.

Em 2 de Março de 2006, esta transacção foi devidamente autorizada pelo Banco de Moçambique, pelo que o BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A. aumentou a sua participação na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. passando de 22,07% para 89,29%, tendo esta se tornado efectiva a partir de 1 de Maio de 2006.

Em Agosto de 2006, o Accionista SUT – Sociedade Unificada de Tabacos, Lda. vendeu a sua participação no capital social da Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. ao BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A. pelo montante de 927 milhares de MZN correspondente a 0,34%. Com esta alteração, o BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A. aumentou a sua participação na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. passando de 89,29% para 89,64%.

Em 2007 o Banco adquiriu 4.050 acções da participação da AGII Atlântico, SGPS, S.A. na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A., no montante de 1.209 milhares de MZN passando a participação do BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A. na Seguradora de 89,64% para 89,91%.

Em 31 de Dezembro de 2007, a percentagem da participação do Banco na subsidiária, é demonstrado como se segue:

Subsidiária	Sede	Capital Social	Moeda	Actividade Económica	Banco		Método de Consolidação
					% de Participação	% de Participação Directa	
Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.	Maputo	147.500.000	MZN	Seguros	89,91	89,91	Integral*

* Para efeitos de reporte ao Banco de Moçambique e no cumprimento do Aviso n.º 08/GBM/2007, o Banco consolida pelo método de equivalência patrimonial.

19.1 Goodwill e Activos Intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Custo:				
Software	260.070	258.322	260.070	258.322
Imobilizado em curso	11.022	1.029	3.013	1.029
Goodwill	122.313	122.313	-	-
	393.405	381.664	263.083	259.352
Amortizações acumuladas	(244.538)	(219.926)	(244.538)	(219.927)
	148.867	161.738	18.545	39.424

As amortizações do exercício dos activos intangíveis, para o Grupo e para o Banco, em 31 de Dezembro de 2007, foram de 51.986 milhares de MZN e 50.465 milhares de MZN, respectivamente.

O valor recuperável do *goodwill* registado, conforme previsto na NIRF 36, foi anulado em 31 de Dezembro de 2007. Como resultado desta anulação não foram identificados quaisquer sinais de imparidade.

Os movimentos da rubrica dos activos intangíveis, durante o ano de 2007, para o Grupo, são analisados como segue:

	Grupo MZN'000				
	Saldo em 1 de Janeiro	Aquisições /Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31 de Dezembro
Custo:					
Software	258.322	1.748	-	-	260.070
Imobilizado em curso	1.029	9.993	-	-	11.022
Goodwill	122.313	-	-	-	122.313
	381.664	11.741	-	-	393.405

Os movimentos da rubrica de activos intangíveis, durante o ano de 2007, para o Banco, são analisadas como segue:

	Banco MZN'000				
	Saldo em 1 de Janeiro	Aquisições /Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31 de Dezembro
Custo:					
Software	258.322	1.748	-	-	260.070
Imobilizado em curso	1.029	1.984	-	-	3.013
	259.351	3.732	-	-	263.083

19.2 Outros Activos Tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Custo:				
Imóveis	1.016.942	1.026.825	244.522	254.405
Obras em edifícios arrendados	375.666	306.621	371.129	305.710
Equipamento:				
Mobiliário	119.330	110.756	111.197	104.080
Máquinas	77.913	67.541	73.442	63.236
Equipamento informático	582.947	487.451	555.196	460.406
Instalações interiores	180.033	166.380	179.912	166.259
Veículos	206.107	173.732	185.863	149.707
Equipamento de segurança	104.992	90.203	104.992	90.203
Outro equipamento	31.857	30.757	31.857	30.757
Património artístico	4.342	4.256	4.322	4.236
Outros activos tangíveis	11.107	10.151	4.557	4.557
Imobilizado em curso	90.481	54.841	90.176	54.839
	2.801.717	2.529.514	1.957.165	1.688.395
Amortizações acumuladas	(1.028.896)	(887.330)	(951.374)	(818.764)
	1.772.821	1.642.184	1.005.791	869.631

As amortizações do exercício dos Outros activos tangíveis para o Grupo e para o Banco, em 31 de Dezembro de 2007, foram de 151.330 milhares de MZN e 139.852 milhares de MZN, respectivamente.

Os movimentos da rubrica dos Outros activos tangíveis, durante o ano de 2007, para o Grupo, são analisados como segue:

	Grupo MZN'000				
	Saldo em 1 de Janeiro	Aquisições /Dotações	Abates	Transferência	Saldo em 31 de Dezembro
Custo:					
Imóveis	1.026.825	3.614	-	(13.497)	1.016.942
Obras em edifícios arrendados	306.621	56.445	(897)	13.497	375.666
Equipamento:					
Mobiliário	110.756	3.176	(371)	5.769	119.330
Máquinas	67.541	10.530	(158)	-	77.913
Equipamento informático	487.451	54.824	(932)	41.605	582.947
Instalações interiores	166.380	6.537	(120)	7.236	180.033
Veículos	173.732	37.998	(12.073)	6.451	206.107
Equipamento de segurança	90.203	14.400	(16)	405	104.992
Outro equipamento	30.757	1.173	(73)	-	31.857
Património artístico	4.256	86	-	-	4.342
Outros activos tangíveis	10.151	956	-	-	11.107
Imobilizado em curso	54.841	97.106	-	(61.466)	90.481
	2.529.514	286.844	14.641	-	2.801.717
Amortizações acumuladas:					
Imóveis	64.596	10.885	-	(3.106)	72.375
Obras em edifícios arrendados	54.935	14.259	(338)	3.106	71.961
Equipamento	759.938	126.827	(11.221)	-	875.545
Outros activos tangíveis	7.861	1.154	-	-	9.015
	887.330	153.125	(11.559)	-	1.028.896

Os movimentos da rubrica Outros activos tangíveis, durante o ano de 2007, para o Banco, são analisados como segue:

	Banco MZN'000				
	Saldo em 1 de Janeiro	Aquisições /Dotações	Abates	Transferência	Saldo em 31 de Dezembro
Custo:					
Imóveis	254.405	3.614	-	(13.497)	244.522
Obras em edifícios arrendados	305.710	51.922	-	13.497	371.129
Equipamento:					
Mobiliário	104.080	1.623	(275)	5.769	111.197
Máquinas	63.236	10.364	(158)	-	73.442
Equipamento informático	460.406	54.117	(932)	41.605	555.196
Instalações interiores	166.259	6.537	(120)	7.236	179.912
Veículos	149.707	36.901	(7.195)	6.451	185.863
Equipamento de segurança	90.203	14.400	(16)	405	104.992
Outro equipamento	30.757	1.173	(73)	-	31.857
Património artístico	4.236	86	-	-	4.322
Outros activos tangíveis	4.557	-	-	-	4.557
Imobilizado em curso	54.839	96.803	-	(61.466)	90.176
	1.688.395	277.540	(8.769)	-	1.957.165
Amortizações acumuladas:					
Imóveis	46.452	6.340	-	(3.106)	49.686
Obras em edifícios arrendados	53.732	13.629	-	3.106	70.467
Equipamento	715.453	119.496	(6.964)	-	827.985
Outros activos tangíveis	3.127	110	-	-	3.237
	818.764	139.575	(6.964)	-	951.374

20. Activos por Impostos Diferidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Imposto sobre diferenças temporárias	54.018	48.876	54.018	48.839
	54.018	48.876	54.018	48.839

Os activos por imposto diferido representam crédito de imposto reconhecido quando existe uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza da recuperabilidade do crédito de imposto é considerada no apuramento de activos por impostos diferidos.

Os activos por impostos diferidos reconhecidos no balanço a 31 de Dezembro de 2007, são decorrentes de diferenças temporárias oriundas de critérios contabilísticos diferentes identificados no reconhecimento dos activos intangíveis.

O movimento do exercício da rubrica de Activos por impostos diferidos, é o seguinte:

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Saldo em 1 de Janeiro	48.875	132.809	48.839	131.870
Dotação do exercício	9.195		9.195	
Realização do exercício	(4.052)	(83.933)	(4.016)	(83.031)
Saldo em 31 de Dezembro	54.018	48.876	54.018	48.839

O saldo de imposto diferido activo no início do período inclui o montante correspondente ao efeito do ajustamento de transição resultante da adopção das NIRF, por contrapartida de resultados transitados e reservas.

21. Outros Activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Devedores	19.578	90.529	17.573	90.992
Aplicações por recuperação de crédito	153.414	182.662	147.244	182.662
Juros e outros proveitos a receber	7.049	29.210	8.732	30.170
Despesas antecipadas	6.271	8.825	4.436	6.727
Contas diversas	144.623	214.466	99.866	176.111
	330.935	525.692	277.851	486.662
Imparidade de outros activos	(134.587)	(227.494)	(128.418)	(227.494)
	196.348	298.198	149.433	259.168

A rubrica imparidade de outros activos inclui, em 31 de Dezembro de 2007, para o Grupo e para o Banco, o montante de 119.819 milhares de MZN (2006: 180.561 milhares de MZN) relativo à imparidade para Aplicações por recuperação de crédito.

Os movimentos na imparidade de outros activos, para o Grupo e para o Banco, são analisados como segue:

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Saldo em 1 de Janeiro	227.494	155.994	227.494	155.994
Dotação do exercício	357	28.056	357	28.056
Reversão do exercício	(90.756)	(4.750)	(90.756)	(4.750)
Transferências	1.838	46.314	(4.332)	46.314
Flutuação cambial	(4.346)	1.880	(4.346)	1.880
Saldo em 31 de Dezembro	134.587	227.494	128.418	227.494

22. Depósitos de outras Instituições de Crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Depósitos de instituições de crédito à ordem	404.748	39.975	404.748	39.975
Depósitos de instituições de crédito a prazo	596.933	160.642	596.933	160.642
	1.001.681	200.617	1.001.681	200.617
Depósitos de instituições de crédito a prazo				
Instituições de crédito no país	520.496	65.488	520.496	65.488
Instituições de crédito no estrangeiro	75.887	94.558	75.887	94.558
	596.383	160.046	596.383	160.046
Juros a pagar	550	596	550	596
	596.933	160.642	596.933	160.642

A rubrica de Depósitos de outras instituições de crédito no país, corresponde, para o Grupo e para o Banco, a operações de Mercado Monetário Interbancário.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Até 3 meses	540.887	94.558	540.887	94.558
Mais de 5 anos	55.496	65.488	55.496	65.488
	596.383	160.046	596.383	160.046
Juros a pagar	550	596	550	596
	596.933	160.642	596.933	160.642

23. Depósitos de clientes

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Até 3 meses	4.584.603	3.846.498	4.584.603	4.219.202
3 meses a 6 meses	2.297.547	1.649.724	3.080.962	1.649.724
6 meses a 1 ano	1.490.218	1.107.640	1.490.218	1.107.640
1 a 5 anos	137.198	12.504	137.198	12.504
Mais de 5 anos	1.987	613	1.987	613
	8.511.553	6.616.979	9.294.968	6.989.683
Juros a pagar	41.612	23.750	41.754	23.750
Depósitos à ordem	14.294.142	13.668.919	14.334.841	13.849.227
	22.847.307	20.309.648	23.671.563	20.862.660

Os débitos para com Clientes a prazo são analisados como segue:

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Em moeda nacional	5.359.091	2.345.666	5.536.535	2.405.897
Em moeda estrangeira	3.152.462	4.271.313	3.758.433	4.583.786
	8.511.553	6.616.979	9.294.968	6.989.683

24. Títulos de Dívida Emitidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Empréstimos obrigacionistas:				
Obrigações BIM 2003 – 2013	-	-	65.000	65.000

Descrição de emissão	Data de Emissão	Data de reembolso	Taxa de Juro %	Valor nominal MZN
Obrigações BIM 2003 – 2013	02/09/2003	22/09/2013	(a)	100

(a) Taxa correspondente à taxa média ponderada, por maturidade e montantes, das últimas seis emissões de Bilhetes de Tesouro ("BT"), com prazo igual ou superior a 28 dias, apurada no segundo dia útil anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, arredondada para 1/16 de ponto percentual superior.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Empréstimos obrigacionistas:				
Mais de 5 anos	-	-	65.000	65.000
Juros a pagar	-	-	2.535	2.787
	-	-	67.535	67.787

25. Passivos Subordinados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Suprimentos de Accionistas:				
BCP Internacional II, SGPS, Lda.	147.212	160.499	147.212	160.499
Estado de Moçambique	100.000	100.000	100.000	100.000
	247.212	260.499	247.212	260.499
Juros a pagar	898	864	898	864
	248.110	261.363	248.110	261.363
Empréstimos subordinados:				
Obrigações BIM 2003 – 2013	-	-	85.000	85.000
Obrigações BIM 2006 – 2016	-	-	175.000	175.000
	-	-	260.000	260.000
Juros a pagar	-	-	1.717	2.171
	-	-	261.717	262.171
	248.110	261.363	509.827	523.534

Os suprimentos concedidos pelos Accionistas são analisados como segue:

Accionista	Data início	Taxa juro	Montante	Moeda
BCP Internacional II, SGPS, Lda.	20/06/2001	1,980%	6.180.176	USD
Estado de Moçambique	20/06/2001	4,975%*	100.000.000	MZN

*Taxa correspondente a 50% da Taxa de Redesconto do Banco de Moçambique.

O empréstimo subordinado emitido apresenta as seguintes características:

Descrição de emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro %	Valor nominal MZN
BIM 2003 – 2013	23/11/2003	23/11/2013	(a)	100
BIM 2006 – 2016	14/12/2006	14/12/2016	(a)	100

(a) Taxa correspondente à taxa média ponderada, por maturidade e montantes, das últimas seis emissões de Bilhetes de Tesouro ("BT"), com prazo igual ou superior a 28 dias, apurada no segundo dia útil anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 0,5% e arredondada para 1/16 de ponto percentual superior.

26. Outros Passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Fornecedores	47.535	93.273	2.721	50.037
Credores diversos	15.230	16.985	15.230	16.985
IVA a liquidar	11.065	774	6.157	774
Impostos retidos	29.331	18.469	24.565	12.964
Contribuições para Segurança Social	2.706	3.817	1.748	2.433
Custos a pagar	64.288	95.589	111.403	86.591
Férias e subsídio de férias	168.491	130.472	157.900	119.636
Receitas com proveitos diferidos	43.128	18.661	53.659	18.661
Outras exigibilidades	201.719	116.220	41	124
	583.491	494.260	373.424	308.205

A rubrica Outras exigibilidades, inclui em 31 de Dezembro de 2007, para o Grupo, o montante de 142.611 milhares de MZN (2006: 116.093 milhares de MZN) relativo a sinistros a pagar da Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.

27. Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Provisão para crédito por assinatura	66.550	59.472	66.550	59.472
Provisão para riscos bancários gerais	9.330	16.861	8.389	15.389
Provisão para outros riscos e encargos	33.947	22.461	33.947	22.461
Provisões técnicas de seguros	1.511.751	1.397.395	-	-
	1.621.578	1.496.189	108.886	97.322

Os movimentos na Provisão para crédito por assinatura são analisados como segue:

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Saldo em 1 de Janeiro	59.472	42.457	59.472	42.457
Dotação do exercício	25.245	30.327	25.245	30.327
Reversão do exercício	-	-	-	-
Transferências	(16.530)	(8.502)	(16.530)	(8.502)
Diferenças cambiais	(1.637)	(4.810)	(1.637)	(4.810)
Saldo em 31 de Dezembro	66.550	59.472	66.550	59.472

Os movimentos na Provisão para riscos bancários gerais são analisados como segue:

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Saldo em 1 de Janeiro	16.861	15.389	15.389	15.389
Dotação do exercício	-	1.472	-	-
Transferências	(7.000)	-	(7.000)	-
Diferenças cambiais	(531)	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	9.330	16.861	8.389	15.389

A Provisão para riscos bancários gerais visa cobrir potenciais contingências decorrentes de processos judiciais em curso.

Os movimentos de Provisões diversas são analisados como segue:

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Saldo em 1 de Janeiro	22.460	92.476	22.460	92.476
Dotação do exercício	21.593	21.698	21.593	21.698
Reversão do exercício	(11.383)	(1.479)	(11.383)	(1.479)
Transferências	35.612	(59.974)	35.612	(59.974)
Diferenças cambiais	(2.328)	(12.800)	(2.328)	(12.800)
Utilização de provisões	(32.007)	(17.460)	(32.007)	(17.460)
Saldo em 31 de Dezembro	33.947	22.461	33.947	22.461

Os movimentos nas Provisões técnicas de seguros são analisados como segue:

	Grupo	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Saldo em 1 de Janeiro	1.397.395	1.260.852
Dotação do exercício	140.598	155.008
Reversão do exercício	(26.242)	(18.465)
Saldo em 31 de Dezembro	1.511.751	1.397.395

28. Capital Social

O capital social do Banco no montante de 741.000 milhares MZN, é representado por 7.410.000 acções de valor nominal de 100 MZN cada e encontra-se integralmente subscrito e realizado.

Em Maio de 2002, o Banco procedeu ao aumento do capital social no valor de 241.000 milhares MZN através da emissão de 2.410.000 novas acções de valor nominal de 100 MZN cada. O aumento de capital foi integralmente subscrito e realizado.

Durante o exercício de 2007 verificou-se um alargamento da estrutura accionista do Banco através da concretização de dois processos de venda de acções pelo Estado aos Gestores, Técnicos e Trabalhadores (GTT), culminando no aumento do número de Accionistas do Banco para 1.341, sendo cinco institucionais e 1.336 GTT.

A estrutura accionista a 31 de Dezembro de 2007 apresenta-se como segue:

	N.º de acções	% de participação no capital
BCP Internacional II, SGPS, Lda.	4.941.393	66,69%
Estado de Moçambique	1.316.122	17,76%
Instituto Nacional de Segurança Social	366.846	4,95%
EMOSE – Empresa Moçambicana de Seguros	307.319	4,15%
FDC – Fundação para Desenvolvimento da Comunidade	80.334	1,08%
Gestores, Técnicos e Trabalhadores (GTT)	397.986	5,37%
	7.410.000	100,00%

29. Reservas e Resultados Acumulados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Reserva legal	325.888	152.414	325.888	152.414
Prestação acessória	19.202	19.202	19.202	19.202
Outras reservas e resultados acumulados	857.726	185.533	724.383	156.842
Resultado do exercício	1.512.533	1.125.014	1.398.762	1.025.387
	2.715.349	1.482.163	2.468.236	1.353.845

A rubrica Prestação acessória corresponde ao valor da transacção da Sucursal do ex-BPA em Moçambique, no montante de 6,2 milhões de USD, que ficou retido para efeitos de futuros aumentos de capital a realizar pelo Banco Comercial Português, S.A.

Nos termos da Legislação Moçambicana em vigor, Lei n.º 15/99 – Instituições de Crédito, o Banco deverá reforçar anualmente a reserva legal em pelo menos 15% dos lucros líquidos anuais, até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva ser distribuída. Em função do lucro líquido do exercício de 2007, o Banco deverá afectar à reserva legal em 2008, um valor mínimo de 209.814 milhares de MZN.

30. Dividendos

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária realizada em 2 de Março de 2007, o Conselho de Administração decidiu pela distribuição de 25% dos Resultados líquidos após a constituição da Reserva Legal, no montante de 289.123 milhares de MZN.

31. Contas Extrapatrimoniais

Os valores extrapatrimoniais podem ser analisados como segue:

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Garantias e avales prestados	3.283.628	2.973.368	3.283.628	2.973.368
Garantias e avales recebidos	26.216.936	7.788.964	26.216.936	7.788.964
Compromissos perante terceiros	676.523	326.125	676.523	326.125
Activos recebidos em garantias	6.399.008	5.041.107	6.399.008	5.041.107
Operações cambiais à vista:				
Compras	105.722	46.486	105.722	46.486
Vendas	106.153	46.259	106.153	46.259
Operações cambiais a prazo:				
Compras	-	7.337	-	7.337
Vendas	177.130	184.260	177.130	184.260
Contratos de swap de moeda	2.779	1.117.096	2.779	1.117.096
Valores recebidos em depósito	822.930	883.710	822.930	883.710

32. Activo Líquido e Passivo denominado em moeda estrangeira

O valor desta rubrica é composto por:

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Activos				
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	230.928	343.005	230.928	343.005
Aplicações em instituições de crédito	5.467.965	4.316.975	5.467.965	4.316.975
Crédito a Clientes	3.487.699	3.449.580	3.487.699	3.449.580
Activos diversos	104.159	263.605	19.837	70.734
	9.290.752	8.373.165	9.206.429	8.180.294
Passivos				
Depósitos de outras instituições de crédito	460.715	106.677	460.715	106.677
Depósitos de Clientes	8.115.837	6.753.426	8.326.373	6.983.024
Credores	52.213	60.801	7.631	4.661
Outros passivos	424.528	478.482	244.517	327.613
	9.053.294	7.399.386	9.039.237	7.421.975
	237.458	973.779	167.193	758.319

As taxas de câmbio utilizadas para a conversão do balanço e resultado do exercício do Grupo e do Banco, bem como as taxas utilizadas na conversão do quadro acima estão demonstradas a seguir:

Moeda	Taxa de fecho 31/12/2007	Taxa de fecho 31/12/2006	Taxa média do ano 2007	Taxa média do ano 2006
	MZN	MZN	MZN	MZN
Dólar (USD)	23,82	25,97	25,76	26,33
Rand (ZAR)	3,50	3,71	3,68	3,84
Libra (GBP)	47,59	40,99	51,65	49,07
Euro (EUR)	35,00	34,22	35,50	33,42

As taxas são baseadas nas taxas de valorimetria oficiais publicadas pelo Banco de Moçambique.

33. Partes relacionadas

Os saldos e transacções do Grupo com partes relacionadas, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, estão assim representados:

Parte relacionada envolvida	Tipo de operação	Moeda original	Saldo em 31/12/07
BCP Lisboa	Aplicações	EUR	856.100
BCP Lisboa	Aplicações	GBP	7.472
BCP Lisboa	Aplicações	USD	3.147.974
BCP Lisboa	Aplicações	ZAR	400.050
BCP Bank and Trust Company – Cayman	Aplicações	USD	863.713
			5.275.309

34. Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, a linha Caixa e equivalentes de caixa, é assim composta:

	Grupo		Banco	
	2007 MZN'000	2006 MZN'000	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Disponibilidades em caixa	1.135.241	1.092.075	1.135.185	1.092.070
Disponibilidades em Instituições de Crédito no país	61.904	15.044	61.904	15.044
Disponibilidades em Instituições de Crédito no estrangeiro	158.500	180.122	158.555	180.128
	1.355.644	1.287.242	1.355.644	1.287.242

35. Informação sobre o justo valor

O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de *cash-flows*.

A geração de *cash-flows* dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam, quer a curva de taxas de juro de mercado, quer as actuais condições da política de *pricing* do Banco.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, os quais necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Ignora, no entanto, factores de natureza prospectiva, como por exemplo a evolução futura de negócio. Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico do Banco.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Depósitos de outras instituições de crédito

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

Aplicações em instituições de crédito, Recursos em Mercado Monetário Interbancário e Activos com Acordos de Recompra

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos *cash-flows* de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

A taxa de desconto utilizada reflecte as actuais condições praticadas pelo Banco em idênticos instrumentos para cada um dos diferentes prazos de maturidade residual.

Activos financeiros detidos para negociação, Passivos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de *cash-flows*.

No caso de acções não cotadas, estas encontram-se reconhecidas ao custo histórico sempre que não exista disponível um valor de mercado e não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

Créditos a Clientes com maturidade definida

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos *cash-flows* de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações, ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais do Banco para cada uma das classes homogéneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. Os cálculos efectuados incorporam o *spread* de risco de crédito.

Créditos a Clientes sem maturidade definida e Depósitos à vista de Clientes

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições da carteira actual deste tipo de instrumentos são semelhantes às actualmente praticadas, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

Depósitos de Clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos *cash-flows* de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos

de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais do Banco para este tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante.

Títulos de dívida emitidos e Passivos subordinados

Para estes instrumentos financeiros, foi calculado o justo valor para as componentes que ainda não se encontram reflectidas em balanço.

Os instrumentos que são à taxa fixa e para os quais o Banco adopta contabilisticamente uma política de *hedge-accounting*, o justo valor relativamente ao risco de taxa de juro já se encontra registado. Para o cálculo do justo valor foram levadas em consideração as outras componentes de risco, para além do risco taxa de juro já registado.

O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de *cash-flows*.

36. Pensões de reforma

Em 31 de Dezembro de 2007, o número de participantes abrangidos por este plano de pensões de reforma do Banco era o seguinte:

	2007	2006
Reformados e pensionistas	493	510
Colaboradores no activo	1.442	1.353
	1.935	1.863

De acordo com a política contabilística descrita em 3 m), a responsabilidade por pensões de reforma dos Colaboradores baseada no cálculo do valor actuarial dos benefícios projectados, é analisada como segue:

	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Responsabilidades com serviços passados	443.597	392.996
Responsabilidades com reformados	776.473	764.574
Responsabilidades com pensionistas	77.482	65.798
Responsabilidades totais	1.297.552	1.223.368
Valor de cobertura	1.301.769	1.223.675
Diferença de cobertura	4.217	307
Custos do exercício	22.402	20.203

O valor da cobertura das responsabilidades com pensões de reforma é analisado como segue:

	2007 MZN'000	2006 MZN'000
Para Colaboradores no Activo		
Valor acumulado da apólice de capitalização + Estimativa de participação nos resultados	447.814	393.303
Para ex-Colaboradores reformados		
Activos + Rendimentos afectos à apólice de Rendas Vitalícias	853.955	830.372
	1.301.769	1.223.675

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor actuarial das responsabilidades são analisados como segue:

	2007	2006
Idade Normal de reforma:		
Homens	60	60
Mulheres	55	55
Crescimento salarial	8%	8%
Crescimento das pensões	7%	7%
Taxa de rendimento do Fundo	11%	11%
Tábua de mortalidade	PF 60/64	PF 60/64

37. Indicadores da Demonstração dos Resultados Consolidados por segmentos de negócio

O Banco desenvolve um conjunto de actividades bancárias e serviços financeiros com especial ênfase nos negócios de Banca Comercial e Seguros.

Caracterização dos Segmentos

A Banca Comercial manteve-se como negócio dominante na actividade do Banco, tanto em termos de volumes como ao nível de contribuição para os resultados. O negócio de Banca Comercial, orientado para os segmentos da Banca de Retalho e Corporate, centra a sua actividade na satisfação das necessidades dos Clientes particulares e empresas.

A estratégia de abordagem da Banca de Retalho encontra-se delineada tendo em consideração os Clientes que valorizam uma proposta de valor alicerçada na inovação e rapidez, designados Clientes *Mass Market*, e os Clientes cuja especificidade de interesses, dimensão do património financeiro ou nível de rendimento, justifica uma proposta de valor baseada na inovação e na personalização de atendimento através de um gestor de Cliente dedicado, designados Clientes *Affluent*. No âmbito da estratégia de *cross-selling* funciona também como canal de distribuição dos produtos e serviços do Banco e da Seguradora.

O segmento Corporate, dirigido a entidades institucionais e a empresas cuja dimensão da sua actividade se enquadra dentro dos critérios de selecção estabelecidos para este segmento, oferece uma gama completa de produtos e serviços de valor acrescentado e adaptado às necessidades do mesmo.

Actividade dos segmentos de negócio em 2007

Os valores reportados para cada segmento de negócio da conta de exploração, reflectem o processo de afectação de resultados, com base em valores médios.

A contribuição líquida da Seguradora reflecte o resultado individual, independentemente da percentagem de participação detida pelo Banco.

A informação seguidamente apresentada foi preparada com base nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as NIRF.

Milhares de MZN	Banca Retailho	Corporate Banking	Seguros	Outros	Total consolidado
Margem Financeira	1.170.915	1.042.416	161.263	0	2.374.594
Resultados de serviços e comissões	503.759	181.124	-24.980	0	659.903
Resultados em operações financeiras	185.350	226.539	-15.426	0	396.463
Outros proveitos de exploração	50.973	62.301	307.048	-160.965	259.357
Total de proveitos operacionais	1.910.998	1.512.379	427.905	-160.965	3.690.317
Custo com o pessoal	-435.830	-315.857	-65.228	22.402	-794.513
Outros gastos administrativos	-410.492	-335.857	-44.498	110.827	-680.020
Amortizações do exercício	-104.674	-85.642	-8.456	-4.545	-203.317
Total de custos operacionais	-950.995	-737.356	-118.182	128.684	-1.677.850
Produto Bancário	960.003	775.023	309.723	-32.281	2.012.468
Imparidade de crédito	-100.464	-140.035	0	0	-240.499
Outras provisões	18.289	14.963	-140.257	0	-107.005
Resultado antes de impostos	877.827	649.951	169.467	-32.281	1.664.964
Impostos	-70.959	-58.057	-7.330	0	-136.346
Interesse Minoritários	0	0	0	-16.085	-16.085
Lucro do exercício	806.868	591.894	162.137	-48.366	1.512.533

38. Gestão de Risco

A gestão dos riscos inerentes ao desenvolvimento da actividade bancária tem vindo a ser objecto de uma atenção muito particular por parte dos supervisores, conscientes da fundamental importância que tem a manutenção de uma adequada relação entre o volume de fundos próprios de cada instituição e os níveis de risco em que a mesma incorre no desenvolvimento da sua actividade.

Por outro lado, as melhores práticas de governação bancária aconselham a que se verifique uma completa segregação de funções entre a originação, a gestão e o controlo dos riscos assumidos.

A política de gestão de risco do Millennium bim visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio. Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercados, liquidez e operacional – a que se encontra sujeita a actividade do Banco.

Principais Tipos de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir com as suas obrigações enquanto mutuário.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre esses instrumentos, quer as volatilidades dos respectivos preços.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade do Millennium bim cumprir com as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – O risco operacional é definido como sendo a possibilidade de perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Organização Interna

No âmbito do Modelo Organizacional do Banco e consciente da importância da actividade de avaliação e controlo de risco e, por outro lado, da oportunidade de rentabilizar sinergias geradas pela sua integração num Banco financeiro multi-doméstico, a Comissão Executiva do Millennium bim criou

o *Risk Office*, o qual funciona em estreita articulação com o *Group Risk Office* do Millennium bcp e, aprovou a adopção de um vasto conjunto de Normas e Princípios de Gestão de Riscos, de aplicação transversal a todo o Grupo Millennium.

Ainda no âmbito da gestão de riscos, a Comissão Executiva do Millennium bim criou a Comissão de Controlo de Risco, na qual participam o *Group* e *Local Risk-Office* com responsabilidades de controlo dos riscos decorrentes da actividade do Banco, em respeito pelos limites definidos nas referidas Normas e Princípios de Gestão de Riscos.

A Comissão Executiva do Millennium bim criou o Comité de Auditoria, que em colaboração com a Comissão de Controlo de Risco, assegura a existência de um controlo de risco adequado e de sistemas de gestão de risco ao nível do Millennium bim.

A Comissão Executiva do Millennium bim é responsável pela definição da política de risco incluindo-se, neste âmbito, a aprovação dos princípios e regras de mais alto nível que deverão ser seguidas na gestão dos mesmos, assim como as linhas de orientação que deverão ditar a alocação do capital económico às linhas de negócio.

A Comissão de Controlo de Risco é responsável por acompanhar os níveis globais de risco incorridos, assegurando que os mesmos são compatíveis com os objectivos e estratégias aprovadas para o desenvolvimento da actividade.

O *Risk-Office* é o responsável pela função de controlo de risco do Banco por forma a garantir a monitorização global do risco e o alinhamento de conceitos, práticas e objectivos. Deve também informar a Comissão de Controlo de Risco sobre o nível de risco do Millennium bim, propondo medidas para melhorar o seu controlo e implementando os limites aprovados.

Risco de Crédito

No âmbito do risco de crédito, foram desenvolvidos modelos de *rating* e de *credit scoring* para Clientes particulares e empresas, os quais deverão entrar em produção em 2008. Paralelamente, foi criada uma central de balanços, a qual visa o tratamento, em base histórica e consolidada por sectores de actividade, da informação económica - financeira das empresas, que permita alimentar o modelo de *scoring* estabelecido.

Imparidade de Crédito

Ao longo de 2007 o Millennium bim melhorou o seu processo de cálculo da imparidade de crédito, aproximando esta avaliação da qualidade da carteira de crédito a uma abordagem económica. Neste contexto, os novos desenvolvimentos introduzidos ao longo do ano, focaram-se na revisão e documentação do processo de cálculo, bem como no estabelecimento de critérios mais objectivos de avaliação das expectativas de perda no caso de Clientes avaliados individualmente, ou seja, ao nível do risco de crédito foram implementados processos de reconhecimento e mensuração das perdas por imparidade da carteira de crédito, à luz das novas normas internacionais de contabilidade (NIC 39), nomeadamente:

- (i) Definição dos *triggers* de imparidade;
- (ii) Estabelecimento dos critérios de selecção de Clientes individualmente significativos para a Análise Individual do respectivo nível de imparidade;
- (iii) Definição da metodologia para a construção da árvore paramétrica;
- (iv) Definição da metodologia para a mensuração e cálculo da Probabilidade de incumprimento (*Probability of Default – PD*), e da Perda dado o Incumprimento (*Loss Given Default – LGD*), e da imparidade *Incurring But Not Reported* (IBNR) associada à carteira de crédito do Banco.

A conjugação destes indicadores torna possível o cálculo do capital económico associado ao risco de crédito e a contribuição de cada um dos sectores ou das exposições para o risco total.

Estas medidas, além de contribuírem para a quantificação do risco de crédito, enriquecem o processo de análise risco/retorno das transacções em relação ao capital económico.

O Millennium bim, tem vindo a proceder a alterações significativas dos processos de decisão, visando uma melhor adaptação à evolução e condições do mercado e maior eficácia nas decisões. Neste contexto, procedeu-se à revisão dos Regulamentos de Crédito em matéria de concessão, acompanhamento e recuperação.

Risco de Mercado

O Millennium bim, no que concerne a riscos de taxa de juro e de câmbio, utiliza modelos internos para o acompanhamento e monitorização destes riscos, nomeadamente:

- (i) *gap & sensitivity analysis* para a mensuração do Risco de Taxa de Juro (sendo os *gap* construídos por prazos residuais de *repricing* dos contratos vivos), conforme mostram os quadros abaixo, reportados a 31 de Dezembro de 2007:

GAP de taxa de juro para o Balanço – MZN

	MZN'000				
Mismatch de taxa de juro por prazo residual de repricing	<1M	1M-3M	3M-6M	6M-1A	>1A
Actividade Área Comercial	8.226.714	2.928.587	566.111	367.463	56.856
Cobertura de risco	-7.705.719	-3.931.697	-1.757.444	-1.718.557	-5.835
Total comercial	520.995	-1.003.111	-1.191.333	-1.351.094	51.021
Obrigações e Outros Títulos de Emissores Públicos					
Disponíveis para Venda	1.081.632	970.964	1.382.670	2.694.617	0
Obrigações e Outros Títulos de Outros Emissores Disponíveis para Venda	0	0	0	0	0
Financiamento e Cobertura	465.000	65.000	360.000		
Total da Carteira Bancária	2.067.627	32.853	551.337	1.343.523	51.021
Sensibilidade Acumulada	4.938	4.129	2.864	9.586	-

GAP de taxa de juro para o Balanço – USD

	MZN'000				
<i>Mismatch de taxa de juro por prazo residual de repricing</i>	<1M	1M-3M	3M-6M	6M-1A	>1A
Actividade Área Comercial	2.158.936	999.958	115.707	0	73
Cobertura de risco	-3.291.449	-2.272.280	-1.310.046	-219.836	-1.397
Total Comercial	-1.132.514	-1.272.322	-1.194.339	-219.836	-1.325
Actividade Sala de Mercados	3.015.088	974.209	7.146	15.245	0
Financiamento e Cobertura	0	0	147.212	0	0
Total da Carteira Bancária	1.882.574	-298.113	-1.039.981	-204.591	-1.325
Sensibilidade Acumulada	18.176	15.692	5.684	4.661	-

M – Mês; A – Ano

(ii) Risco Cambial que é avaliado através da medida dos indicadores definidos no normativo de âmbito prudencial do Banco de Moçambique, cuja análise é efectuada com recurso a indicadores como:

- a) Posição Cambial Líquida por Divisa (*Net open position*) - Recolhida ao nível do sistema informático do Banco pelo *Risk Office*, e validada pela Direcção de Contabilidade e pela Direcção Financeira, reportando-se ao último dia de cada mês; e
- b) Indicador de Sensibilidade calculado através da simulação do impacto, nos resultados do Banco, de uma hipotética variação de 1% nas taxas de câmbio de valorimetria.

Os resultados apurados em 31 de Dezembro, revelam que o Banco enquadra-se dentro dos limites de tolerância ao risco cambial, definidos no âmbito das normas prudenciais estabelecidas pelo Banco de Moçambique, por moeda e na globalidade das moedas.

Risco de Liquidez

A avaliação do risco de liquidez no Millennium bim é feita utilizando indicadores internamente definidos e outras métricas definidas pelo Grupo Millennium para as quais se encontram, igualmente, definidos limites de exposição. A evolução da situação de liquidez do Millennium bim, para horizontes temporais de curto prazo (até três meses) é efectuada mensalmente com base em dois indicadores definidos internamente, liquidez imediata e liquidez trimestral, que medem as necessidades máximas de tomada de fundos que podem ocorrer num só dia, considerando as projecções de *cash-flows* para períodos de, respectivamente, três dias e três meses.

O cálculo destes indicadores é feito adicionando à posição de liquidez do dia de análise os *cash-flows* futuros estimados para cada um dos dias do horizonte temporal respectivo (três dias ou três meses) para o conjunto de operações intermediadas pela Sala de Mercados, incluindo-se neste âmbito, as operações realizadas com clientes da Rede Corporate que, pela sua dimensão, são obrigatoriamente cotadas pela Sala de Mercados.

Ao valor assim calculado é adicionado o montante de activos considerados altamente líquidos da carteira de títulos detida pelo Banco, determinando-se o *Gap* de liquidez acumulado em cada um dos

dias do período em análise. Estes valores são reportados mensalmente às áreas responsáveis pela gestão da posição de liquidez e confrontados com os limites de exposição em vigor.

Paralelamente, é efectuado o apuramento mensal do Rácio de liquidez do Millennium bim, utilizando igualmente a metodologia do *Gap* (diferencial) de liquidez. Para este efeito, o *Gap* de liquidez é definido como a posição acumulada de liquidez disponível (líquida) em cada intervalo de prazo (< 1 mês, 1-3 meses, 3-6 meses, 6 meses-1 ano, > 1 ano), em percentagem dos activos totais com prazos residuais de maturidade equivalentes.

De acordo com os Princípios internos de Gestão do Risco de Liquidez do Millennium bim, o cálculo do Rácio de Liquidez considera os seguintes pressupostos:

- (i) Activos altamente líquidos – são os casos por exemplo, de valores em caixa, depósitos no Banco Central, acções cotadas em Bolsa, títulos do Estado (OT e BT), entre outros – são incorporados no primeiro intervalo de prazo (< 1 mês), quantificados através da aplicação de ponderadores (*haircuts*) específicos;
- (ii) Activos e passivos sem maturidade definida – são os casos por exemplo dos depósitos à ordem, participações financeiras e activos fixos. Inclui também operações com opções de liquidação antecipada (como por exemplo os depósitos a prazo). Estas rubricas são distribuídas por um intervalo de tempo de acordo com os prazos residuais de maturidade.

O apuramento do Rácio de Liquidez, é feito considerando os seguintes cenários:

- (i) *Basis Scenario* que tem por objectivo determinar o perfil do Risco de Liquidez do Banco tendo em conta a situação real da Instituição, por forma a assegurar que o Millennium bim se encontra em posição de cumprir com as suas obrigações;
- (ii) *Stress Tests* de Liquidez que têm por objectivo entender o perfil do risco de liquidez no Banco, assegurando que o Millennium bim se encontra em posição de cumprir com as suas obrigações na ocorrência de uma situação de crise de liquidez e contribuir para a preparação do plano de contingência de liquidez e para a tomada de decisões de gestão. Os *Stress Tests* são efectuados mensalmente.

Os *Stress Tests* em vigor no Millennium bim baseiam-se em cenários de crise específica no Banco e em cenários de crises de mercado.

Esta análise é submetida à apreciação da Comissão de Controlo de Risco visando a tomada de decisões que conduzam à manutenção de condições de financiamento adequadas à prossecução da actividade.

Os Rácios de Liquidez, reportados a 31 de Dezembro de 2007, demonstram que o Banco apresenta um perfil marcadamente excedentário em termos de liquidez, ou seja, a liquidez do Banco enquadra-

se dentro dos limites definidos ao nível do Grupo Millennium para o controlo deste risco, ao registar um rácio positivo da ordem de 15,45% (se negativo não deve ultrapassar 25% do total dos passivos exigíveis até um ano).

Risco Operacional

O Millennium bim tem adoptado princípios e práticas que garantem uma eficiente gestão do risco operacional, nomeadamente, através da definição e documentação desses princípios e da implementação dos respectivos mecanismos de controlo, de que são exemplos a segregação de funções, as linhas de responsabilidade e respectivas autorizações, os limites de exposição, os códigos deontológicos e de conduta, os indicadores chave, os controlos ao nível informático, os planos de contingência, os acessos físicos e lógicos, as actividades de reconciliação e a formação interna sobre processos, produtos e sistemas.

A abordagem à gestão do risco operacional no Millennium bim está suportada pela estrutura de processos de negócio e de suporte *end-to-end*. A gestão dos processos é da competência de *Process Owners*, primeiros responsáveis pela avaliação dos riscos e pelo reforço da *performance* no âmbito dos seus processos. Os *Process Owners* são responsáveis por manter actualizada toda a documentação relevante respeitante aos processos, assegurar a efectiva adequação dos controlos existentes, através de supervisão directa ou por delegação nas Unidades Orgânicas responsáveis por esses controlos, coordenar e participar nos exercícios de *risk self assessment*, assim como detectar e implementar as oportunidades de melhoria, onde se incluem as acções de mitigação para as exposições de risco mais significativas. Em 2008 irá ser introduzido no Millennium bim o processo sistemático de recolha de perdas operacionais, visando a criação de uma base de dados com informação histórica que permita identificar os processos de maior risco e lançar as acções de mitigação para reduzir as exposições críticas.

Gestão do capital

As actuais exigências sobre a gestão do capital, tendem a reflectir uma maior sensibilidade e rigor ao nível do risco inerente ao negócio bancário no apuramento dos requisitos de gestão do capital. As operações são classificadas em função das ponderações regulamentadas, reflectindo os diferentes níveis de riscos das exposições assumidas pelo Banco.

As políticas do Grupo, definem que o Banco deverá manter uma base forte de capital, de modo a dar confiança aos seus Accionistas, Clientes e credores e por forma a manter uma base sustentável para o futuro, embora se reconheça a necessidade de se manter um equilíbrio entre um elevado nível de retorno dos capitais e um adequado nível de solvabilidade da Instituição.

Os capitais alocados a cada operação variam em função dos diferentes níveis de risco apurados, mas nunca inferiores aos níveis regulamentados.

39. NIRF I

No âmbito do disposto no Aviso n.º 4/GBM/2007, circular n.º 02 e 03/SHC/2007 de 30 de Março, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Internacional de Moçambique passaram a cumprir com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) para o exercício com início a partir de 1 de Janeiro de 2007.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Internacional de Moçambique com referência a 31 de Dezembro de 2006 e 2005, foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos definidos pelo Plano de Contas para o Sistema Bancário e as normas emitidas pelo Banco de Moçambique (Normas locais). As diferenças entre as Normas locais e as NIRF, com impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Internacional de Moçambique em 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2006 e a reconciliação dos capitais próprios e resultados nas referidas datas, são apresentadas como segue:

	Nota	Banco MZN'000		
		31 de Dezembro de 2006		1 de Janeiro de 2006
		Capitais próprios	Resultado do exercício	Capitais próprios
Normas locais				
Situação líquida		942.540	1.156.493	1.114.329
Interesses minoritários				
		942.540	1.156.493	1.114.329
Valorização dos investimentos	(a)	(291)	-	(291)
Activos intangíveis	(b)	(4.662)	(48.074)	(4.662)
Impostos diferidos	(c)	131.870	(83.032)	131.870
Total ajustamentos de transição		126.917	(131.106)	126.917
NIRF		1.069.457	1.025.387	1.241.246

	Nota	Grupo MZN'000		
		31 de Dezembro de 2006		1 de Janeiro de 2006
		Capitais próprios	Resultado do exercício	Capitais próprios
Normas locais				
Situação líquida		864.261	1.259.545	1.148.794
Interesses minoritários				
		864.261	1.259.545	1.148.794
Valorização dos investimentos	(a)	(687)	-	329
Activos intangíveis	(b)	(5.397)	(47.568)	(5.397)
Impostos diferidos	(c)	132.809	(83.934)	132.809
Edifícios	(d)	(15.149)	(3.030)	(15.149)
Goodwill	(e)	122.313	-	-
Total ajustamentos de transição		233.889	(134.532)	112.592
NIRF		1.098.150	1.125.014	1.261.386

a) Valorização dos investimentos

De acordo com as normas locais, os títulos de rendimento fixo e variável são registados ao valor nominal e custo, respectivamente, sendo as menos valias potenciais, resultantes da diferença entre o valor contabilístico e o valor de mercado, provisionadas por contrapartida de resultados do exercício.

Os investimentos em empresas em que a participação representa menos de 20% do capital e em que o Banco não exerce influência significativa, mas são consideradas como participações estratégicas, até 31 de Dezembro de 2006, foram contabilizados ao custo de aquisição de acordo com as Normas locais, deduzido das provisões calculadas segundo o seguinte critério:

De acordo com as NIRF, e conforme referido na política contabilística apresentada na nota 3 e), os títulos de investimento classificados como disponíveis para venda passaram a ser valorizados ao justo valor, sendo a diferença para o custo de aquisição registada por contrapartida de reservas.

Estes activos financeiros são periodicamente sujeitos a testes de imparidade. Para os títulos em que foi identificada uma perda por imparidade, o Banco procedeu ao seu reconhecimento por contrapartida de resultados transitados na data de transição, 1 de Janeiro de 2006. Durante o exercício de 2006, para a referida carteira, o ajustamento efectuado reflecte as variações de justo valor e imparidade reconhecidas em capitais próprios e resultados, respectivamente.

b) Activo intangível

De acordo com as Normas locais, um conjunto de activos criados pela própria empresa eram reconhecidos como activos intangíveis e amortizados por um período de 3 anos. Considerando as regras definidas pela NIC 38, que estabelece que os custos relativos a Trabalhos para a própria empresa apenas podem ser capitalizados se for expectável que gerem benefícios económicos futuros, e que os mesmos possam ser mensurados de forma fiável, dado que os referidos activos não se enquadram nos critérios de reconhecimento definidos pela Norma, os mesmos foram objecto de anulação.

c) Impostos diferidos

De acordo com as Normas locais, os activos por impostos diferidos não eram reconhecidos na contabilidade. De acordo com o critério definido pela NIC 12, os impostos diferidos são calculados de acordo com o método do passivo, com base no balanço, considerando as diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos para efeitos contabilísticos e os valores utilizados para efeitos fiscais, usando as taxas de imposto aprovadas na data de balanço para cada jurisdição e que se espera que sejam aplicadas na data de reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de que sejam obtidos lucros tributáveis futuros que permitam absorver as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis). O ajustamento efectuado corresponde aos impostos diferidos reconhecidos na data de transição e sua correspondente realização no exercício de 2006.

d) Edifícios

Os edifícios de propriedade da subsidiária Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. são classificados como investimentos nas contas da Seguradora e encontram-se em sua maioria arrendados. Especificamente com relação ao edifício sede do Grupo, a Seguradora possui diversos andares arrendados ao seu controlador; o BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A., gerando proveitos e despesas de aluguer na Seguradora e no Banco, respectivamente. Para fins de demonstrações financeiras consolidadas e conforme a NIC 27, estas transacções foram anuladas e o referido edifício considerado como imobilizado corpóreo do Grupo e portanto sujeito à depreciação. O ajustamento efectuado corresponde ao efeito acumulado da depreciação reconhecido até à data de transição e à depreciação do exercício de 2006.

e) Goodwill

De acordo com as Normas locais o *goodwill* na aquisição de participação em outras sociedades é registado em conta de reservas na situação líquida. De acordo com o critério definido pela NIC38, o *goodwill* oriundo do pagamento na aquisição de participação em outras sociedades deve ser contabilizado como activo incorpóreo. Esse *goodwill* não está sujeito a amortização, devendo o mesmo ser anualmente submetido a testes de imparidade.

Consolidação

Em função da necessidade de apresentação das demonstrações financeiras de forma consolidada, com base em princípios contabilísticos uniformes e em atendimento ao parágrafo 28 do NIC 27, a Seguradora Internacional de Moçambique, S.A., também ficou obrigada a apresentar as suas contas convertidas segundo as Normas Internacionais de Relato Financeiro, na mesma base do BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A. Como consequência, as contas do Banco e da Seguradora passaram a ser consolidadas pelo método de consolidação integral.



Relatório dos Auditores Independentes





KPMG Auditores e Consultores, S.A.
 Sede: PROCEMO
 Avenida 11 de Junho, 2200, 3ª andar
 Caixa Postal 2021
 Maputo, Moçambique

Teléfono: +258 (21) 201000
 Fax: +258 (21) 212200
 Email: ma@kpmg.co.mz
 Website: www.kpmg.co.mz

Relatório dos auditores independentes

Aos Accionistas do BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.

Analisamos as demonstrações financeiras consolidadas e do BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A., que compreendem os balanços consolidado e do Banco em 31 de Dezembro de 2007, e as demonstrações dos resultados consolidados e do Banco, demonstrações dos fluxos de caixa consolidados e do Banco, demonstrações de alterações na situação líquida consolidada e do Banco para o ano findo nesta data, e as notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um sumário das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, descritas nas páginas 12 a 83, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (NIRF).

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela preparação e correcta apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (NIRF). Esta responsabilidade inclui: desenho, implementação e manutenção dos controlos internos mais relevantes para a preparação e correcta apresentação das demonstrações financeiras que garantam que as mesmas estejam livres de fraude ou erro, aplicação de políticas contabilísticas apropriadas, e preparação de estimativas contabilísticas que sejam razoáveis dadas as circunstâncias.

Responsabilidade dos auditores

A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria. Conduzimos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Tais normas requerem o cumprimento de padrões de conduta ética no planeamento e execução da auditoria, de modo a obter uma segurança razoável de que as demonstrações financeiras não apresentam erros materiais.

Uma auditoria requer a execução de procedimentos para obter evidências suficientes de auditoria sobre o montante e divulgação nas demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de erros materiais nas demonstrações financeiras, para assegurar que as mesmas estejam livres de erros materiais. Para a execução desses procedimentos, o auditor considera os controlos internos relevantes na preparação e na correcta apresentação das demonstrações financeiras com o objectivo de definir os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com o propósito de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controlos internos do Banco. Uma auditoria também inclui uma avaliação das políticas contabilísticas utilizadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pela administração, bem como, da avaliação da apresentação das demonstrações financeiras como um todo.

Nós acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para nos fornecer bases para a nossa opinião.

KPMG Auditores e Consultores, S.A., uma sociedade limitada de Moçambique, inscrita no Ministério de Registo, Comércio e Indústria de Moçambique, sob o número 1049.

KPMG Auditores e Consultores, S.A., e Moçambique Trusts Limited inscritas no Ministério de Registo, Comércio e Indústria de Moçambique, sob o número 1049.

Registrada em Moçambique sob o número 1049 - KPMG Auditores e Consultores, S.A.

Registrada em Moçambique sob o número 1049 - KPMG Auditores e Consultores, S.A.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos materiais, a posição financeira consolidada e do BSM - Banco Internacional de Moçambique, S.A. para o ano findo em 31 de Dezembro de 2007, as demonstrações dos resultados consolidados e do Banco, as demonstrações dos fluxos de caixa consolidados e do Banco e as demonstrações de alterações na situação líquida consolidada e do Banco para o ano findo nesta data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'KPMG'.

KPMG

15 de Fevereiro 2008

Maputo



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

De acordo com as disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal apresenta aos Exmos Accionistas o relatório sobre a acção fiscalizadora exercida no BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A., bem como o seu parecer sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo Millennium bim, as Demonstrações Financeiras em base individual do Banco e o Relatório do Conselho de Administração relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

No cumprimento das suas funções, o Conselho Fiscal, para além de reunir ao longo do ano com a regularidade exigida por lei, acompanhou a actividade do Banco, fundamentalmente através da apreciação das Demonstrações Financeiras Mensais e respectivas Informações de Gestão, através da participação nas reuniões do Conselho de Administração e de contactos mantidos com a Administração e através das informações colhidas dos sistemas de informação de gestão do Banco, procurando avaliar a evolução da actividade.

Especial atenção foi dada às operações de ajustamento e de reclassificação de contas que aparecem nas Demonstrações Financeiras de 2006, por forma a serem comparadas às Demonstrações Financeiras de 2007 apresentadas já de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), e às operações que aparecem reflectidas nessas Demonstrações Financeiras do Millennium bim que explicam as principais variações nos principais indicadores de actividade do Banco (em base individual), a saber:

- O aumento da Margem Financeira em cerca de 30,8% (tendo passado de 1.692.211 milhares de Meticals em 2006, para 2.213.331 milhares de Meticals em 2007) como consequência do aumento do volume de negócios, ou seja, dos activos geradores de juros, em particular:
 - i) o aumento do volume de crédito líquido sobre clientes (que passou de 10.520.230 milhares de Meticals em 2006, para 12.503.472 milhares de Meticals em 2007);
 - ii) o aumento da carteira de obrigações e outros títulos de rendimento fixo disponíveis para venda (que passou de 4.584.842 milhares de Meticals em 2006 para 5.865.189 milhares de Meticals em 2007); e
 - iii) o aumento das aplicações em outras instituições de crédito (que passaram de 4.164.235 milhares de Meticals em 2006 para 5.342.702 milhares de Meticals em 2007).

- O aumento das Comissões Líquidas em cerca de 33,1% (tendo passado de 514.481 milhares de Meticais em 2006 para 684.884 milhares de Meticais em 2007), como resultado do aumento do volume de transacções geradoras de comissões para o Banco.
- A continuada melhoria da qualidade da carteira de crédito (resultante da recuperação de alguns créditos vencidos, do saneamento de outros e da continuação do rigor na avaliação do risco na concessão de novos créditos) que, apesar de ter provocado um aumento do volume do crédito vencido de 138.922 milhares de Meticais em 2006, para 168.599 milhares de Meticais em 2007, conduziu:
 - i) à manutenção do rácio crédito vencido sobre crédito total que foi de cerca de 1,3%; e
 - ii) a um volume de provisões totais para perdas por imparidade para riscos de crédito no montante de 647.740 milhares de Meticais em 2007, proporcionando um rácio de cobertura do crédito vencido de 384,2% (contra 336,8% em 2006).
- O crescimento na captação de recursos, evidenciando as demonstrações financeiras que os depósitos de clientes subiram de 20.862.660 milhares de Meticais em 2006, para 23.671.563 milhares de Meticais em 2007, ou seja, um crescimento de 13,5%, recursos esses que estão a ser aplicados de forma criteriosa, principalmente em novos créditos e aplicações em títulos e em outras instituições de crédito.
- O crescimento moderado dos custos de transformação (que incluem os custos com o pessoal, os outros gastos administrativos e as amortizações do exercício) que atingiram em 2007 o montante de 1.688.352 milhares de Meticais (contra 1.552.873 milhares de Meticais em 2006), correspondendo a um aumento de cerca de 8,7% em relação ao ano anterior.
- Os resultados líquidos do Millennium bim, que atingiram em 2007 o montante de 1.398.763 milhares de Meticais, registando um crescimento de 36,4% face aos 1.025.387 milhares de Meticais apurados no ano anterior.

O Conselho Fiscal apreciou ainda o Relatório de Gestão e Contas de 2007, bem como as Demonstrações Financeiras auditadas pelo Auditor Externo, incluindo o seu Parecer, as quais evidenciam:

- Que o Balanço Consolidado e o Balanço do Banco, BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A., à data de 31 de Dezembro de 2007, reflectem adequadamente a situação financeira do Grupo e do Banco;
- Que a Demonstração de Resultados Consolidados e a Demonstração de Resultados do Banco espelham um lucro consolidado de 1.528.618 milhares de Meticais e um lucro do Banco de 1.398.763 milhares de Meticais, os quais traduzem o resultado da actividade do Grupo e do Banco.

Como resultado das verificações efectuadas e informações obtidas, o Conselho Fiscal:

- É de opinião que as Demonstrações Financeiras Consolidadas e as Demonstrações Financeiras do Banco (compostas pelas seguintes peças do Grupo e do Banco: Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração das alterações à Situação Líquida, Mapa de Fluxo de Caixa e respectivas Notas):
 - i) estão em conformidade com a Lei e satisfazem as disposições estatutárias, bem como as normas emanadas do Banco Central;
 - ii) foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF); e
 - iii) reflectem, de forma verdadeira, a situação financeira do Grupo e do Banco em 31 de Dezembro de 2007, bem como o resultado das operações realizadas pelo Grupo e pelo Banco durante o exercício.

É de parecer que a Assembleia Geral:

- Aprove o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas e do Banco Millennium bim, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007;
- Aprove a proposta de aplicação dos Resultados apurados, evidenciados nas Demonstrações Financeiras do Banco (em base individual), no montante de **1.398.761.937,82 Meticais**, nos seguintes termos:

• Para Reserva Legal	15,0 %	209.814.291,00 Meticais
• Para Reserva Livre	57,5 %	804.288.114,82 Meticais
• Para Reserva de Estabilização de Dividendos	2,5 %	34.969.048,00 Meticais
• Para Distribuição aos Accionistas	25,0 %	349.690.484,00 Meticais

- Exprese o seu voto de louvor pelo desempenho do Conselho de Administração e de todos os restantes colaboradores do Millennium bim no exercício de 2007.

Maputo, 15 de Fevereiro de 2008

O Conselho Fiscal

António de Almeida – Presidente
 Subhaschandra M. Bhatt – Vogal
 Daniel Filipe Gabriel Tembe – Vogal



Relatório e Contas 2007
BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A.

www.millenniumbim.co.mz

Sede:
Avenida 25 de Setembro, n.º 1800
Maputo

Capital Social:
MZN 741.000.000

Matriculada na Conservatória
do Registo de Entidades Legais
em Maputo, sob o número 6614

Impresso em Junho de 2008

